



Koinós **Kairós**

Revista Acadêmica da Prainha
Ano I - Nº 1-2 Janeiro/Dezembro 2004

“Pro animarum Salute” Igreja no Ceará: Comunhão e Missão

Eclesiologia do Vaticano II
Igreja no Brasil e no Ceará
Cristianismo e Evangelização no Ceará
Seminário da Prainha: 140 Anos de fundação

Kairós

Revista Acadêmica da Prainha
Ano I - Nº 1-2 Janeiro/Dezembro 2004

**“Pro animarum Salute”
Igreja no Ceará: Comunhão e Missão**

KAIRÓS – Revista Acadêmica da Prainha – ISSN 1807-5096

Endereço: Rua Tenente Benévolo, 201 - Cep: 60.160-040

Tel.: (0xx85) 3219.2898 – Fax: (0xx85) 3219.0113

Fortaleza – Ceará – Brasil

Chanceler: *D. José Antonio Aparecido Tosi Marques*
Arcebispo Metropolitano de Fortaleza

Diretor e Redator: *Prof. Dr. Pe. Evaristo Marcos*

Publicação do:

Instituto Teológico-Pastoral do Ceará - ITEP

Diretor: *Prof. Dr. Mons. Francisco Manfredo Thomaz Ramos*

Instituto de Ciências Religiosas - ICRE

Diretor: *Prof. Ms. Pe. Antônio Almir Magalhães de Oliveira*

Secretária: Uyara Beleza

Diagramação: Evaldo Amaro dos Santos

Revisão: Antônio Brandão de Macedo

CONSELHO CIENTÍFICO:

Aloísio Cardeal Lorscheider, OFM;

Carlos Josaphat, OP

Félix Alejandro Pastor, SJ. (PUG-Roma)

Henrique Noronha Galvão –Universidade Católica Portuguesa - Lisboa

Luis Alberto De Boni (PUCRS)

Luis Tavares (UFC)

Manfredo Araújo de Oliveira (UFC)

Márcio Fabri dos Anjos

Marcus Roberto Nunes Costa - UNICAP/Pe

Mário de França Miranda, SJ. (PUC-RJ)

Nelson Gonçalves Gomes – UNB- Brasília

Ney de Souza (Assunção/SP)

Pedro Rubens, SJ - ISI/CES-BH

CONSELHO EDITORIAL:

Emanuel Ângelo Roha Fragoso

Fernando Corry, SSR

Guido Imaguire

Jan Gerárd Joseph ter Reegen

José Fernandes de Oliveira

Luis Carlos Silva de Sousa

Marcelo João Soares de Oliveira (ICRE)

Marly Carvalho Soares

Michael Reinhard M. Becker

Tânia Maria Couto Maia

Terezinha das Neves Cota

Impressão: Gráfica TIPROGRESSO

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
Editorial.....	6
O Contexto Histórico Da Criação Da Diocese Do Ceará <i>Prof. Dr. João Alfredo Montenegro.....</i>	9
Diocese Do Ceará Como Vitrine Da Romanização (1853-1912) <i>Prof. Ms. Pe. Edilberto Cavalcante Reis.....</i>	18
O Cristianismo No Ceará: Perspectiva Protestante <i>Rev. Pr. Áureo Rodrigues De Oliveira</i>	38
Grandes Linhas Eclesiológicas Do Concílio Vaticano Ii <i>Aloísio Cardeal Lorscheider</i>	43
Visão Panorâmica Da Igreja No Brasil Pós-Conciliar Até Os Dias Atuais <i>Aloísio Cardeal Lorscheider</i>	53
A Igreja No Ceará: Desafios E Perspectivas <i>Aloísio Cardeal Lorscheider</i>	61
Fundação Do Seminário Da Prainha.....	67
Seminário Da Prainha: 140 Anos De Fundação <i>Mons. Dr. Francisco Manfredo Thomaz Ramos</i>	70
Seminário Da Prainha, Traço De Luz Na História Da Igreja E Da Cultura <i>Frei Carlos Josaphat, Op.....</i>	73
Depoimento Sobre Um Momento Da História Do Seminário Da Prainha. <i>Mons. José Edson Magalhães.....</i>	98

Apresentação

Vem a lume - e bem a tempo! - o primeiro número da nossa revista acadêmica da Prainha, KAIRÓS, como órgão oficial de comunicação dos estudos e pesquisas científicas, filosóficas e teológicas do Instituto Teológico-Pastoral do Ceará (ITEP) e do Instituto de Ciências Religiosas (ICRE). São esses os atuais ocupantes do *Seminário da Prainha* e continuadores, no tocante à formação acadêmica, de sua missão primordial de prover a Igreja do Ceará de presbíteros e agentes leigos de pastoral à altura dos desafios de cada época. O periódico surge dentro de coordenadas históricas bem marcadas, isto é, ao ensejo da decorrência dos cento e quarenta anos de fundação do *Seminário Episcopal do Ceará*, acontecida a 18 de outubro de 1864, que quisemos comemorar em continuidade com o ano jubilar do sesquicentenário da ereção da Diocese do Ceará, encerrado a 06 de junho próximo passado.

Diga, pois, nossa revista, agora e no porvir, da nossa gratidão aos vultos do passado, cuja memória veneramos: D. Luís Antônio dos Santos, 1º Bispo do Ceará, Pe. Pedro Augusto Chevalier, CM, 1º Reitor da Prainha e D. José de Medeiros Delgado, que enveredou a Prainha pelos novos caminhos pós-conciliares e, também, no presente, a Dom Aloísio Cardeal Lorscheider, que em 1984, como Arcebispo de Fortaleza, fundava o ITEP.

Nos dias que ora correm, nossos Institutos, ITEP e ICRE, sob os auspícios de nosso Pastor, Dom José Antônio Aparecido Tosi Marques, encontram-se credenciados pelo Ministério da Educação, com seus cursos de Teologia, Filosofia e Ciências da Religião autorizados (este último em nível apenas estadual) e com o Mestrado em Teologia em cogitação. A Dom José Antônio e aos demais Bispos das Igrejas sufragâneas de Fortaleza, KAIRÓS, em seu número inicial, presta reverência e acatamento.

O alcance teológico e pastoral da revista Kairós, como revista acadêmica de uma Instituição de Ensino Superior, de orientação católica, se torna mais claro, se tomarmos como seus fundamentos dois conceitos básicos do Concílio Vaticano II: Diálogo e Diaconia.

Foi de fato um evento de graça, a abertura da Igreja ao mundo com todas as suas facetas múltiplas.

Hoje, não acontece diferentemente: a Igreja é chamada a dar testemunho da boa nova, comunicando-se com a sociedade secular, procurando, inclusive, dar respostas às suas angústias. É nisso, que pode servir ao mundo.

Da mesma forma, deve servir à busca da verdade, comunicando-se com as irmãs e irmãos cristãos das várias Igrejas, seguidoras do mesmo Jesus.

O “Tempo oportuno”, inclui, também o encontro com os fiéis das mais variadas tradições religiosas. Assim, a revista pode servir, quem sabe, para mostrar, que os planos de Deus para o mundo, ultrapassam de longe todos os limites estabelecidos pelos homens.

O nome escolhido (KAIROS) quer ser, ainda, uma homenagem póstuma ao sempre lembrado Pe. Leonardo Martin C.Ss.R. (1950-2004) companheiro fiel de muitas lides por um quartel de século e Diretor do ITEP de 1993 a 2000, quando então propunha esta designação para o sonhado projeto de uma Faculdade Católica na Prainha.

Por fim, é justo e oportuno um agradecimento expresso das equipes de direção do ITEP e do ICRE à operosidade e eficiência de quantos colaboraram para o feliz êxito deste empreendimento.

Prof. Dr. Mons. Francisco Manfredo Thomaz Ramos – Diretor do ITEP

Prof. Ms. Pe. Antônio Almir Magalhães de Oliveira – Diretor do ICRE

Prof. Dr. Pe. Francisco Evaristo Marcos – Diretor e Redator

EDITORIAL

“Na Comunhão e na Missão – 150 Anos da Igreja no Ceará”

Abrimos no dia 6 de junho de 2003 o Ano Jubilar da criação da Diocese do Ceará, hoje Arquidiocese de Fortaleza e Dioceses de Crato, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá, Sobral e Tianguá. São já 150 anos de existência da Igreja plantada nas terras cearenses.

No dia 6 de junho de 1854, o Papa Pio IX, através da Bula *Pro animarum salute*, criava a Diocese do Ceará com sua sede episcopal na cidade de Fortaleza.

Assim se exprimia Dom Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo dos 100 Anos da Diocese do Ceará, ao referir-se à Pré-História da Igreja no Ceará: “Nos albores do século XVII, pelo interior da Capitania vão se desenvolvendo alguns núcleos de cristandade...” e “Mesmo no século seguinte o movimento mais acentuado de catequese se realizou no interior da Capitania. Em Fortaleza a ação dos Jesuítas se fez sentir e apenas de leve na metade do século dezessete... Data de 1656 o primeiro contato dos Jesuítas com a povoação do Forte, quando ali esteve o Pe. Antônio Ribeiro”.

Desde aqueles inícios até hoje, o Evangelho de Jesus é anunciado, vivido e testemunhado, fazendo acontecer a Igreja, sacramento – sinal e instrumento, germe e fermento – do Reino de Deus, presente com todos os dons da graça em nossa terra e em nosso povo. Quanto caminho de fé, de esperança e de amor já foi feito!

“A conversão e o batismo inserem na Igreja, onde ela já existe, ou então implicam a constituição de novas comunidades, que confessem Jesus Senhor e Salvador. Isto faz parte do desígnio de Deus, a quem aprouve chamar os homens a participar de sua própria vida, não um a um, mas constituídos como povo, no qual os seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade” (RM 48).

Durante todo o Ano Jubilar, de 6 de junho de 2003 a 10 de junho de 2004, rendemos graças a Deus por tudo o que o Seu Amor tem realizado na história da evangelização do Ceará. Este um momento forte de tomada de consciência de tudo o que recebemos gratuitamente do

amor misericordioso d’Aquele que nos chamou a sermos Sua Família, Sua Igreja, Seu Povo na missão pelo Reino de Deus.

Assim foi que nossos pais receberam a fé cristã e nos transmitiram. Tudo o que ouvimos de nossos pais, e nós mesmos experimentamos, nos leva a reconhecer a bondade de Deus, que nos escolhe, justifica, santifica, e nos envolve com Ele em missão de amor para que o Evangelho da Vida chegue a toda criatura.

As comemorações dos 150 Anos da implantação da Igreja no Ceará nos fazem assumir também, com renovado ardor, a missão.

Com as palavras *Pro animarum salute* - Pela salvação das almas - o Papa Pio IX criou a Diocese do Ceará. Mostravam estas palavras toda a intenção mais profunda daquele gesto do Sucessor do Apóstolo Pedro, no anseio de Jesus – o Bom Pastor – para reunir num só rebanho os filhos de Deus dispersos.

O tempo passou e o zelo de tantos apóstolos bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, cristãos leigos e leigas, levou à frente a Palavra do Evangelho, a Luz da fé, a Vida em Cristo.

Fruto primeiro e muito especial da Igreja no Ceará, o Seminário Episcopal do Ceará, “Seminário da Prainha”, erigido em 1864, comemora os seus 140 Anos de existência na formação cristã e sacerdotal.

Foi ele uma das primeiras disposições da Bula Pontifícia que criava a Diocese: “É de sumo interesse que os adolescentes sob a tutela da Igreja e marcados pela dignidade, habituem-se maduramente pela castíssima disciplina dos costumes, realizem sua certa vocação e sejam instruídos principalmente nas ciências das Letras e Teológicas... Mandamos que o Seminário, o mais cedo possível, seja erigido e administrado... Assim cresçam amplamente muitos bons operários na vinha de Cristo nosso Senhor, pelos quais ela possa ser cultivada e se colham frutos fecundos”.

Por muitas vicissitudes passou o Seminário em sua longa história, e saiu vitorioso pelos imensos frutos colhidos e ainda em maturação.

A memória histórica faz mais lúcido o presente. Desta luz quer ser instrumento a Revista *Kairós* – Revista Acadêmica da Prainha – que recolhe, em seu primeiro exemplar, reflexões surgidas na fecundidade dos eventos celebrados. Do contexto histórico no qual foi criada a Diocese do Ceará, passando por uma leitura lúcida da Bula de criação da mesma, percorremos diversas etapas marcantes dos caminhos da Evangelização, com o Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil pós-conciliar, até os dias atuais da Igreja no Ceará com seus desafios e perspectivas. Inserem-se ainda duas perspectivas muito esclarecedoras: o Cristianismo no Ceará,

na perspectiva de outras Igrejas cristãs e particularmente o Seminário da Prainha, traço de luz na história da Igreja e da Cultura.

Ouvimos do Santo Padre João Paulo II, no início do Novo Milênio, o chamado a “*Avançar para águas mais profundas*”. Estas são palavras de Jesus, que chamou seus apóstolos para a pesca da evangelização.

Comemorando os **150 Anos da Diocese do Ceará** e **140 Anos do Seminário da Prainha**, somos convocados ainda mais ao anúncio do Evangelho, com renovado ardor, para que o mesmo possa penetrar em nossa realidade e transformá-la, e transfigurá-la em Reino de Deus.

+ ***José Antônio Aparecido Tosi Marques***
Arcebispo Metropolitano de Fortaleza



O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA DIOCESE DO CEARÁ

*Prof. Dr. João Alfredo Montenegro**

Por decreto do Imperador Pedro II é criada a Diocese do Ceará, precisamente no ano de 1853. Seguindo-se o habitual procedimento, o Papa Pio IX expediu a Bula *Pro Animarum Salute*, em 6 de junho de 1854, criando a Diocese com a jurisdição da Igreja.

Aquela Bula só seria oficializada em 1860, após período de contenda entre o Vaticano e o Estado brasileiro. E a Diocese em questão desmembrada da de Olinda.

Dom Luiz Antônio dos Santos foi o primeiro bispo da nova Diocese. Ele chegaria ao Ceará a 26 de setembro de 1861, e aqui encontrou muito por fazer. No momento em que assume o *munus* episcopal entre nós a Província dispunha de 35 paróquias.

Encete-se agora uma breve reconstituição do contexto histórico dentro do qual ocorre a prefalada criação. Está-se sob o pontificado de Pio IX, aquele mesmo portador de rígida autoridade sobre o clero, sobre o povo de Deus, pretendendo alcançar também um complexo de atribuições na ordem secular, reforçando-o.

Ora, isto acaba por provocar um grave conflito entre o papado e não poucos Estados nacionais, todas eles sequiosos por se desprenderem de uma jurisdição eclesial que julgavam não haver razão para subsistir e prosperar diante de um processo de secularização que irrompia vertiginosamente no Ocidente e de um conseqüente revigoramento das prerrogativas políticas e civis daqueles Estados.

Observe-se que a **Questão Religiosa**, a denunciar claramente a localização do mesmo conflito no Brasil, perdura entre 1872 e 1875, portanto num intervalo de tempo em que a Diocese do Ceará ainda está por se consolidar e passando a suportar pesadas implicações do dito conflito.

Dom Luis Antônio dos Santos receberia também o peso do chamado iluminismo, da união da Igreja e do Estado, assim como os outros antístites da Igreja no país.

A **Oficialização** do catolicismo, fruto de uma duradoura tutela do Estado sobre assuntos eclesiais e eclesiásticos, preparando uma situação anômala para a Igreja, trouxe para ela dissabores sem conta, uma queda verticalizante da espiritualidade e da fé.

O *Syllabus*, que se segue ao Concílio que instaura uma retomada de atribuições da Igreja, recapitulando o espírito de Contra-Reforma, transcende como o documento-base que procura disciplinar de direito e de fato um problema secular que requeria um tratamento mais abrangente e menos unilateral, e demandar o investimento diplomático e fraterno, a discussão dos diversos ângulos do problema. Freou-o o forte autoritarismo do papa, defensor da monarquia absoluta. O acendrado racionalismo da época, por outro lado, ajudava a sustentação desse autoritarismo e o exacerbamento da partes contendentes.

É de se reter o discurso intensamente marcado pelo racionalismo do Concílio Vaticano I, com o propósito de resguardar “a independência e a autonomia da Igreja perante o Estado, apegando-se à idéia do Papa como um soberano ao lado e acima dos Estados”¹.

Aquele Concílio sofreria interrupção com a guerra de 1870/71, não havendo como “promulgar a sua constituição sobre a Igreja”. O que não impediu que dela deixasse um projeto, no qual a Igreja é figurada como “*societas perfecta*”, superando todas as comunidades humanas.

O Concílio Vaticano I, por conseguinte, empregaria uma estratégia de ação profundamente vincada pelo feudalismo a se apresentar como defesa perante o liberalismo, perante “movimentos liberais de raiz popular”, e sempre pleiteando entre as duas grandes guerras acordos para defender os direitos da Igreja”².

Nessa linha de ação, percebe-se sem dificuldades a ausência de um firme posicionamento da Igreja com respeito aos costumes, direitos e potencialidades humanas das sociedades, procriando uma ampla superposição do modelo jurídico-feudal sobre as realidades emergentes das culturas.

1 Miguel Baptista Pereira, Sobre o Discurso da Fé num mundo secularizado, in: Modernidade e secularização. Coimbra, Livraria Almedina, 1990, p. 339.

2 *Ibidem*, p. 340.

Impossível, então, praticar-se naquele período o que hoje tanto se reclama e se começa a pôr em ação: a inculturação da fé. Algo que requer uma concepção de vida calcada vigorosamente no mistério da encarnação, no privilegiamento das realidades terrestres tudo isso que foi proposto largamente pelo Concílio Vaticano II.

Tal postura haveria necessariamente de fazer a Igreja reorientar a sua postura com relação ao Iluminismo, ao liberalismo e exercitar a tolerância, a misericórdia, o autêntico discernimento cristão. Mas haveria de percorrer praticamente um século para chegar a esse ponto.

Viu-se o antagonismo logo firmado no Concílio Vaticano I entre o iluminismo/liberalismo e a doutrina católica; não se deve, porém, estabelecer entre ambos um fechamento completo. Trata-se de algo que merece ser comentado para a perfeita inteligência do contexto que cerca o desempenho episcopal de Dom Luiz Antônio Santos.

Nesse passo, mais uma vez se faz valioso o depoimento do pensador português Miguel Baptista Pereira:

“Em meados do séc. XIX, o iluminismo é condenado sob os nomes do racionalismo, fideísmo e indiferentismo pelo Papa Gregório XVII e Pio IX, mas na crise do modernismo, apesar da dureza do *Syllabus* (1864), surgiram os primeiros sinais de uma leitura mais diferenciada e, em certos ângulos, positiva do Iluminismo: espírito ecumênico, sentido praxístico de pastoral, orientação bíblica, não-escolástica da teologia e do ‘Kerygma’, tentativa de renovação litúrgica, defesa dos direitos do homem, a idéia de tolerância, o princípio da divisão de poderes, etc. Porém, a oposição pareceu insuperável quanto à questão da fé cristã na Revelação por parte do pensamento racionalista e naturalista da *Aufklärung*”³.

Esclareça-se que esse demarcado arejamento da Igreja é correlativo do processo de romanização, de depuração da devoção e das práticas religiosas, do aperfeiçoamento da formação do clero, nas suas vertentes ascética, moral e intelectual.

Perdura o uso ideológico da Revelação, produto de uma elaboração racionalista que também envolvia a Igreja. O que facilitou sobremodo o culto do poder, o processamento de visões do mundo incompatíveis com o espírito evangélico.

Isso alimentou a defesa intransigente de velhas posições no âmbito do Estado e da Sociedade, como no caso da **Questão Religiosa** entre nós.

³ Ibidem, p. 341.

Esta fez vir à superfície a acentuada deterioração de uma situação institucional, reunindo Igreja e Estado na oficialização do culto católico, determinando considerável perda da seiva espiritual, o amortecimento da mística.

A ausência de lindes claras entre poder temporal e poder espiritual ou a confusão entre ambos, originando disputas intermináveis ao longo da história, e com especialidade a partir da reforma, a atitude de defesa contra o protestantismo consubstanciada naquela oficialização e os prejuízos advindos do estranho conúbio integram o elenco das causas remotas do conflito em estudo.

Causa próxima a compõe a nova orientação que o papa Pio IX imprime à Igreja no momento mesmo em que se dá a derrocada do seu poder temporal e após as deliberações de ordem dogmática e de ordem disciplinar tomadas pelo Concílio.

Daí decorre o movimento de renovação espiritual, de reafirmação dogmática e ascética e de exclusivismo eclesial nas questões de fé e de moral, a preocupação de condenar tudo que se afastasse dos cânones e corrompesse a pureza doutrinária ou que abalasse a autoridade pontifical⁴.

A esta altura, em pleno calor da Questão Religiosa, processada poucos anos após a posse de Dom Luiz Antônio dos Santos na Diocese do Ceará, ainda é fragilizada a formação intelectual e teológica do clero, e acompanhada da ausência de consciência pastoral ou missionária, fazendo dele, em grande parte, um apêndice de oligarquias políticas. E a ponto de muitas vezes ser difícil distinguir o padre do civil. Tal a semelhança de ideologia, de atitudes, de aspirações mundanas, de comportamento de um e de outro.

O conformismo, a inércia, a rotina acentuam fortemente a Igreja no Império, apoiada em valores tradicionais, não habituados para predispor à elaboração de papéis dinâmicos. Por outro lado, mantinha e amarrava o processo rotineiro eclesial uma organização mal estruturada, padecendo talvez de vícios graves que a burocracia oficial espalhava no país.

A extrema fragilidade da infraestrutura do Império, salientando as quase intransponíveis dificuldades de comunicação, conduzia ao isolamento das paróquias e destas com os bispados que as jurisdicionavam.

⁴ João Alfredo Montenegro, *Evolução do Catolicismo no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1972, p. 79.

Ajunte-se a isso o rotineiro mecanismo burocrático oficial que, no regime constitucional, encaminhava praticamente todos os atos pertinentes à nomeação de prelados e de vigários, criação de dioceses, desmembramentos de paróquias, construções de igrejas, manutenção do culto, salário do clero, etc., e ter-se-á uma Igreja sem autonomia, sem unidade estrutural, pouco atuante, sensível ao poder, sendo os seus membros funcionários do Estado.

Nessas condições, padece a cleresia de falta de coesão. Frouxos os laços de solidariedade dentro dela. Sem espírito de grupo. A mesma política partidária talvez associe mais os seus membros do que o status. Mas, por outro lado, a divisão partidária no interior do clero aumenta aquela falta de coesão⁵. Essa, conseqüentemente, a situação de fato encontrada por Dom Luiz Antônio dos Santos ao assumir a direção da Diocese do Ceará, e no início do processo de romanização. Efetivamente, ele tomou posse do bispado a 16 de junho de 1861, através de seu procurador, Cônego Antônio Pinto de Mendonça. Chega ele a Fortaleza, provindo da Bahia, em 1861⁶.

Diante daquela situação de fato, presenciando mais agudamente séria indisciplina no clero, destoante do recomendável comportamento ético, portador de hábitos viciosos. Tudo denotava a falta de formação intelectual, teológica e moral de padres que assumiam o *munus* pastoral sem as mínimas condições requeridas para desempenho sacerdotal.

Deveras elucidativo se apresenta a respeito o que se contém no **Álbum Histórico do Seminário**, de 1914:

“Sua magnanimidade de caráter (D. Luís), ao desvendarem-se a seus olhos os campos cearenses desprovidos de igrejas e de pastores, a Diocese por organizar, a carência de clero e os abusos a corrigir não trepidava diante das urzes, que lhe ensangüentariam os pés, quando viajasse pelo sertão adusto pelo sol inclemente, nem diante das angústias que lhe magoariam o coração, quanto tivesse de dar embate às múltiplas irregularidades daqueles tempos”⁷.

Grande passo na transposição dessas irregularidades deu o severo antístita, fundando em Fortaleza um seminário diocesano. Nessa direção, já fora expedido decreto imperial de 27 de setembro de 1860. A lei nº 1140, coincidindo com a confirmação, por Pio IX, do bispo em tela, apóia aquela fundação.

⁵ Ibidem, p. 126-7.

⁶ O Cearense, 26 de setembro de 1861.

⁷ Seminário Episcopal do Ceará, setor de História Eclesiástica, Álbum Histórico, p.2.

Ao lado do Seminário, outros empreendimentos de escol vão surgindo, todos convergindo para o mesmo fim. O Colégio da Imaculada Conceição, incumbido da formação feminina, e abrangendo uma clientela constituída por órfãs e moças da elite, as quais motivadas para exercerem a missão de boas mães de família, de mães cristãs, como conhecido por muito tempo.

O Seminário da Prainha, como passou a ser logo denominado, durante o episcopado de Dom Luis, de Dom Joaquim Vieira e de Dom Manoel da Silva Gomes, cumpriu rigorosamente o controle do pensamento católico entre nós, instituindo o uso rotineiro de práticas morais, na pauta mesma da romanização, uma crítica política tecida pelo moralismo, uma prática educacional que se comprazia no privilegiamento da memorização, tudo na esteira de submissão completa aos conceitos procriados pelo tradicionalismo.

Essa tendência filosófico-ideológica seria de imediato assumida pela Tribuna Católica, órgão a serviço da diocese e fundado em 1866.

Encetou vigorosa campanha doutrinária em favor da Igreja, a se opor tenazmente ao evolucionismo e ao positivismo, que desafiavam a velha concepção do mundo da Igreja, desafinada do incontido secularismo que avançava solertemente, e em sintonia com as ingentes mudanças que ocorriam no mundo da economia, da sociedade, engendrando um novo perfil urbano, tornando-as predispostas ao cultivo de valores cosmopolitas.

A propósito, preponderante o depoimento seguinte:

“Observe-se que a expansão do industrialismo, coroado pela democracia liberal, andava de parceria com o cientificismo, nas águas daqueles pensadores (Darwin, Comte e Spencer) a revelar a imperiosa alternativa de se utilizar o recurso ideológico, não só para acionar a adesão das populações ao novo expansionismo capitalista, como também para amenizar ou neutralizar a resistência que lhe oferecia a Igreja, com uma ética haurida nas fontes da contra-reforma, e a se espriar em práticas sócio-econômicas com fortes traços feudais”⁸.

No Ceará, o auge desse conflito seria alcançado com a criação da Academia Francesa, assimilando o surto cientificista, e a reação católica, que porfiava por relançar argumentos extraídos do velho pensamento teológico, redimensionados ao nível da enunciação tradicionalista,

⁸ João Alfredo Montenegro, Rocha Lima – A obra e a época. In: Revista Brasileira de Filosofia, vol. 28, p. 132.

buscando justificar a preservação dos privilégios desfrutados pela Igreja e visíveis em “extensos setores, como clero, institutos de ensino médio e superior, imprensa, família”.

De modo geral, posicionava-se a Reação Católica contra o liberalismo, a Revolução Francesa, o capitalismo, a ciência moderna, a igualdade anti-individualista, a Reforma Protestante. Nesse ponto, acerca-se o pesquisador do momento áureo do tradicionalismo na terra de Alencar e exata-mente na década dos anos 60 do século XIX.

É quando aparece a elaboração de Manoel Soares da Silva Bezerra, irrecusavelmente o ideólogo cearense que desenvolveu de forma sistemática as teses do tradicionalismo, dando consistência a uma de suas correntes, e que se filia a De Maistre, De Bonald, Donoso Cortés e Padre Ventura. Pois, antes dele, o que vinha subsistindo procedia do absolutismo monárquico, com a junção do miguelismo, variante mais tipicamente ideológica, não se abrindo à exposição de arcabouços epistemológicos/axiológicos de premeditada consistência.

Note-se que, então, o tradicionalismo se transmutava por inteiro no âmbito do catolicismo, superlativamente institucionalizado nos quadros da Igreja, ocasionando pesada recapitulação da filosofia tridentina.

De Manoel Soares da Silva Bezerra destacam-se os seguintes títulos: Os Dogmas Políticos Cristãos, Ceará, Tip. Social, 1864; O Inferno ou a Refutação do folheto de Alfredo Maury negando a existência do inferno, Fortaleza, TIP. Constitucional, 1868; O que é o protestantismo, Ceará, Tip. Do Libertador, 1884. Desses títulos o mais importante é Os Dogmas Políticos Cristãos.

Com efeito, constituiu-se uma visão de organização política permeada por uma antropologia atrelada ao sobrenaturalismo. É um enfoque de transcendentalismo teológico, e direcionado, como não poderia deixar de ser, para a objetivação de uma nova cristandade.

Nessas condições, a moral é recrutada para apoiar na prática a realização desta grande meta. As virtudes armam a ação política elevada e eficaz, elevando os homens, a sociedade, o Estado. Por aí se nota o alto teor de racionalismo que percorre tal elaboração. O idealismo preenche a enunciação do autor.

Os “gravíssimos erros” que deslustram a prática política, responsáveis por tantos males, procedem da quebra da nossa moralidade, outrora

consistente e intacta. Franqueou-se, em toda linha, a permissividade na política⁹.

Diante do exposto, deduz-se a recepção pela Igreja de uma moral religiosa ou de uma religiosidade recheada de preceitos morais. Algo que se experimentava como uma moral social cingida pela sacralidade, a se encaminhar para o predomínio da ordem, da disciplina do comportamento das pessoas. O que predispunha ao moralismo, ao legalismo. Postura essa que ainda resistiria, embora mais atenuada, até às vésperas do Concílio Vaticano II.

Um moralismo e um legalismo que se sobrepujam aos condicionamentos sócio-culturais, abrindo-se para o acolhimento de um sobrenatural que desconhecia a mediação imperiosa do Mistério da Encarnação.

Energia daí uma antropologia terrivelmente fragilizada e, em consequência, a desvalorização da religiosidade popular, dos movimentos messiânicos.

É justamente essa diretriz pouco ou nada acolhedora do humano que vai repercutir no episódio do padre Cícero e na fenomenologia que o cerca, produzindo numeroso processo canônico, um conflito de posições ideológicas, já no governo episcopal de Dom Joaquim Vieira.

Estava-se distante de uma percepção clara da cristologia, tida por Karl Rahner, o grande teólogo da contemporaneidade, como “fim e princípio da antropologia”, o qual acrescenta a impossibilidade de se “encontrar a Deus fora do homem Cristo e por isso fora do homem em geral”.

Nessas condições não há como estabelecer o finito e o infinito como planos superpostos. “O finito mesmo recebeu uma profundidade infinita e não mais se opõe ao infinito”¹⁰.

Há uma verticalização da fé no domínio humano. O que só faz enriquecer a sua autonomia, o uso não coagido da liberdade, administrando coerentemente os níveis de horizontalidade da prática cristã e de interiorização do divino.

Isso se encontrava fora da compreensão da Igreja, incentivando o fragor da **Questão Religiosa**. O nó da questão reside basicamente, como

⁹ João Alfredo de S. Montenegro, *O Trono e o Altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará (1877-1978)*, Fortaleza, BNB, 1992, p. 63.

¹⁰ K. Rahner, *Teologia e Antropologia*, São Paulo, Edições Paulinas, 1969, p. 78-9.

bem o viu Tito Franco naquele momento, no modo como se processavam as relações entre a Igreja e as sociedades modernas.

A primeira laborava numa forte linha de intransigência, proclamando a subordinação daquelas, na ordem moral, à autoridade sobrenatural, com que insistentemente não se conformavam¹¹.

Tal reforçava acentuado confessionalismo, a não abertura para as coisas articuladas com a justiça, com o operar humano.

Também confluía, por outro lado, para a assepsia alargada da praxis religiosa, das pastorais, da disseminação de valores teológicos e éticos, de atitudes orientadas para mais aperfeiçoada formação da cleresia.

Esse o contexto histórico que cerca o instante da fundação da diocese do Ceará, o qual incrementa a elevação da consciência dos cristãos, dos católicos em particular, predispondo-os ao enfrentamento mais autêntico das graves questões numa quadra da história assinalada pelo imperativo de se redimensionar a vertiginosa secularização, associada à crise de identidade dos valores em geral, num esboço dos sinais dos tempos a gerarem a utopia redentora almejada pelos homens de boa vontade.

**Prof. Dr. João Alfredo Montenegro*

Doutor em História, Professor emérito da UFC, Membro do Instituto Histórico do Ceará

¹¹ A Igreja no Estado, Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1874, p. VII.



DIOCESE DO CEARÁ COMO VITRINE DA ROMANIZAÇÃO (1853 - 1912)

*Prof. Pe. Edilberto Cavalcante Reis**

I. Introdução: A “Terra das Trevas Romanas”

A Igreja Católica, com suas crenças seu culto e sua visão de mundo, ocupa, inequivocamente, um lugar de destaque na história do Ceará. A expressão “Terra das Trevas Romanas”, escolhida como título para esta introdução é muito emblemática neste sentido. O seu autor foi Rev. Natanael Cortez, pastor e líder espiritual dos protestantes cearenses nas primeiras décadas deste século. Com o seu espírito de apologista, ele criou este novo dístico para o Ceará¹ em contraposição ao de “Terra da Luz”, ao qual a região fez jus pelo seu pioneirismo na libertação dos escravos negros. Essa percepção do Rev. Cortez, nasceu das lutas e dificuldades impostas à entrada e a estruturação de novas formas de manifestação religiosa, seja pelos costumes católicos arraigados na cultura local, seja pela situação de hegemonia política e ideológica que a Igreja desfrutava na região. O protestantismo, naquela época, já representava uma outra possibilidade de prática religiosa e uma ameaça ao monopólio do catolicismo sobre o sagrado. Neste sentido, ninguém menos suspeito para testemunhar o alcance do poder da Igreja do que um de seus principais opositores no interior do campo religioso.

O momento em que esta frase foi cunhada, por volta da segunda década do século XX, é muito significativo. Um período que está situado fora do alcance cronológico do presente trabalho, mas que mantém uma forte relação com ele. Foi um momento forte de ressurgimento do catolicismo, saído vitorioso da crise que vivera no século XIX e respaldado por propostas eclesiológicas e missiológicas claras. Não nos ocuparemos mais destas questões, resta-nos, entretanto, salientar que as raízes deste

¹ CORTEZ, Natanael. Apologia da Bíblia. Garanhuns: Typ. do Norte Evangélico, 1920, p. 06.

projeto vitorioso, conhecido como neo-cristandade, podem ser encontradas no processo de reforma do catolicismo, empreendido pelo episcopado nacional no século XIX e que é conhecido como romanização.

O que o Rev. Cortez encontrou no Ceará durante o seu pastorado (1914 - 1947), foi uma sociedade fortemente marcada pelos paradigmas da neo-cristandade. Na verdade, para ele, era o melhor exemplo deste tipo de sociedade no Brasil. É esta influência que ele denuncia como Trevas Romanas.

Muitos fatores contribuíram para que o Ceará desenvolvesse esta característica *sui generis*. Comparando-se a outras regiões do litoral nordestino, o Ceará pode ser considerado a região de mais recente povoação. Enquanto o povoamento de Pernambuco, da Bahia e mesmo da Paraíba do Rio Grande do Norte e do Maranhão encontrava-se bastante avançado, já em meados do século XVII, o Ceará ainda era uma região praticamente inóspita. Era, sem dúvida, uma das “fronteiras” da cristandade colonial lusitana na América, e uma fronteira que prometia bem pouco aos colonizadores portugueses (também aos holandeses e franceses). O donatário que recebeu o Ceará, sequer veio tomar posse da mesma². O máximo proveito que se podia tirar da região era de sua estratégica localização entre o Maranhão e Pernambuco: estando a meio caminho entre as duas capitânicas, poderia servir como ponto de parada para reabastecimento dos navios e também como “cabeça de ponte” para possíveis ataques a uma ou a outra capitania. É justamente com esse fim que tanto portugueses quanto holandeses vão montar pequenos fortes, ao longo do litoral da capitania, no século XVII. Esta situação de desinteresse vai continuar por muito tempo:

“Ainda em 1750, Rocha Pita considerava a Província (sic) do Ceará a mais áspera e inútil do Brasil, só abundante de salinas, pau-voleta e ambar-gris, que o “mar” em desempenho da esterilidade dos outros gêneros, lançava na grandíssima costa, confinante com o Maranhão.”³

É importante lembrar que por volta da década de 1750, o Ceará já estava, há mais de um século, sendo visitado por europeus, tendo sido, por duas vezes, conquistado por holandeses. Além disto, importantes núcleos

² GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da Conquista e Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone. História do Ceará. 4a. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 06.

³ GIRÃO, Raimundo. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza: BNB - ETENE, 1985, p. 09.

de povoamento, que seriam a espinha dorsal da futura rede urbana do Ceará, já existiam há pelo menos duas décadas (Fortaleza, Aquiraz, Aracati, Icó, Baturité, Viçosa e Quixeramobim), e as charqueadas cearenses já alimentavam os mercados consumidores de Pernambuco e da Bahia e até mesmo do longínquo Rio de Janeiro.⁴

A despeito do desdém com que a região era tratada pelos colonizadores, e à sombra da economia canavieira, o século XVIII foi um tempo de desenvolvimento para a capitania. Se no início deste século, é uma região dependente politicamente de Pernambuco e habitada somente por índios e por foragidos da justiça, no final do mesmo, além de ser administrativamente independente de Pernambuco, tem uma população maior que a da Paraíba e do Rio Grande do Norte, de colonização bem anterior e, especialmente a primeira, produtora de açúcar. Para se ter uma idéia deste fenômeno, basta analisarmos comparativamente os dados sobre população, nas três províncias, na década de trinta do século XIX, segundo dados do “*Anuário Político de 1946-47*”⁵: enquanto o Ceará contava com uma população de aproximadamente 186.000 habitantes em 1835, a Paraíba, no mesmo ano, só possuía aproximadamente 109.000 e o Rio Grande do Norte, 46.000. O crescimento da capitania, depois província do Ceará, continuará no século seguinte com o processo de diversificação da economia devido à introdução de novos produtos agrícolas como o algodão, a cana-de-açúcar e mesmo o café, estes dois últimos cultivados nas regiões serranas do Araripe, Baturité e Ibiapaba

A evangelização do Ceará seguiu muito de perto o processo de ocupação colonial. Para usar uma expressão do historiador Eduardo Hoornaert “*o catolicismo no Ceará é de recente data*”⁶. Somente em 1605 aparece o primeiro pedido de missionários para aldear os gentios da serra da Ibiapaba⁷. Com essa intenção, a CIA de Jesus envia os dois primeiros missionários para esta terra: os pp. Francisco Pinto e Luís Figueira. Chegados a Ibiapaba, no extremo norte do atual estado, na fronteira com o Piauí, em 1607, os padres pouco tempo tiveram de convivência e de missão no meio dos índios daquela região. O trabalho foi abruptamente

⁴ GIRÃO, Valdelice Cameiro. As Charqueadas. In: SOUZA, Simone. Op. Cit., p. 66.

⁵ Anuário Político, Histórico, Estatístico do Brasil (1846 - 1847). SORBN.

⁶ HOORNAERT, Eduardo. Catequese e Aldeamentos. In: SOUZA, Simone. Op. Cit. P. 46.

⁷ GIRÃO, Raimundo. Op. Cit. p. 40.

interrompido pelo martírio do Pe. Francisco Pinto por “bárbaros” tapuias que se recusavam a receber a mensagem trazida por eles.

Por quase meio século o Ceará ficará longe do Evangelho. Somente a partir de 1649, é que, juntamente com a expedição holandesa liderada por Matias Beck, chegou ao Ceará o missionário calvinista inglês Thomas Kempins. Com vasta experiência de evangelização entre os índios da Paraíba e do Rio Grande do Norte, Rev. Kempins logo inicia o trabalho de catequese junto aos índios do litoral, entre o forte fundado por Beck (local onde hoje está situada a cidade de Fortaleza) e a Ibiapaba. Mas esta tentativa também teve um fim trágico. Quando da expulsão dos holandeses de Pernambuco (1654), os índios do Ceará, aliados destes contra os portugueses, interpretaram a derrota batava como traição e deram início ao massacre de todos os holandeses que encontravam pela frente. Entre as vítimas estava boa parte da guarnição do forte Schoonemborck, e entre eles, o zeloso Rev. Kempins⁸.

Depois deste episódio, mais precisamente nas últimas décadas do século XVII, é que o Ceará entrou definitivamente no mapa da cristandade colonial portuguesa (neste mesmo período entrou também no mapa das regiões economicamente produtivas do Império Lusitano). Segundo dados do próprio Matias Beck e do Pe. Antônio Vieira, então provincial dos jesuítas, mais de quatro mil “almas”, em sua maioria índios aldeados pelos calvinistas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, buscam refúgio nas inóspitas terras do Ceará, especialmente na serra da Ibiapaba. Acreditando-se no testemunho de Vieira, neste período passou a reinar entre os indígenas da Ibiapaba *a mais total confusão herética protestante*. Entre *eles campeavam as mais diferentes heresias, provenientes dos mais diferentes pontos da Europa reformada*. Na ótica de Vieira, tamanha era a confusão protestante reinante entre os índios do Ceará, que a Ibiapaba poderia muito bem ser chamada de “*A Genebra de todos os sertões do Brasil*”⁹.

Sem nos determos mais nestes dados apresentados por Vieira, duas conclusões podemos tirar deste episódio e de sua importância para a história religiosa do Ceará:

⁸ KROMMEN, Rita. Mathias Beck e a CIA das Índias Ocidentais. Fortaleza: EDUFC, 1997, p. 101.

⁹ VIEIRA, Pe. Antônio. “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”. In: Revista do Instituto do Ceará - tomo 18. Fortaleza: 1904, p. 92.

Naquele momento, a região inóspita e bárbara passa a fazer parte do mapa da cristandade. Mais especificamente, da cristandade que se debate em uma cruel guerra religiosa. Chamar a Ibiapaba de “*Genebra dos Sertões*”, é fazer com que aquela região ganhe um sentido no mundo da contra-reforma. É como parte do mundo da contra-reforma que o Ceará passará a fazer parte de forma mais marcante nos projetos jesuíticos de evangelização. Em 1695, este plano começará a ganhar forma com a fundação da aldeia de N. S. da Assunção da Ibiapaba (atual cidade de Viçosa do Ceará), depois de tentativas frustradas em 1656, 1662, 1673 e 1690¹⁰. A partir daí, os padres da CIA de Jesus construíram uma rede de aldeamentos que se estendia por quase todo o território do atual estado, conforme pode ser observado no mapa abaixo:

Esta rede de aldeamentos serviu, entre outras coisas para marcar a presença portuguesa na região, e para quebrar os últimos focos de resistência indígena, criando-se uma comunicação por terra entre o Maranhão e Pernambuco. Assim a região nascida como “*Genebra dos Sertões*” se converte em um “estado jesuítico” à semelhança do que ocorreu também no sul do Brasil e no Paraguai¹¹. Esta será a condição do Ceará até a expulsão da Companhia em meados do século XVIII: governado política e religiosamente pelos jesuítas e economicamente assentado na pecuária, especialmente na charqueada.

Com certeza, estes e outros aspectos da colonização do Ceará carecem de um maior cuidado da parte dos historiadores. São poucas as reflexões que temos sobre o período, poucas as fontes, mas, sem dúvidas, estamos diante de um vasto campo de possibilidades para o trabalho dos pesquisadores.

2. Uma cidade construída sobre a areia:

“A primeira coisa que pode-se dizer sobre o Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre a areia. Desde a praia até o bairro mais distante só se vê areia...”¹².

¹⁰ HOORNAERT, Eduardo. Op. Cit. In: SOUZA, Simone. Op. Cit. p. 52.

¹¹ NOBRE, Geraldo. História Eclesiástica do Ceará. (1a. Parte). Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1980, p. 122.

¹² KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p 153.

Com estas palavras é que o viajante protestante Daniel Kidder, descreve a cidade de Fortaleza nos idos da década de 1840. Pela descrição, a vila não mudara muito desde que o capitão-mor Manoel Francês mandou desenhar o primeiro esboço da mesma no século XVIII. Ainda faltavam alguns anos para que os ventos do progresso se fizessem sentir e Fortaleza pudesse respirar os ares de uma urbe civilizada. No entanto não é por este caminho que nossa reflexão será encaminhada. Esta descrição nos interessa por outro motivo, que tem mais relação com o nosso objeto de estudo.

A expressão “*construir sobre a areia*” é um tropos cheio de significado religioso para a tradição cristã e muito nos fala sobre a situação do campo religioso no Ceará até a primeira metade do século XIX. Ela nos remete imediata e obrigatoriamente para a seguinte passagem do evangelho:

“Assim, todo aquele que ouve estas minhas palavras e as põe em prática será comparado a um homem sensato que construiu a casa sobre a rocha. Por outro lado, todo aquele que ouve essas minhas palavras, mas não as pratica, será comparado a um homem insensato que construiu sua casa sobre a areia. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, sopraram os ventos e deram contra aquela casa e ela caiu. E foi grande a sua ruína” (Mt. 7, 24 ss)

Certamente não é por mero acaso que aquele visitante acentua o fato de Fortaleza ser uma cidade construída sobre a areia. De uma forma velada ele está enquadrando a, então pequena povoação, no rol das cidades malditas, onde habitam homens ímpios e insensatos que vivem longe da vontade de Deus, entregues a suas paixões e prontos para enfrentar o juízo eterno. De uma forma ou de outra, o cripto-missionário poderia dizer o mesmo de todas as cidades do Império. Neste sentido, não faltam testemunhos de viajantes, principalmente ao se defrontarem com as práticas religiosas daquele Brasil ainda fortemente marcado pela herança colonial. Para viajantes e missionários aqui desembarcados, especialmente os protestantes, o povo brasileiro vivia no mais ignominioso paganismo, sendo o cristianismo uma mera fachada. Porém o Ceará (Fortaleza) chamava a atenção de Kidder por um curioso detalhe, que causa no mesmo uma forte admiração: ela era uma cidade quase sem igrejas - ele aponta a existência de um único templo, o de N. S. do Rosário dos Homens Pretos - e sem qualquer tipo de instituição monástica - “*circunstância essa sem paralelo em todo o Brasil*”¹³. Esta

¹³ Idem, p. 153.

observação deve ser lida juntamente com a primeira para que, abstraindo-se as preocupações apologéticas do viajante, possamos continuar com a nossa primeira e fundamental conclusão: o Ceará para o protestantismo, e mesmo para o catolicismo romanizado, continua sendo uma terra de missão. Uma terra a ser salva; um lugar onde a Igreja precisa ser construída, não sobre a areia, mas sobre a pedra dos preceitos cristãos.

É por este motivo que o Ceará se prestará tão bem aos propósitos da reforma religiosa do Brasil em curso no século XIX. É nesta chave que procuraremos entender todo o processo de criação da diocese do Ceará. A sua situação “*sem paralelos em todo Brasil*” fez com que fosse tido como um dos locais apropriados para que as diferentes propostas (especialmente a proposta romanizadora) de (re)construção do campo religioso brasileiro fossem viabilizadas

É muito importante também salientar que, alguns anos antes da visita de Kidder, fora elaborado o primeiro plano de urbanização da cidade com o projeto do urbanista Silva Paulet (1818) e, alguns anos depois o de Adolfo Herbster (1875). É bastante significativo que a reforma da cidade aconteça no mesmo contexto em que o campo religioso vai sendo delineado com a criação da diocese (1860) e a implantação da primeira comunidade protestante (1881).

Os dados estatísticos sobre a província do Ceará na primeira metade do século XIX, são bastante imprecisos mas corroboram a nossa hipótese. Segundo os, já citados dados do “*Anuário Político... de 1846-47*”, a população do Ceará, em 1839, foi calculada em torno de uns 200.000 habitantes. Em 1853, um ofício do presidente da Província ao ministro dos Negócios da Justiça, contendo dados a serem anexados ao processo canônico de criação da diocese, calculava a população em 340.000 mil “*almas*”. Ainda segundo o mesmo documento, esta população estava espalhada nas 33 paróquias que compunham a Província. Dividindo-se a população pelo número de paróquias, tínhamos em média 10.000 habitantes por paróquia. Esta divisão não corresponderia à realidade, pois a população espalhava-se de forma desigual pelo território da Província. Havia uma concentração de população na capital, em alguns pontos do litoral e nas regiões serranas. O importante é que o número de paróquias é bem pequeno para a população e em relação ao território. Isso é um reflexo da situação precária da divisão eclesiástica do Brasil. A diocese de Olinda, da qual faziam parte além do Ceará, as Províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, segundo os dados do “*Anuário...*”, possuía 163 paróquias. Assim sendo, o Ceará respondia por mais ou menos 20% das paróquias da Província eclesiástica. Já a população

do bispado era calculada em torno de 1.060.000 habitantes, dos quais aproximadamente 28% estavam no Ceará. Comparando-se a outras dioceses, a estatística paroquial não era das piores. Possuía pouco menos que a metade em relação a então secular diocese do Maranhão, que tinha 55 paróquias para uma população um pouco menor e um território muito maior. Possuía três paróquias a menos que a prelazia de Goiás e mais que o dobro da prelazia do Mato Grosso. Quanto ao clero, por volta de 1858, bem no momento da instalação da diocese, o Ceará possuía 69 sacerdotes, todos seculares, entre párocos e vigários e mais 01 vigário geral forense. Existiam, ao todo 121 igrejas, entre matrizes e capelas filiais, segundo dados da “*Memória Estatística da Província do Ceará*”¹⁴, feita pelo pe. Thomás Pompeu. Posteriormente, voltaremos a estes dados para analisarmos a importância política que estes vão assumir no momento da criação do bispado, principalmente no tocante ao projeto de romanização.

3. Os percursos da romanização no Ceará

Mais de um século depois, quando olhamos o percurso da romanização no Brasil, não podemos deixar de afirmar que este foi um fenômeno que marcou profundamente a história e a eclesialidade do catolicismo brasileiro. A sensação de desconforto e de descompasso que setores da Igreja nacional sentiam em relação ao restante da Igreja universal foi bastante relativizada. A situação do campo religioso, hoje, é bastante diferente: se outrora a Igreja era inegavelmente hegemônica, mas tinha uma estrutura hierárquica bastante débil, hoje se dá justamente o contrário.

À medida em que o campo religioso brasileiro do final do século XX vai se tornando cada vez mais plural, e o catolicismo parece querer embarcar numa competição de tipo mercadológica para não ficar em uma situação numérica desfavorável, a instituição torna-se cada vez mais forte e estruturada, servindo mesmo de modelo para as outras Igrejas particulares espalhadas pelo mundo. Não é desconhecido de ninguém a importância da CNBB nas últimas décadas da história do Brasil, mesmo em relação à Igreja Universal, a atuação do episcopado nacional, desde o Vaticano II, tem sido tão fundamental que parece inquietar alguns setores

¹⁴ BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Memória Estatística da Província do Ceará*. Fortaleza: Typ. Brasileira de Paiva & CIA, 1858.

dentro da própria Igreja¹⁵. Foi um passo e tanto para uma Igreja, que a tão pouco tempo jazia sob o peso de um Estado que a acorrentava sob o pretexto de protegê-la, mantendo-a em um estado de microcefalia, enquanto a sociedade se tornava cada vez mais complexa e as demandas espirituais mais refinadas e exigentes.

Para muitos historiadores eclesiais, principalmente aqueles ligados a correntes mais progressistas dentro da Igreja, a romanização é vista como um momento que trouxe pouco proveito para o catolicismo nacional. Não é nosso interesse na conclusão de nosso trabalho fazer um panegírico da romanização, mas muito do que a Igreja do Brasil conseguiu ser durante o último século, teve como alavanca o processo de romanização. É interessante perceber o quanto os processos históricos, longe de representarem uma caminhada muito bem arrumada, onde o bem luta com o mal e um dos dois sai vencendo, mostram resultados diferentes do que alguns esperam e do que outros temem.

O percurso histórico da Igreja que está no Ceará, desde o momento em que se começaram as melindrosas e burocráticas negociações entre o Estado Imperial e a Cúria Romana, para nós é um bom exemplo do que afirmamos. Uma Igreja nascida em um momento especialmente difícil para o catolicismo. Um momento de incompreensão, de pouco diálogo entre a Igreja e o mundo moderno e de fervores apoloéticos à flor da pele. Uma Igreja nascida pobre em um lugar pobre. Uma região que sempre esteve fora das grandes regiões econômicas, o que significava estar fora da área de interesse das elites que comandavam - e comandam - os destinos do país.

Economicamente, o Ceará parecia, apesar da teimosia de seu povo, destinado ao mais grotesco dos fracassos. Não faltou quem, por mais de uma vez, sugerisse a fusão do Ceará com o Piauí e mesmo, de ambos, com o Maranhão, para que a região se tornasse mais viável. No entanto, em termos eclesiais, ela parecia bem promissora. Era justamente na tibieza de seu lado institucional que a Igreja do Ceará mostrava-se como um campo onde se poderia por em curso os projetos de catolicismo que diferentes setores da sociedade brasileira tentavam implementar ao longo do século XIX: seja o clero liberal que sonhava com uma Igreja Nacional,

¹⁵ BEOZZO, José Oscar. A Igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II...Petrópolis: VOZES, 1994, p. 77.

livre de Roma¹⁶ ; seja o Estado regalista que pretendia manter as suas prerrogativas sobre a Igreja, tal como ocorreu durante todo o período colonial¹⁷; sejam os liberais maçônicos mais exaltados que sonhavam com uma *mudança na alma dos brasileiros*, que significava sua adesão a uma religião mais moderna e menos *obscurantista*, como o protestantismo trazido dos EUA, ou da Inglaterra¹⁸.

O período das negociações entre o Estado Imperial e a Santa Sé para a implantação da diocese, entre 1853 e 1860, foi definitivo com relação ao sentido que esta iria tomar. Estava claro que Roma não iria perder a oportunidade de mostrar ao Estado Imperial e à sociedade brasileira como um todo, que rumos a Igreja do Brasil deveria tomar a partir de então.

As exigências impostas pela internunciatura apostólica para a execução da bula de criação canônica da diocese eram consideradas descabidas pelo governo. Para a Santa Sé, no entanto, aquele era o momento de demarcar espaços de poder e por isso o internúncio permaneceu inflexível até conseguir tudo: a dotação orçamentária das cóngruas episcopais e do cabido diocesano; garantia também de verba do orçamento para a construção ou reforma da Sé Catedral, de um seminário diocesano, de uma residência episcopal e de um prédio para a cúria e chancelaria eclesiástica¹⁹.

Quando os dois primeiros padres escolhidos para assumirem a Sé do Ceará, declinaram da honrosa indicação²⁰, parecia que estávamos diante de uma reedição dos fatos acontecidos nos primórdios da colonização portuguesa, quando o donatário que recebeu o Ceará, por saber que a região não se prestava ao plantio da cana, não possuía vastas florestas de pau-brasil, ou mesmo minas de ouro ou prata, nem sequer apareceu para conhecer “sua terra”. Era uma terra tão difícil que pouco valia para justificar o trabalho de uma vida. Quando D. Luiz assume a

¹⁶ AZZI, Riolando. A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 193.

¹⁷ Idem, p. 136.

¹⁸ VIEIRA, Davi Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. Brasília: Ed.UnB, 1980, p. 95.

¹⁹ Expediente Relativo à Criação das Dioceses do Ceará e Diamantina. Carta do Sr. Ministro dos Negócios da Justiça ao Ministro dos Negócios Estrangeiros - 1857. DEAN.

²⁰ GIRÃO, Raimundo. Evolução Histórica Cearense. Fortaleza: BNB - ETENE, 1985, p. 217.

nova diocese, parecia mesmo que os dois que haviam rejeitado o sólio episcopal cearense estavam com a razão. O primeiro bispo tinha diante de si a difícil tarefa de construir a instituição eclesial do Ceará dos alicerces: não havia um seminário, ele não contava com o apoio de qualquer ordem religiosa, tinha em suas mãos um clero pequeno, pouco instruído e que não primava pela ortodoxia, principalmente no tocante à moral e mesmo as irmandades religiosas, que existiam aos montes nas outras dioceses onde chegavam mesmo a ser um problema, só teriam seu momento de apogeu alguns anos depois de instalada a diocese. Somente depois de conseguir montar uma estrutura mínima de governo, é que ele poderia começar a pensar em moldar as diferentes manifestações religiosas existentes na região nos contornos do catolicismo romanizado.

Mas é essa fraqueza que tornava a região especial. Enquanto os demais bispos romanizadores teriam que enfrentar uma dura oposição da parte do clero e dos leigos, os bispos do Ceará encontrariam um caminho quase que totalmente desimpedido para a implementação de seu projetos. Comparando, a título de exemplificação, o percurso de alguns bispos contemporâneos aos dois primeiros bispos do Ceará, podemos perceber claramente que as coisas foram bem menos complicadas para D. Luiz e D. Joaquim.

Sobre os bispos do Pará e de Olinda, poucas palavras são necessárias. Dois deles acabaram nos cárceres do Império por *ousarem* enfrentar abertamente o poder das irmandades e da maçonaria. No Recife, antes que D. Vital entrasse em rota de colisão com estes poderosos inimigos, um outro bispo, D. Manoel do Rego Medeiros - por acaso o primeiro clérigo cearense elevado ao episcopado e que também trabalhara como secretário de D. Macedo Costa - encontrara a morte apenas sete meses depois de empossado na sua diocese (1866). Este fato aconteceu durante sua primeira visita pastoral, em circunstâncias tais que a família e os amigos mais próximos julgaram estar diante de um crime por envenenamento²¹. Os principais suspeitos foram os mesmos que levariam D. Vital a julgamento: os católicos ligados à maçonaria.

Em S. Paulo, os dois principais bispos da romanização, D. Antônio Joaquim de Melo e D. Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, tiveram que lutar corajosamente contra membros do próprio clero, especialmente os membros de seus respectivos cabidos diocesanos, que faziam tudo o

²¹ Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará em Comemoração às “Bodas de Ouro” de Sua Fundação. Fortaleza: 1914 - 1920. SHEAF, p. 85.

que era possível para dificultar a implantação de seus projetos. A situação chegou a tal ponto que ambos precisaram de apoio fora da diocese para ampliar a pequena base de apoio, que ambos conseguiram entre o clero do interior da diocese dar continuidade ao seu trabalho. Esse apoio veio, ora do Imperador, ora de Roma e, muito especialmente, das ordens religiosas que estes *importaram* para a diocese. Deve-se notar também que ambos morreram em uma espécie de exílio voluntário dentro da própria diocese. D. Lino, por exemplo, terminou seus dias, dirigindo a diocese não de S. Paulo, mas de Aparecida do Norte²².

No Rio de Janeiro, mesmo com a proximidade da corte e da legação oficial da Santa Sé, pode-se notar como D. Pedro Maria de Lacerda se viu acuado pelas forças políticas de oposição à romanização em momentos capitais dos embates com a maçonaria²³.

No Ceará, mesmo durante os tormentosos anos da *Questão dos Bispos*, D. Luiz jamais enfrentou uma clara e generalizada oposição do clero e a oposição da maçonaria teve tão pouca repercussão prática que alguns anos depois ele era elevado à Sé Primacial da Bahia. Também durante as turbulências e indefinições que se seguiram ao 15 de novembro de 1889, D. Joaquim pôde contar com o apoio de seu clero e de importantes lideranças leigas católicas para responder à altura dos acontecimentos. É certo que o *Partido Católico* do Ceará foi um grande fiasco político, mas mostrou que o catolicismo na região já possuía alguma capacidade de organização e que, mesmo não obtendo vitórias a curto prazo, estava aprendendo a agrupar forças políticas em torno da defesa de seus princípios²⁴. Esta capacidade de aglutinação de forças foi sendo exercitada ao longo dos anos que se seguiram à Proclamação da República, até que nos, anos 30, depois da revolução que levou Vargas ao poder, a Igreja cearense, por meio de seu braço político, a *Liga Eleitoral Católica*, tornou-se um dos grandes agentes políticos²⁵. Essa posição

²² GAETA, Maria Aparecida. Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho - 1873-1894. São Paulo: USP, 1991, p. 334.

²³ GOMES, Francisco José S. Le Projet de Neo-Chretienisme dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 a 1915 (These de Doctorat). Universite de Toulouse Le Mirail, 1991, p 345.

²⁴ PINHEIRO, Francisco José. O Processo de Romanização no Ceará. In: SOUZA, Simone. op cit. p.203.

²⁵ SOUZA, Simone. As Interventorias no Ceará (1930 - 1935). In: SOUZA, Simone. op cit, p. 335.

privilegiada, fez com que o Estado ponderasse as vantagens de uma nova aliança com a *Velha Senhora*, não mais nos termos de submissão da mesma aos seus caprichos, como ocorria durante a vigência do padroado, mas com base no respeito pela sua pretensão de ser a reserva moral da nação e base de sustentação institucional.

Tal situação somente iria desmoronar nos anos 70 sob o clima de exceção instaurado pelos militares²⁶. À medida que as perseguições e torturas passaram a ser a única forma de diálogo entre o Estado e a Sociedade, a Igreja assume corajosamente uma postura de denúncia, o que a colocaria em rota de colisão com a ditadura. Isto foge aos limites de nosso trabalho, mas não podemos deixar de citar a importância que a Igreja do Ceará terá nesse momento, seja através da atuação de seu chefe espiritual, o cardeal Aloísio Lorscheider, seja pela atuação de outros clérigos que, em sua história, tiveram alguma relação com a Igreja cearense, penso especialmente em D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e formado no Seminário da Prainha, e no frade dominicano Tito de Alencar.

Além da preocupação com o estabelecimento de uma nova forma de *concordata* com o Estado brasileiro que reabilitasse o papel político da Igreja nos jogos de poder, o episcopado ultramontano tinha mais duas preocupações que formavam, com a primeira, o tripé sobre o qual se apoiava a proposta ultramontana de reforma da Igreja do Brasil: a primeira era a formação de um novo clero e a segunda era a preocupação com as práticas religiosas dos fiéis. Na verdade, essas não eram preocupações novas. Pelo menos desde a Reforma Protestante, elas estavam na pauta de discussão eclesiástica. No Brasil, desde os primórdios da evangelização, os jesuítas e outros missionários sempre interpelando o episcopado, a coroa e a Santa Sé, não cansavam de mostrar a necessidade de se montar uma adequada estrutura de formação para o clero brasileiro, segundo as normas de Trento. Também as práticas religiosas e morais do povo da colônia, desde muito tempo representavam, na visão dos missionários, da inquisição e da coroa, um problema a ser resolvido com criteriosa atenção.

O álbum comemorativo dos 50 anos do Seminário da Prainha não poupa adjetivos para qualificar os frutos de sua existência. Para o autor do *Álbum* era claro como o dia. Bastava olhar para o lastimável estado em que se encontrava o clero cearense antes da criação da diocese e, por conseguinte, do mesmo seminário e ver o que se passava cinquenta anos

²⁶ MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 - 1885). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 169.

depois: em lugar de um clero escasso, um celeiro de vocações. Eram tantas que dava perfeitamente para exportar. A lista de padres cearenses, atuando fora do estado, é cuidadosamente enumerada como prova cabal disto. Além do mais, como se não bastasse o número de padres, o seminário ostentava orgulhosamente, já nas duas primeiras décadas do século XX, uma galeria de eminentíssimos membros do episcopado nacional. Havia entre eles até mesmo um arcebispo primaz. Com o passar dos anos, essa galeria cresceria mais ainda e daria à Prainha o glorioso título de *Celeiro de Bispos* da Igreja nacional²⁷.

No lugar dos padres com pouquíssima formação intelectual, encontrados por D. Luiz, o *Álbum*, orgulhosamente apresentava a sua galeria de *padres doutores*. Mas isto não era só. Além dos padres doutores, o seminário se orgulhava de ser o berço da elite intelectual cearense. Até hoje, os discursos que lembram saudosamente o que alguns chamam de *era de ouro do Seminário da Prainha*, não podem deixar de lembrar que boa parte da elite intelectual do Ceará e mesmo de estados vizinhos, passaram pelos seus bancos escolares. Médicos, advogados, magistrados, políticos e outras figuras de renome são citados para mostrar a decisiva contribuição da Prainha para a ilustração do povo da *província*. Ufanismo à parte, ainda falta uma pesquisa que mostre se o pensamento dos intelectuais católicos franceses do século XIX, teria, por meio dos lazaristas franceses trazidos por D. Luiz, influenciado, de alguma forma, intelectuais do porte do Barão de Studart e outros tantos de sua geração e das gerações seguintes.

Mas nem tudo era tranqüilidade no relacionamento entre os bispos e o seu novo clero romanizado. Mesmo sendo formado em um instituto fora de qualquer suspeita e sob a orientação de mestres bastante confiáveis, o clero cearense ainda era supervisionado bem de perto, e os bispos tinham o cuidado de manter bem curta a disciplina. Uma das maneiras canônicas de se conseguir manter o clero na linha, era fortalecê-lo anualmente com um retiro espiritual. Mas havia outras formas menos piedosas de se conseguir adesão incondicional. Um destes artifícios era a não colação de párocos, conforme mandava a lei imperial e os cânones de Trento. Em vez disso, especialmente D. Luiz, passou a nomear vigários encomendados com provisões anuais e que poderiam ser suspensas a qualquer momento a critério do diocesano. Outra forma de minar o poder do clero foi a não criação do cabido de cônegos. Os cabidos diocesanos gozavam de uma

²⁷ GIRÃO, Raimundo. op cit, p. 221.

certa margem de poder e, como já acontecera em outras dioceses, poderiam representar uma indesejável oposição ao episcopado²⁸.

No *Álbum das bodas de ouro* do seminário, também uma ilustre ausência se faz sentir. Essa figura importante que fica praticamente esquecida naquela comemoração, não fosse pelo seu nome perdido em meio às listas de seminaristas matriculados e ordenados, carrega atrás de si alguns anos de tensão e representa uma interrogação grave que poderia obliterar o brilho das comemorações. Esta figura é o pe. Cícero Romão Batista e o mundo que ele representa é o Juazeiro, com seus beatos, beatas, milagres, teofanias, escatologias, com sua arte, e seus conchavos políticos. Ambos representam um curto-circuito nos projetos da romanização. Este curto-circuito aconteceu justamente no ponto mais melindroso de todo o projeto: como conformar as práticas religiosas às normas institucionais?

Quando tratamos estes três momentos do projeto romanizador, não queremos dizer que se tratam de três realidades distintas, mas o fazemos por motivos didáticos. No entanto, os três se encontram imbricados de tal forma, que na questão em torno do que se passou a chamar de *Fenômeno de Juazeiro*, há implicações que atingem todo o projeto e não só uma parte. Por isso, ele tem sido de tão difícil digestão para a hierarquia ao longo destes mais de 100 anos.

Até o começo de 1889, o projeto de romanização da Igreja do Ceará corria sem muitos atropelos, principalmente no tocante à difícil tarefa pastoral de adequar as práticas religiosas ao novo modelo eclesiológico, clerical, centralista e, a seu modo, *modernizante*. As irmandades estavam sendo controladas sem muitos sobressaltos, diferentemente do que acontecia em outras partes do Brasil. A diocese mantinha um rígido controle sobre os Compromissos de Irmandades aprovados pelo Estado, influenciando, na medida do possível, sobre o seu texto final. O mais importante centro de peregrinação existente na diocese, Santuário de S. Francisco das Chagas de Canindé, estava sob as vistas cuidadosas do bispo, que a muitos anos estava revertendo aos seus vultosos rendimentos para a obra das vocações. O controle episcopal sobre Canindé iria aumentar mais ainda na década seguinte, depois que a Irmandade fundada sob a orientação

²⁸ A Fraternidade: Ex Fructibus Eorum Cognoscatis Eos. Fortaleza, 25 de novembro de 1873.

de D. Luiz, seria supressa e a direção espiritual e administração temporal do santuário entregue aos frades capuchinhos italianos do Maranhão²⁹.

Por outro lado, menos de duas décadas depois de instaladas, as novas devoções, trazidas pelo primeiro bispo e seus ajudantes, já estavam espalhadas por toda a diocese. Tanto as Conferências Vicentinas quanto o Apostolado da Oração eram duas potentes armas da romanização para implantar um novo tipo de piedade, e desenvolver uma espiritualidade mais intimista e preocupada com a salvação das almas. O seu sucesso era garantido não só pela sua disseminação por todos os recantos da diocese, mas também pela inserção social: enquanto os Vicentinos atingiam, grosso modo, as elites letradas dos principais centros urbanos, o Apostolado e também outras agremiações, como as Filhas de Maria, espalhavam-se pela base da estrutura social. Tudo isso sob os olhos atentos do bispo e de seu diligente clero, não mais um clero escandaloso e mais envolvido em questões temporais, mas preocupado com a salvação das almas. A geração de padres formados na Prainha já se fazia notar pela defesa intransigente dos ideais da romanização, especialmente de uma eclesiologia centrada no clero e que tinha como corolário a obediência à hierarquia.

É justamente neste ponto que Juazeiro embaralha tudo. Diferente do que acontece em Canudos, onde o leigo Antônio Conselheiro é o pivô de todo o problema, em Juazeiro, é um padre formado nas primeiras turmas do seminário romanizado e tido, até então, como um dos mais exemplares membros do clero renovado, que ocupará o lugar de destaque. Será ele quem desafiará, em nome de sua consciência, a disciplina e a hierarquia, quebrando assim os dois fios principais de toda a trama. Um outro dado importante e que não é considerado o bastante é que tudo começou, não em uma reunião de alguma irmandade rebelde ou alguma confraria de beatos pouco ortodoxa, mas sim em uma reunião do Apostolado da Oração que, como bem frisou o pe. Cícero em carta a D. Joaquim, acontecia “*conforme o regulamento*”³⁰. Em plena celebração da primeira sexta-feira de março de 1889, quando os membros do Apostolado, depois de uma noite de vigília penitencial onde todos se preparavam, pela confissão sacramental, para receberem a comunhão reparadora pelos pecados cometidos contra o Sagrado Coração de Jesus, a primeira pessoa que recebe a hóstia é

²⁹ Apontamentos Históricos Sobre a fundação e Conservação do Seminário de Fortaleza Nesta Diocese: Apresentado por D. Joaquim (1894).(Manuscrito). SHEAF.

³⁰ Revista do Instituto do Ceará. Documento Sobre a Questão Religiosa do Juazeiro. p. 267.

surpreendida pela transformação da mesma em sangue. O que poderia ser visto como uma comprovação da transubstanciação, ou um sinal para o arrependimento dos pecadores, foi interpretado pela cúria diocesana primeiro como um embuste e depois, como obra do demônio. Nas palavras do pe. Francisco Anthero:

“Parece que todos estão convencidos como os padres estrangeiros do Seminário desta capital, que Nosso Senhor não deixa a França para obrar milagres no Brasil...”³¹

Na verdade, por mais força que estas palavras possam ter, principalmente, vindas de um teólogo bem conceituado na diocese, que participara da primeira comissão de inquérito formada pelo bispo, que se ocupou de analisar os acontecimentos e se posicionou pela sobrenaturalidade dos mesmos, elas só expõem uma parte do problema. Há mais coisas em jogo. Era absolutamente necessário que a autoridade diocesana não fosse quebrada, ou pelo menos arranhada, principalmente depois dos acontecimentos que se seguiram ao 15 de novembro. Como a Igreja poderia pretender apresentar-se ao Estado como um fator de manutenção da ordem social se, internamente, não podia manter a ordem e a disciplina entre seus quadros? Além disso há um ponto pouco explorado e que poderia ser o objeto de pesquisas posteriores mais aprofundadas. Depois que a Igreja perdeu os subsídios estatais, o episcopado quase entra em pânico com a possibilidade de um colapso total na economia de suas dioceses. Havia também o perigo da aprovação da Lei da Mão Morta, que visava à apropriação, pelo Estado, do patrimônio da Igreja. No caso do Ceará, a única tábua de salvação passou a ser as rendas do santuário de Canindé que a muito custo estavam sendo controladas pela diocese. Imagine o que D. Joaquim pensava do surgimento de um outro santuário que, na prática, representaria concorrência ao santuário diocesano, longe da Sé, e completamente fora do seu controle?

³¹ BARROS, Luitgard Cavalcante Oliveira. O Movimento Religioso de Juazeiro do Norte: pe. Cícero e o Fenômeno do Caldeirão. In: SOUZA, Simone. op cit, p. 294.

BIBLIOGRAFIA

- AZZI, Riolando. *A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. *O Trono e Unido ao Altar: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BASTOS, Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja no Brasil, de João XXIII a João Paulo II...*Petrópolis: VOZES, 1994.
- BARROS, Luitigard Oliveira Cavalcanti.. *A Terra da Mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. *Memória Estatística da Província do Ceará. Fortaleza*: Typ. Brasileira de Paiva & CIA, 1858.
- CAMARA, João. *Almanaque de Fortaleza*. Fortaleza: 1895.
- CASTELO, Plácido de Aderaldo. “*O Seminário da Prainha*”- in: Revista do Instituto do Ceará, Tomo 78, 1964.
- CORTEZ, Natanael. *Apologia da Bíblia*. Garanhuns: Typ. do Norte Evangélico, 1920.
- CAMELO, Murilo José de Oliveira. *Dom Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1986.
- CAMPO, Eduardo. *Capítulos de História de Fortaleza no século XIX*. Fortaleza: EDUFC, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice / IUPERJ, 1988.
- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.
- DELLA CAVA, Ralph. *O Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.
- DUSSEL, Henrique (org.). *500 Anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- FERREIRA, Júlio Andrade. *História da IPB (vol I)*. 2a. ed. São Paulo: ED. Presbiteriana,1992.
- FORTI, Maria do Carmo Pagan. *Ela Fez o Milagre... A Beata Maria de Araújo no Juazeiro do Padre Cícero*. São Paulo: Mestrado em Ciências da Religião - PUC, 1997.
- GAETA, Maria Aparecida. *Os Percursos do Ultramontanismo em São Paulo no Episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho - 1873-1894*. São Paulo: USP, 1991.
- GARDEL, Luis. *Les Armoiries Ecclésiastiques au Brésil.(1551-1962)*.Rio de Janeiro: (?), 1965.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNB - ETENE, 1985.

- GOMES, Francisco José S. *Le Projet de Neo-Chretiente dans le Diocese de Rio de Janeiro de 1869 a 1915 (These de Doctorat)*. Universite de Toulouse Le Mirail, 1991.
- HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil - tomo II*. Petrópolis: Paulinas / VOZES, 1992.
- _____. *O Cristianismo Moreno do Brasil*. Petrópolis: VOZES, 1991.
- _____. *Formação do Catolicismo Brasileiro*. Petrópolis: VOZES, 1978.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital: 1848-1875*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- KROMMEN, Rita. *Mathias Beck e a CIA das Índias Ocidentais*. Fortaleza: EDUFC, 1997.
- LOPES, Francisco Régis. *O Caldeirão*. Fortaleza: EDUECE, 1993.
- _____. *Beato João de Cristo Rei: o profeta do Juazeiro*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1994.
- _____. *O Verbo Encantado: a construção do pe. Cícero no imaginário dos devotos*. (Dissertação de Mestrado) Fortaleza: Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais - UFC, 1998.
- LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MACEDO, Nertan. *O Padre e a Beata: a vida do pe. Cícero do Juazeiro*. Rio de Janeiro: Edições "O Cruzeiro", (s.d.).
- MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 - 1885)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- MARIA, Pe. Júlio. *O Catolicismo no Brasil, Memória Histórica*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja, de Lutero aos Nossos Dias: a era do liberalismo (tomo III)*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MONTEFIORI, Fr. João José de. *Lições Elementares de Retórica Expostos sob um Ponto de Vista Cristão*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1864.
- MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do Catolicismo no Brasil*. Petrópolis: VOZES, 1972.
- MORSE, Richard . *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas América*. São Paulo: CIA das Letras, 1988.
- NOBRE, Geraldo. *História Eclesiástica do Ceará. (1ª. Parte)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos, 1980.
- PORTUGAL, Fernandes. *Curso de Cultura Religiosa Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Epoque*. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1993.
- PIERRAR, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ROMANO, Roberto. *Brasil, Igreja Contra Estado*. São Paulo: Kairós Livraria, 1979.
- RODRIGUES, Ana Maria Moog. (org.). *A Igreja na República*. Brasília: EDUNB, 1981.

- SILVA, Severino Vicente (org.) *Igreja e Controle Social nos Sertões Nordestinos*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SOARES, José Carlos de Macêdo. *Fontes da História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1954.
- SOUZA, Simone (org.). *História do Ceará*. 4ª. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- STUDART, Guilherme. *Jesuitas e Jesuitismos*. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1909.
- SUESS, Paulo. *A Conquista Espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: VOZES, 1994.
- TAKEIA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Natal: UFRN / Editora HUCITEC, 1995.
- TEIXEIRA, Luiz Couto. *A Gênese das CEB'S no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- VIEIRA, Pe. Antônio. “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”. In: *Revista do Instituto do Ceará - tomo 18*. Fortaleza: 1904.
- VIEIRA, Davi Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed.UnB, 1980.

*Prof. Pe. Edilberto Cavalcante Reis
Presbítero da Diocese de Quixadá, doutorando em História,
Professor da UECE e do ITEP

O CRISTIANISMO NO CEARÁ: PERSPECTIVA PROTESTANTE

*Rev. Pr. Áureo Rodrigues de Oliveira**

Introdução

O fenômeno protestante visto de fora se constitui um emaranhado de difícil compreensão. A abundância de igrejas, a multiplicação de templos, a variedade das designações como evangélicos, crentes, protestantes, pentecostais, etc, bem como a maior visibilidade através da mídia e a sua presença constatada no último censo estatístico tornam difícil a compreensão desse universo. O propósito deste artigo, inicialmente uma palestra na Semana Teológico-Filosófica comemorativa aos 150 anos da Diocese do Ceará, é traçar um panorama geral do Protestantismo desde uma perspectiva histórica até a sua inserção no Ceará.

1. Panorama histórico

O Protestantismo, como um dos ramos do Cristianismo tem suas origens a partir da Reforma do Séc. XVI, poderia se entendido a partir de três grupos: Históricos (Luteranos, Presbiterianos, Metodistas, Batistas, Congregacionais, Episcopais); Pentecostais clássicos (Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Evangelho Quadrangular) e Neo-Pentecostais (Universal, Renascer, Internacional da Graça, etc.).

As **primeiras investidas** protestantes no Brasil se deram através de invasões: Franceses na baía de Guanabara (1555-60) e holandeses no Nordeste (1630-1654). Durante o domínio holandês chegou a existir uma igreja reformada no Brasil com vários pastores, mas que com a expulsão dos holandeses em 1654, essa igreja desapareceu e juntamente os sinais da sua catequese apesar dos seus esforços em preparar um catecismo trilingue em português, holandês e tupi. Como Portugal não recebeu nenhuma influência da Reforma Protestante esse contacto com o protestantismo vai ocorrer apenas no Império.

2. Protestantes no Império

Com a vinda da família real (1808) e o Tratado de Aliança e Amizade firmado com a Inglaterra (1810) se assegurava aos súditos britânicos que por aqui transitassem que não seriam molestados por conta da sua religião e teriam liberdade para suas celebrações. Os ingleses celebravam seus ofícios religiosos a bordo de navios ou em residências particulares. Os templos que eventualmente fossem construídos não poderiam ter aparência exterior de templo, nem sinos, cruzeiros, etc. Assim não há registros de brasileiros protestantes até 1823. O esgotamento do sistema escravagista e a conseqüente necessidade de mão de obra para desenvolver a agricultura levaram o governo a implementar a imigração de europeus, entre eles, alemães luteranos que se estabelecem no Rio, Espírito Santo e na região sul do Brasil. A primeira igreja protestante no Brasil foi assim constituída de alemães luteranos em 1824 na cidade de Nova Friburgo. Configurou-se aqui o que se chama de “protestantismo de imigração”, diferente do “protestantismo de missão” que se caracterizou pelo envio de missionários para implantar a fé protestante. Os metodistas, originalmente uma ramificação inglesa da Igreja Anglicana, chegam em 1835, enviados pela igreja norte-americana. Esta iniciativa não prosperou e de fato a primeira igreja protestante brasileira foi implantada em 1858 pelo médico missionário escocês ligado à Igreja Congregacional (inglesa), Robert Kalley e sua esposa Sara, que fugiam de uma perseguição religiosa na Ilha da Madeira. Kalley, por ser médico, estabeleceu relacionamentos com membros da corte chegando a manter contactos com D. Pedro II principalmente no sentido de abrir espaços aos pro-testantes uma vez que a constituição de 1823 estabelecia a Igreja Católica como religião de estado sendo as demais religiões toleradas com restrições. Do ponto de vista prático as dificuldades estavam relacionadas às situações de intolerância religiosa, aos sepultamentos de “hereges protestantes” uma vez que os cemitérios eram administrados com exclusividade pela Igreja Católica e o casamento pois na sua forma civil ainda não havia sido instituído. A tendência liberal entre alguns parlamentares, bem como, as restrições ao modelo regalista, aliados a outros fatores criaram condições para que outros ramos protestantes pudessem se estabelecer definitivamente no Brasil. Os Presbiterianos se estabelecem inicialmente no Rio em 1859, Batistas na Bahia em 1881, Metodistas em São Paulo 1876, Episcopais no Sul em 1898 e, posteriormente alcançando outras áreas do país.

Os pentecostais, chegam ao Brasil em 1910 e 1911 através de imigrantes italianos e suecos, respectivamente, que em sua passagem pelos EUA, ali converteram-se ao pentecostalismo recentemente iniciado (1906).

Luigi Francescon fundou a Congregação Cristã do Brasil entre imigrantes italianos em São Paulo e Daniel Berg e Gunnar Vingren fundaram a Assembléia de Deus em Belém-PA, hoje a maior igreja pentecostal brasileira. Marginalizados socialmente, com raízes na periferia do Brasil econômico e político, vistos durante muito tempo com desdém pelos protestantes históricos e católicos não apenas pelas doutrinas que se apresentavam exóticas (línguas, revelações, experiência extáticas, liturgia barulhenta, etc.) mas também por um proselitismo acentuado, todavia o seu crescimento vertiginoso, a conseqüente visibilidade no cenário brasileiro e na mídia, têm sido objeto de análise por parte de vários pesquisadores, bem como o reconhecimento que, no atual quadro religioso brasileiro, não podem mais serem ignorados. O último censo de 2001 registrou um total de 26 milhões de protestantes (15,49% população) na sua maioria pentecostais (63% desse universo).

3. Protestantes no Ceará

A primeira presença de protestantes no Ceará é registrada através de missionários presbiterianos, vindos do Recife, a partir de 1875 os quais estabelecem a primeira igreja presbiteriana em 1890 em um contexto de intolerância, conflitos e folclore. Os protestantes eram chamados de “bodes” e não raras vezes isso objeto de tensões e até mesmo de situações hilariantes. Desempenha papel fundamental na implantação e consolidação do protestantismo no Ceará, o pastor presbiteriano Natanael Cortez, homem de múltiplas habilidades, que além de suas atribuições religiosas era fazendeiro, líder dos cotonicultores e pecuaristas e participando na política como deputado estadual, cria espaços e um perfil de respeitabilidade num contexto de desconfiança. Outros grupos se seguiram e marcam hoje uma presença significativa no cenário cearense dando sua contribuição através de escolas, hospitais, projetos sociais visando o resgate da cidadania.

4. Características teológicas

O protestantismo tem algumas bandeiras teológicas bem nítidas. Desde a Reforma do Séc. XVI alguns temas ficaram delineados: A autoridade exclusiva da Escritura em termos de fé e ética, a salvação somente pela graça mediante a fé em Cristo, que governa a igreja pela Palavra. No seu processo histórico deixou contribuições marcantes para a sociedade ocidental. Em Genebra, Calvino introduziu a educação primária pública, gratuita e obrigatória, bem como leis que regulavam o trabalho, descanso, salário e comércio, impedindo assim a exploração dos poderosos.

É herança calvinista também o apego à democracia, liberdade de consciência e a resistência ao tirano. A Confissão de Fé Escocesa elaborada em 1560 para guiar a reforma na igreja da Escócia dizia ser parte das boas obras do cristão a resistência ao tirano. Não se registra, historicamente, ditaduras em países de tradição reformada. Os Batistas na Inglaterra se notabilizaram pela sua luta em favor da liberdade religiosa, a separação da igreja e estado bem como a prática democrática no seio das suas congregações, contribuindo também para consolidar a democracia.

5. Conclusão

Decorridos mais de 150 anos da implantação do Protestantismo no Brasil, permanecem diante de nós alguns desafios. Historicamente o Protestantismo sempre se identificou com a transformação social e em vários momentos levantou bandeiras progressistas. A ética protestante teve profundo impacto econômico e social. Todavia, no Brasil, o Protestantismo não foi capaz ainda de formar uma geração de líderes que ajude na construção de uma nação mais solidária, mais justa e que reflita os valores do Reino de Deus. Creio que o Catolicismo partilha das mesmas aspirações e sente os mesmos desafios. Esta tarefa, entretanto, não poderá ser enfrentada apenas por um segmento cristão. Católicos, ortodoxos, evangélicos devem somar esforços para lutar contra problemas que nos afetam sem nos perguntar pela nossa identidade religiosa.

BIBLIOGRAFIA

- MENDONÇA, A. G., *O Celeste Porvir*, S.Paulo: Paulinas, 1984.
- MENDONÇA, A.G. e V. F., PROCORO, *Introdução ao Protestantismo no Brasil*, S.Paulo: Loyola/Ciências da Religião, 1990.
- LEONARD, E., *O Protestantismo Brasileiro*, S.Paulo: ASTE, 1963.
- RIBEIRO, B., *Protestantismo no Brasil Monárquico*, S.Paulo: Pinoeira, 1973.
- HOONAERT, E., *Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800*, Petrópolis: Vozes, 1974.

*Rev. Pr. Áureo Rodrigues de Oliveira
Diretor do Seminário Teológico de Fortaleza – Igreja Batista

GRANDES LINHAS ECLESIOLOGICAS DO CONCÍLIO VATICANO II: NOVIDADES

Aloísio Cardeal Lorscheider*

1. O Vaticano II foi um Concílio eminentemente pastoral.

O que queremos com a pastoral? Realizar aqui e agora, nesse dado momento histórico, a missão salvífica da Igreja, continuação e prolongamento de Jesus Cristo, Salvador de todos os homens, até à sua volta no fim dos tempos.

2. Qual é mesmo a orientação pastoral do Vaticano II?

É a pastoral que, *em Cristo, se renova, se rejuvenesce (atualiza-se), aggionanarsi*, cada dia, *no diálogo* com os homens e que, com Medellín, Puebla e Santo Domingo, se torna na América Latina pastoral da *evangelização libertadora e inculturada, de comunhão e participação*.

É a pastoral que escuta, que vem ao encontro, que se abre às *justas exigências* do mundo de hoje (democracia, liberdade, personalidade, responsabilidade, respeito às livres iniciativas, sinceridade, autenticidade, justiça social, cultura, promoção do homem, progresso, diálogo, solidariedade, comunidade, desenvolvimento, direitos fundamentais da pessoa humana...) para ajudá-lo, num espírito de *doação total*, que é o serviço (= a diaconia) dos pobres (*anawim*) de Jahvé.

É a pastoral que considera a maneira de pensar dos homens, a sua linguagem, o seu modo de vida para apresentar o Evangelho de Jesus Cristo como a mensagem que liberta e plenifica o homem.

É a presença *crítica* da fé no mundo de hoje, a releitura da Palavra de Deus dentro das mudadas condições de nossos tempos.

É o caminho da Igreja com os homens de hoje; uma Igreja que, em Cristo, se renova sem cessar e renovada se insere como *servidora* (= Serva de Jahvé) e *dialogante* no mundo de hoje.

3. O que é que determina e fundamenta esta pastoral do Vaticano II? A perspectiva eclesiológica do Vaticano II

O Vaticano II apresenta-nos essencialmente a mesma Igreja de Jesus Cristo dos Concílios anteriores, acentuando, porém, alguns aspectos particulares que, no decurso dos tempos, ou ficaram mais esquecidos ou perderam o seu vigor na prática e reflexão pastoral.

Quais são esses acentos especiais?

Igreja-Povo de Deus Peregrino; Igreja-Testemunha e Compromisso; Igreja-Comunhão; Igreja-Conversão; Igreja Missionária; Igreja-Carisma; Igreja Pobre; Igreja Dialogante.

3.1. Igreja – Povo de Deus Peregrino

O Vaticano II concentrou a sua atenção mais no aspecto de *Igreja-Mistério de Salvação* do que no aspecto de *Igreja-Instituição de Salvação*.

Na consideração da Igreja, sem esquecê-la como *fundação* de Jesus Cristo (LG 5), é preciso ter presente seu aspecto *dinâmico*.

Não se deve ficar demasiadamente preso ao imutável da Igreja, ao institucional. Isto poderia dar uma visão de Igreja muito a-histórico, a-temporal, criando uma mentalidade estática. É fácil ficar numa Igreja como *situação estabelecida* no passado da cristandade, agarrado às formas de encarnação do passado e denominar isto *tradição*. Na realidade, a autêntica tradição é a *tradição viva*.

A Igreja, sem rejeitar o válido do passado, é um organismo *vivo*, sempre *em crescimento*, sempre *em construção* (hajam visto as imagens do Corpo de Cristo, Povo de Deus, Templo do Espírito Santo com que ela é caracterizada na revelação). Ela é, de alguma forma, sempre um *projeto* porque deve buscar entre os homens a realização do *Reino de Deus*, do qual é o *signal*, o *germe*, o *princípio*, o *instrumento* no meio dos homens para conduzi-lo à sua meta definitiva (cf. LG 5; Puebla 227-228). Sua palavra e sua ação serão realizações parciais do Reino, trabalhando para a instauração de uma sociedade (mais) justa, fraterna e sólida, como vitória sobre o pecado, a injustiça, a opressão, no exercício de sua função profética. Esse seu trabalho levá-la-á ao conflito, à perseguição e à morte à semelhança de seu Divino Fundador. Esta participação no destino de Jesus é uma exigência do seu seguimento (cf. Mc 8,34; LG 8).

O Vaticano II situou a Igreja, em sua missão evangelizadora, na dimensão da *história* dos homens, de modo a que se entendesse melhor o nexo de sua existência com o desenvolvimento do plano salvífico de Deus no mundo em ordem à construção do Reino.

A Igreja é, na *história*, o acontecer da salvação como *proposta* de Deus e *resposta* dos homens. Ela não se considera jamais definitivamente construída e acabada; Ela é um acontecimento *sempre novo* do Espírito de Cristo entre os homens.

3.2. Igreja-Testemunha e Compromisso

A atenção da Igreja dirige-se, hoje, com insistência particular à dignidade da pessoa humana como ser livre e consciente, em sua totalidade de corpo e alma.

É necessário, porém, manter sempre o equilíbrio entre o institucional, o sociológico, o jurídico, o ritual, o externo e o estado real de intimidade religiosa dos fiéis; entre a estrutura eclesial e a co-responsabilidade eclesial; entre a agregação batismal à Igreja e as garantias de desenvolvimento cristão do batizado. Deve prevalecer um cristianismo *vivo* a um Cristianismo *oficial*, uma Igreja de salvação a uma religião de ritos, um Povo de Deus a uma Massa Cristã. É um equilíbrio entre o *opus operatum* e o *opus operantis*.

O sinal que visibiliza a Igreja não deve ser tanto o número de batizados quanto a existência de uma comunidade de pessoas convertidas a Deus e ao testemunho cristão.

A adesão à Igreja deve ser *pessoal, livre, responsável*, de *compromisso*. A fé é autêntica se for um encontro *pessoal* com Cristo na intimidade da consciência do fiel.

Para a edificação autêntica da Igreja é insuficiente a manutenção de uma situação de fé entendida *só* como reconhecimento doutrinal das verdades da fé católica. A fé *não é cultura; ela é conversão*. Ela deve estar informada pela caridade (cf. *Gal* 5,6). É necessário formar sempre comunidades imbuídas de zelo apostólico (cf. Sínodo dos Bispos, 1971, *O ministério sacerdotal*, 8d).

Nesta linha personalista da fé cristã há toda uma revisão da prática dos sacramentos a ser feita. Eles são tanto mais eficazes quanto mais forem *profissões de fé*. Sacramento e palavra, culto e missão, liturgia e fé, rito e conversão devem aparecer sempre mais inseparáveis no processo de

edificação da comunidade cristã. A prática *frequente* dos sacramentos deve manter-se por uma prática *intensa* da vida cristã, iluminada e vivificada pela fé.

A Igreja do Vaticano II orienta-se para a salvação do homem todo, corpo e alma, eternidade e história, e não só para a salvação das almas. Não é, portanto, só o espiritual ou só o social, mas os dois aspectos unidos que devem ser salvos em Cristo.

3.3. Igreja-Comunhão

Uma terceira acentuação na visão de Igreja do Vaticano II é a abertura à *comunidade*, a abertura ao comunitário como forma de viver a vida cristã. É o oposto ao individualismo, individualismo “*rastejante*”, na expressão de João Paulo II (cf. *Laborem Exercens*, 21).

Existir em comunidade é exigência da fé cristã. A fé se vive em comunidade e a salvação nos chega enquanto membros de um povo eleito:

Aprouve contudo a Deus santificar e salvar os homens não isoladamente, sem nenhuma conexão de uns com os outros, mas constituí-los num povo, que O conhecesse na verdade e O servisse santamente (cf. *LG* 9).

O essencial do mistério da Igreja é ser ela uma comunhão com o Pai por Cristo no Espírito Santo e viver ela em comunhão fraterna como sinal da comunhão com Cristo. A Igreja é salvação e graça, é missão e testemunho em comunhão com outros. É aqui que se coloca a reflexão e a consequência prática da co-responsabilidade, colegialidade, subsidiariedade, participação.

3.4. Igreja Conversão

A chave do sentido da renovação da Igreja conforme o Vaticano II está no fato de a Igreja ser o *sacramento universal de salvação* (cf. *LG* 48; *GS* 45).

A renovação, portanto, não pode ficar apenas na revisão das estruturas relacionadas com os sinais institucionais da Igreja. A renovação mais profunda do Povo de Deus está na linha da purificação dos sinais evangélicos: correspondência e fidelidade da vida dos cristãos aos imperativos do Evangelho. *Estruturas* e *vida* condicionam-se mutuamente. De ambas depende o poder de atração e de visibilidade do sinal salvífico da Igreja.

A Igreja deve fazer *milagres*, isto é, *sinais* que tornem a evangelização *crível e mais eficiente*. Ora, o maior milagre, o maior sinal a realizar hoje é o do testemunho da caridade total, da doação total, do testemunho de uma Igreja pobre, servidora, disponível, libertadora, evangelicamente libertadora e inculturada.

A renovação conciliar implica conversão das consciências, transformação de mentalidades no sentido de um catolicismo mais bíblico, missionário, personalista e comunitário, dinâmico e encarnado, serviçal e solidário, empenhado na convivência com os homens sem renunciar à comunhão com Deus, de um cristianismo onde o rito seja a vida.

3.5. Igreja-Missionária

Uma Igreja que anuncia alegremente ao homem de hoje que ele é Filho de Deus em Cristo, uma Igreja que se compromete com a libertação do homem todo e todos os homens (*o serviço da paz e da justiça é um mistério essencial da Igreja*), e se insere solidária na atividade apostólica da Igreja Universal, em estreita comunhão com o sucessor de Pedro. Eis o outro aspecto ressaltado pelo Vaticano II e, posteriormente, desenvolvido na vida da Igreja (cf. *Puebla*, 1304).

A Igreja realiza esta sua tarefa por um esforço intra e extra eclesial. É o serviço da hierarquia e fiéis à edificação da Igreja; é o serviço à unidade cristã; é o serviço à conversão dos que ainda não crêem; é o serviço à promoção do homem e da sociedade; é o serviço em prol da justiça.

Igreja-Missionária é aquela que ajuda a construir uma nova sociedade em total fidelidade a Cristo e ao homem no Espírito Santo. Uma Igreja que denuncia as situações de pecado, que chama à conversão e compromete os fiéis na ação transformadora do mundo (cf. *Puebla*, 1305).

Há hoje um *estilo novo* na Igreja: o estilo do diálogo, da valorização e do respeito pelo homem, da cooperação com todos para o bem da verdade, para a liberdade e a justiça, para o progresso e a paz. O Vaticano II abriu-se à dimensão das realidades temporais, da política, do social, do progresso, da cultura, da paz e da guerra, da economia, da promoção do homem e do desenvolvimento dos povos e da libertação integral.

A Igreja do Vaticano II *se situa e opera no mundo* não como organização isolada e rival de outras organizações, mas como *fermento evangélico* inserido no coração da humanidade.

A obra da redenção de Cristo, se bem que tenda de per si a salvar os homens, propõe-se também a restauração de toda a ordem temporal. Portanto, a missão da Igreja não consiste só em levar os homens a mensagem de Cristo e sua graça, senão também em penetrar de espírito evangélico as realidades temporais e aperfeiçoá-las (AA 5; Sínodo dos Bispos, 1971, *O ministério sacerdotal*, 8a; GS 38: o Cristo ressuscitado que pelo poder do seu Espírito opera nos corações de todos os homens. Não só desperta o desejo da vida futura, mas anima, purifica e fortalece também aquelas aspirações generosas com as quais a família humana se esforça por tornar mais humana a sua própria existência e submeter a terra inteira a este fim).

Há três *mal-entendidos* que podem desvirtuar ou desfigurar este princípio chave: o espiritualismo, o temporalismo e a politização da Igreja.

3.5.1. O espiritualismo

Ele tem diante de si a imagem de uma Igreja fechada na sacristia. Ora, a Igreja não se pode dissociar da vida do mundo. Trata-se de levar as almas para o céu, mas não só; trata-se *também* de tornar o homem mais humano e a terra mais habitável. A nossa pastoral tem que buscar necessariamente também o bem temporal do homem sem, contudo, perder de vistas o bem eterno.

3.5.2. O temporalismo

O cristianismo não se pode reduzir a um sistema político, social ou econômico. Seria outro equívoco. O cristianismo é uma mensagem de salvação para a vida eterna. O cristianismo é um fato religioso, se bem que envolvendo toda a vida humana nos seus diferentes matizes. À Igreja como Igreja não compete fazer uma civilização, destronar governos, instaurar novos regimes políticos. Esta é a missão e o compromisso da comunidade humana da qual também os cristão fazem parte como fermento evangélico. Deve-se respeitar *o princípio da secularidade*.

Os cristãos não podem dedicar-se de tal modo ao temporal que percam de vista o eterno; não podem entregar-se com tal afincamento às reivindicações sociais que descuidem buscar e compartilhar além do pão do mundo a palavra de Deus e o pão do céu; não podem servir de tal modo ao homem que percam os vestígios de Cristo.

3.5.3. A politização da Igreja

A Igreja, precisamente porque deve anunciar e testemunhar diante dos homens Jesus Cristo, Salvador de todos, não pode *politizar-se*, isto é, engajar-se na luta partidária da política.

Isto, porém, não significa que a Igreja não se deva politizar de forma nenhuma. Ela não pode despolitizar-se quando se trata de valores cristãos fundamentais, como por exemplo, o reconhecimento dos direitos da pessoa humana ou quando está em jogo a salvação do homem. A Igreja jamais poderá concordar com um estado de coisas anti-evangélicas. Se tal situação houver, a Igreja deverá falar e promover a purificação e transformação das estruturas.

“A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo são uma dimensão *constitutiva* da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas” (Documento do Sínodo de 1971 sobre a *justiça no mundo*, introdução, 6).

A linha pastoral da Igreja segue *hoje* a tendência de um desenvolvimento mais intenso da responsabilidade social e política do Povo de Deus, não para assegurar privilégios ou apoio do braço secular, mas para cumprir a sua missão evangelizadora.

A pastoral do Vaticano II não é uma pastoral de segregação, mas de *co-participação profunda da condição humana*, na qual estão inseridos todos os membros do Povo de Deus.

3.6. Igreja – Carisma

O Vaticano II, mais do que qualquer outro Concílio, acentuou a *ação do Espírito Santo na Igreja*. A Igreja é acima de tudo obra do Espírito Santo. É a energia divina que a trabalha por dentro. O Espírito Santo renova incessantemente. É Ele que renova sempre de novo a face da terra. É Ele o Espírito da Verdade, que, no decurso dos tempos, guia a Igreja à Verdade total (Jo 16,13). Por isso, a grande importância dada neste Concílio aos *carismas* do Povo de Deus, ao *sensus fidei* (sentido da fé) do Povo de Deus. É uma *Igreja que nasce*, como *resposta*, do Povo de Deus, mas por *ação do Espírito Santo*.

3.7. Igreja Pobre

Como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a palmilhar o mesmo caminho, para comunicar os frutos da salvação aos homens. Jesus Cristo “estando na forma Dei... aniquilou-se (*exinanvit*) a si mesmo assumindo a forma de servo” (*Fl* 2,6-7), por causa de nós, tornou-se pobre, embora fosse rico” (*2Cor* 8,9): assim a Igreja, se bem que para cumprir a sua missão tenha necessidade de bens humanos, não foi instituída para buscar a glória terrena, mas para divulgar a humildade e a abnegação também pelo meio do seu exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai para “evangelizar os pobres... curar os contritos de coração” (*Lc* 4,18), “buscar e salvar o que perecera” (*Lc* 19,10), da mesma forma a Igreja abraça com amor todos os conflitos pela fraqueza humana, e ainda mais, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem de seu Fundador pobre e sofredor, esforça-se por mitigar-lhes a pobreza e neles servir a Cristo (*LG* 8).

Neste trecho do Vaticano II, texto fundamental para focalizar a pobreza da Igreja, ainda não se sente a profética opção preferencial e solidária pelos pobres, embora manifeste o empenho que a Igreja deve ter junto dos pobres e apresentar o rosto de uma Igreja Pobre. Estamos em outra visão que não a de Medellín, Puebla e Santo Domingo.

3.8. Igreja Dialogante

Não mais uma Igreja que polemiza, discute, mas uma Igreja que se comunica e expõe o seu pensamento, dando simplesmente testemunho de sua fé. Deus dá-nos o exemplo. Ele *tomou a iniciativa*: “Amou-nos por inteiro” (*1Jo* 4,10). Nós cristãos também devemos tomar a iniciativa em nosso encontro com os homens e não esperar que eles venham e nos chamem para o diálogo. Devemos testemunhar Cristo no mundo, entrando assim em diálogo com toda a humanidade. *O anúncio do Evangelho é o início do nosso diálogo com o mundo*. O diálogo será sem limites e sem cálculos, não se pode proporcionar aos méritos dos interlocutores, nem aos resultados que se pretendem conseguir. *A nossa missão é propor e não impor*. É preciso oferecer o Dom salvífico só pelo caminho legítimo da educação humana, da persuasão interior e do trato ordinário, respeitando sempre a liberdade pessoal e civil. Deve recomeçar cada dia e recomeçar do nosso lado, não do lado do outro a quem se dirige.

No diálogo devem andar unidos verdade e caridade, inteligência e amor.

O diálogo processa-se em quatro direções: com os irmãos de outras denominações cristãs; com os judeus; com as pessoas de outras religiões; com as pessoas que não têm fé nenhuma, os chamados ateus.

4. Síntese

Sintetizando toda a eclesiologia do Vaticano II, devemos dizer o seguinte: A *constituição divina* da Igreja não foi mudada. A constituição dada por Jesus Cristo foi a da Igreja fundada sobre Pedro e os demais Apóstolos, tendo como sucessores o Papa e os Bispos espalhados pelo mundo. Essa constituição permanece *imutável* até o fim dos tempos. É a *constituição apostólica* da Igreja.

Quando hoje se fala de *nova imagem* de Igreja, entende-se a acentuação de aspectos eclesiais pouco acentuados ou quase esquecidos na eclesiologia anterior ao Vaticano II. A eclesiologia anterior ao Vaticano II era dominada pela idéia de *sociedade perfeita* (idéia bellarminiana desejando marcar a visibilidade da Igreja e sua autoridade) e pela idéia de *Corpo Místico*, sobretudo após a Encíclica “*Mystici Corporis*” de Pio XII (29 de junho de 1943), onde o Papa identificava o Corpo Místico de Cristo com a Igreja Católica Romana.

A eclesiologia do Vaticano II trouxe à tona os aspectos:

1. *Comunhão*, não democracia;
2. *Povo de Deus*, imagem privilegiada pelo Vaticano II;
3. *Pneumatológico-carismático*: acentuação nova da presença do Espírito Santo e dos carismas;
4. *Ecumênico*: solicitude pela busca da unidade Cristã;
5. *Missionário*: Igreja-Missão;
6. *Histórico*: Igreja peregrina na história dos homens;
7. *Sacramental*: a Igreja sacramento universal de salvação;
8. *Escatológico*: não temos aqui cidade permanente, caminhamos em demanda da futura (*Hb* 13,14).

O Vaticano II fez-nos passar de uma Igreja-Instituição, de uma Igreja Sociedade-Perfeita, para uma Igreja-Comunidade, inserida no mundo a serviço do Reino de Deus; de uma Igreja-Poder para uma Igreja-Pobre, Despojada, Peregrina; de uma Igreja-Autoridade (sentido civil) para uma Igreja-Serva, Servidora, Ministerial; de uma Igreja-Piramidal para uma Igreja-Povo; de uma Igreja Pura e sem mancha para uma Igreja-Santa

e Pecadora, sempre necessitada de conversão e de reforma; de uma Igreja-Cristandade para uma Igreja-Missão, uma Igreja toda Missionária.

Eclesiologia e cristologia relacionam-se intimamente. Podemos dizer que a Igreja é a existência continuada de Cristo, é a atualização de Cristo em sua *Encarnação Redentora*.

**Aloísio Cardeal Lorscheider*

Cardeal Arcebispo de Fortaleza de 1973 a 1995, Arcebispo Emérito de Aparecida/SP

VISÃO PANORÂMICA DA IGREJA NO BRASIL PÓS-CONCILIAR ATÉ OS DIAS ATUAIS

Aloísio Cardeal Lorscheider*

1. Há um *pré-Concílio* e há um *Concílio*: Do pré-Concílio, na Igreja do Brasil, devemos lembrar alguns Movimentos que ajudaram a Igreja no Brasil a receber bem o Concílio. Quais Movimentos? Os Movimentos Litúrgico e Bíblico, o Movimento da Ação Católica, os Movimentos Familiares, uma abertura para as questões sociais, as iniciativas da renovação da Vida Religiosa e do Movimento Presbiteral, o Movimento por um Mundo Melhor.

2. A *Ação Católica* merece um ressaltado especial. Havia os vários setores: a JAC, a JEC, a JIC, a JOC, a JUC, Ação Católica dos Homens e das Senhoras. Já naquela época, a Ação Católica se caracterizava por um grande espírito missionário. Pio XI dera um enorme impulso à Ação Católica, e Pio XII continuou. Na época eles definiam a Ação Católica como a participação dos cristãos leigos no apostolado hierárquico da Igreja. Estes leigos eram chamados pela Igreja e a Igreja lhes dava *um mandato*. Era um engajamento dos leigos cristãos, mas com *mandato* da hierarquia. O Concílio Vaticano II muda esta idéia do *mandato* e dá ao leigo o lugar que lhe compete na Igreja em virtude do seu batismo. O leigo para fazer apostolado não necessita do mandato da hierarquia. Entretanto, na época pré-conciliar, na Igreja Católica, isto já era um grande passo. E a Ação Católica foi uma força bem grande na vida da Igreja de então.

A metodologia da Ação Católica - sobretudo por obra de Cardijn, o grande incentivador da JOC (Juventude Operária Católica) - era o “ver-julgar-agir”, ao qual se acrescentou mais tarde também o “celebrar” e o “avaliar”. A Ação Católica produziu lideranças importantes na Igreja Católica do Brasil. Basta citar um só nome: *Alceu Amoroso Lima*, o Tristão de Ataíde.

3. *No campo social* houve, a partir dos anos 50, uma *mudança qualitativa* do *assistencialismo* para uma presença conscientizadora e fortalecedora das reivindicações sociais. A sociedade brasileira começava a

viver as grandes transformações sócio-econômicas que provocaram maior consciência da real situação do povo, especialmente do mundo rural. São dessa época o Movimento de Educação de Base (MEB), os Círculos Operários, as Semanas Ruralistas (um destaque merece o então Bispo de Campanha/MG, Dom Inocêncio Engelke que, pela primeira vez, realizou uma grande Semana Ruralista e deu o grito da terra em favor da Reforma Agrária). Expandiu-se igualmente o sindicalismo rural. Quando, em 1962, fui nomeado Bispo de Santo Ângelo, no RS, os Bispos do RS lançavam a famosa *Frente Agrária Gaúcha*, visando criar sindicatos rurais. Trabalho que foi feito com grande eficiência, tendo à frente o Irmão Marista Miguel. Formaram-se, neste período, muitas lideranças de projeção nacional.

4. *O Movimento por um Mundo Melhor*. Lançado na Itália, pelo P. Ricardo Lombardi, S.J., e o P. Virgínio Rtoni, S.J., com a mística de uma espiritualidade da *Corpo Místico* (em 29 de junho de 1943, Pio XII publicara a grande Encíclica *Mystici Corporis*, que dominou a eclesiologia do pré-Concílio). P. Lombardi pegou esta idéia e queria o maior numero de pessoas em estado de graça. Era esta a mística do Mundo Melhor. O Movimento espalhou-se na Europa, mas teve grande influência aqui no Brasil, tanto que o primeiro plano de pastoral dos Bispos do Brasil, o Plano de Emergência (1962), estava todo fundamentado nas idéias do Movimento por um Mundo Melhor. O acento pastoral era *a fraternidade evangélica e novo zelo missionário*: o maior número de pessoas em estado de graça santificante.

5. São dessa época dois grandes organismos eclesiais: a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em outubro de 1952, e a CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) em 1954. A CNBB, arti-culando nacionalmente os Bispos, e a CRB, fortalecendo a formação e a atualização dos religiosos e religiosas e a sua inserção na vida e na missão da Igreja (Existe também atualmente a CNIS, Conferência Nacional dos Institutos Seculares).

6. A grande marca da CNBB foi o *planejamento pastoral*. Começou em 1962, a pedido de João XXIII com o *Plano de Emergência*. Nele se propunha quatro metas: a renovação da Paróquia, a renovação do ministério presbiteral, a renovação da escola católica e a promoção da ação da Igreja no campo sócio-econômico. Este Plano preparou de alguma forma os Bispos do Brasil para o Vaticano II.

7. Terminado o Vaticano II, os Bispos do Brasil deram, em 1966-1970, o *Plano Quinquenal de Pastoral de Conjunto*. Tinha, este plano,

como *objetivo* “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápido e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II”. Para isso deu orientações expressas num *Objetivo Geral*: “Levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”; e em seis *objetivos específicos*, que constituíram as *seis Linhas de Trabalho*: Uma sempre maior unidade visível no seio da Igreja Católica; A ação missionária; A ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; A ação litúrgica; A ação ecumênica; A inserção do Povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.

O *Objetivo Geral* deixava perceber, claramente, a concepção conciliar da *Igreja como mistério de comunhão trinitária*; e as *seis Linhas* explicitavam os grandes documentos do Vaticano II: *Lumen Gentium* (Linha 1); *Ad Gentes* (Linha 2); *Dei Verbum* (Linha 3); *Sacrosanctum Concilium* (Linha 4); *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate* (Linha 5), *Gaudium et Spes* (Linha 6).

Neste contexto da caminhada da Igreja, não se pode esquecer as quatro Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano: 1955, Rio de Janeiro, cujo resultado mais palpável foi a fundação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano); 1968, Medellín (Colômbia); 1979, Puebla (México); 1992, Santo Domingo (República Dominicana, Santo Domingo) e os Sínodos mundiais de Bispos. Todos eles completam o Vaticano II. Vale a pena conhecer os documentos e as Exortações Apostólicas que deram o resultado dos Sínodos. Entre os Sínodos, convém ressaltar aquele que foi mais importante para nós, o Sínodo da América e teve como resultado a Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in América* (22 de janeiro de 1999).

8. As orientações do Plano Pastoral de Conjunto, prorrogadas em 1970 e atualizadas no final de 1975, iluminaram, por 15 anos, o amplo projeto de renovação da Igreja, em busca de uma Pastoral de Conjunto ou Orgânica. A partir de 1970, adotou-se uma metodologia de planejamento *mais flexível*. A partir de 1975, fizeram-se *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, deixando-se a definição de planos mais concretos para os Regionais e as Dioceses, fazendo-se, em plano nacional, planos bienais dos organismos nacionais.

9. Vivendo os tempos difíceis e sofridos da ditadura militar (1964-1985), a Igreja assumiu *compromisso sempre mais claro e conseqüente*

com a defesa dos direitos humanos, sobretudo dos mais pobres e oprimidos: camponeses, indígenas, operários, estudantes. Houve muita perseguição e até mortes, em meio às torturas e os desaparecimentos. Algumas Igrejas locais fizeram pronunciamentos em documentos como *Testemunho de Paz* (Sul I, São Paulo 1972); *Eu ouvi os clamores do povo* (Nordeste, 1973); *Marginalização de um povo, Grito das Igrejas* (Centro-Oeste, 1973). A Assembléia Geral, reunida em Brasília em 1970, apesar das pressões oficiais, denunciou a prática da tortura e, em 1977, publicou o documento *Exigências Cristãs da Ordem Política*, de singular importância histórica para a sociedade brasileira.

10. Datam desse período novas iniciativas pastorais. Surgem pastorais específicas em áreas particularmente desafiadoras e conflituosas, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972), a CPT (Comissão Pastoral da Terra, 1975). As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) vinham crescendo desde os inícios da década de 60. A *eclesiologia* das CEBs valoriza elementos significativos do Vaticano II: a comunidade, a diversificação dos ministérios, a consciência missionária, a sensibilidade para com os apelos da realidade. Elas continuam sendo uma resposta esperançosa para tantos problemas que nos afligem (só pensar na violência!). Desde 1975 (Vitória do Espírito Santo) temos os Encontros Intereclesiais de CEBs. Já se realizaram 11 desses encontros.

A Igreja com estas suas iniciativas teve um período de raro reconhecimento por parte da sociedade civil (universidades, imprensa, profissionais liberais) tradicionalmente menos propensos a olhar a Igreja com simpatia.

11. Com a preocupação de reintegrar o *laicato* e organizá-lo com expressão e representatividade nacional, a CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional dos Leigos. De dois anos para cá, grupos de leigos começaram a pensar numa possível Conferência Nacional dos Leigos do Brasil.

12. Também os presbíteros não ficaram para trás. Bem cedo (1970) criou-se a Comissão Nacional dos Presbíteros. Periodicamente os Presbíteros realizam os seus Encontros Nacionais.

13. As Diretrizes do período 1979-1982 expressam bem este momento histórico do qual falamos há pouco. Elas foram conservadas para o quadriênio 1983-1986 e de novo para 1987-1990. Receberam esclarecimentos matizes a cada novo período, mantendo, porém, a sua fisionomia original. Durante mais de um decênio, iluminaram o trabalho pastoral da Igreja no

Brasil, organizado ao redor do projeto da *evangelização libertadora*. Em sua última formulação, enunciavam assim o seu *objetivo geral*:

Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus e participar na construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo.

14. Do PPC (Plano de Pastoral de Conjunto), as Diretrizes conservaram as seis linhas, concebidas sempre mais como *dimensões constitutivas* da evangelização. A *opção pelos pobres* foi amadurecendo em seu sentido evangélico e em suas conseqüências. A *luta pela justiça* marcou fortemente a ação pastoral. É suficiente ver os temas das *Campanhas da Fraternidade* (outra iniciativa evangelizadora da CNBB em âmbito nacional. Espelha um raro momento de unidade da Igreja em todo o território nacional). O empenho pela *inculturação* do Evangelho e a busca de mais profunda ligação entre *fé e vida* encontraram expressão na Assembléia Geral de 1983, quando se publicou o documento “*Catequese Renovada*”, que teve ampla divulgação em todo o Brasil.

15. Na *redemocratização do País*: a Igreja participou ativamente, valorizando a participação e apoiando as emendas populares à nova Constituição. A Igreja, pela CNBB, deu dois importantes documentos neste processo constituinte: *Por uma nova Ordem Constitucional* (1986) e *Exigências Éticas da Ordem democrática* (1989).

16. No período *pós-Puebla* as *pastorais sociais* tiveram grande incremento em todos os campos. As *tensões intra-ecliais* também cresceram, seja devido à própria proposta de evangelização libertadora, numa sociedade profundamente marcada pelas injustiças, seja por uma compreensão deformada dessa proposta.

As Instruções romanas sobre a Teologia da Libertação (1984, *Libertatis Nuntius*; 1986, *Libertatis conscientia*), a Carta aos agentes de pastoral e às comunidades da Assembléia Geral da CNBB de 1985 e a *Carta Pessoal* do Papa à CNBB, março de 1986, balizaram os rumos da ação pastoral.

17. No final da década de 80, cresce na Igreja a consciência de que a *situação da sociedade é profundamente diversa* daquela da época pós-conciliar. A missão evangelizadora se dá numa sociedade pluralista, secularizada, estruturada sobre os valores da modernidade. O crescente *pluralismo religioso* se torna objeto de estudos, com a colaboração de outras

instituições reunidas no CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs). A Igreja Católica defronta-se cada vez mais com os desafios da evangelização da cultura moderna. O pluralismo cultural, vivido dentro da Igreja, exige respostas pastorais diversificadas. A consciência disso levou a Assembléia Geral de 1988 a publicar o documento *Igreja, Comunhão e Missão*. O documento, aprofundando o mistério da comunhão eclesial, reforça a identidade das comunidades católicas e as estimula a uma nova e mais vigorosa atuação missionária.

Um dos sinais dessa consciência foi o novo impulso dado à organização do laicato com a preparação e realização do Sínodo Mundial dos Bispos sobre os Leigos (1987) e a subsequente Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (1989). A valorização dos “sujeitos da evangelização”, suscitados e formados dentro dos vários grupos culturais e situações sociais características, reforça a responsabilidade *missionária* da comunidade eclesial, abrindo-se para a missão “além-fronteiras”, junto a outros povos e Países.

As Diretrizes Pastorais dos anos 90, cuja primeira formulação foi feita para o período 1991-1994, acolheram esses aspectos novos e os reelaboraram de maneira orgânica, dentro da *nova proposta evangelizadora*, conforme expressa muito bem o Objetivo Geral:

Evangelizar com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo.

18. O quadro histórico da definição das Diretrizes em 1991 foi marcado por acontecimentos que contribuíram para enriquecê-las. A criação da “Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus” (1991) possibilitou participação mais efetiva de representantes de todos os segmentos da comunidade eclesial na elaboração das novas Diretrizes. A encíclica missionária *Redemptoris Missio* (1990) e a sua insistência na “nova evangelização” e, a seguir, a preparação de Santo Domingo (1992) com a temática da evangelização e cultura, por ocasião dos 500 anos de evangelização do continente americano, ofereceram novos conteúdos e acentuações. O apelo a uma nova evangelização foi acolhido pela Igreja do Brasil, sobretudo como oportunidade para uma retomada do ardor missionário, com ênfase na centralidade de Jesus Cristo e um desafio a se posicionar frente à modernidade. Na sociedade brasileira ela é sentida, dramaticamente, nas formas de vida urbana transferidas, também, às

populações rurais pelos meios de comunicação de massa. A rapidez e o radicalismo das mudanças culturais permitem que formas avançadas e modernas de vida convivam com outras tradicionais.

19. As diretrizes de 1991-1994 abordaram a *questão da modernidade* a partir de três aspectos principais: o individualismo, o pluralismo cultural e religioso, as contradições sociais e suas causas estruturais. Novos acentos pastorais correspondentes são propostos: valorização da pessoa e da experiência *subjetiva*; vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial; presença mais significativa da Igreja na sociedade. Essa mesma sociedade, no penoso caminho da democratização, defronta-se com uma *crise ética* de proporções sempre mais vastas. A Igreja procurou iluminar os caminhos de solução com os documentos sobre Educação (1992) e *Ética, pessoa e sociedade* (1993), bem como com as Semanas Sociais Nacionais, realizadas dentro de nova e envolvente metodologia. O quadriênio assistiu ao aprofundamento e redefinição da Igreja frente aos Meios de Comunicação Social, na esteira da Campanha da Fraternidade sobre o tema (1989). O ano de 1994, proclamado *Ano Missionário*, recebeu da Assembléia um subsídio sobre *Desafios e Protagonistas da Missão* num esforço de concretização do sentido eminentemente missionário das Diretrizes.

20. De quatro em quatro anos, a CNBB faz a revisão das Diretrizes e as publica. Temos, pois, diretrizes de 1995 a 1998; de 1999 a 2002; de 2003-2006. São estas últimas que vigem atualmente.

Uma novidade na caminhada do planejamento foram três novos projetos ao mesmo tempo em que existem as Diretrizes: o primeiro projeto desse tipo, tendo em vista a preparação para o 3º milênio, intitulou-se: *Rumo ao Novo Milênio*. Terminado o Novo Milênio, os Bispos lançaram um novo projeto intitulado *Ser Igreja no Novo Milênio* (2001-2003). Recentemente a CNBB lançou um 3º desses Projetos: *Queremos ver Jesus - Caminho, Verdade e Vida* (2004-2007).

Em 1995 o nome das Diretrizes sofreu uma mudança: em vez de falar da Ação Pastoral, começou a se acentuar a palavra *evangelizadora*. Desde então temos: Diretrizes Gerais da Ação *Evangelizadora* e não mais da *Ação Pastoral*. Não deixam as Diretrizes de serem pastorais, mas houve o desejo de marcar a “*nova evangelização*”, da qual o Papa tanto fala.

Outra novidade foi a introdução das *quatro exigências intrínsecas* da evangelização: *serviço, diálogo, anúncio, testemunho* de comunhão.

21. No planejamento aos poucos foi mudando a formulação do objetivo geral. Hoje ele soa assim:

Evangelizar proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo.

22. Já concluindo... O passeio panorâmico nos mostra como é importante na vida da nossa Igreja *o planejamento pastoral*. Desde 1962 até hoje tem sido esse o caminho feito pela Igreja no Brasil através da CNBB. O planejamento pastoral significa uma atualização contínua do Vaticano II, que, devido às *mudanças* pelas quais passa o nosso mundo, exige ultrapassagens. O *pastoral* está intimamente ligado ao tempo e à realização da Igreja aqui e agora. Aparecem sempre novos questionamentos. Eles pedem de nós atitudes diversas, como:

- *reavivar a memória da missão evangelizadora* que nos foi confiada, recordar e assumir com novo ardor a vocação própria da Igreja: a evangelização; o aspecto missionário...

- *considerar com realismo as mudanças* que ocorrem, para nelas discernir os “sinais dos tempos” e os apelos de Deus, que nos chama a criar novas expressões e a buscar novos caminhos na missão de encarnar o Evangelho nas novas realidades culturais e sociais.

**Aloísio Cardeal Lorscheider*

Cardeal Arcebispo de Fortaleza de 1973 a 1995, Arcebispo Emérito de Aparecida/SP

A IGREJA NO CEARÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aloísio Cardeal Lorscheider*

A questão não será vista detalhadamente no seu ser histórico presente, mas muito mais em suas tendências teológico-pastorais presentes na Igreja do Ceará.

1. Seria bom aprofundar a teologia e pastoral de três grandes personalidades na história da Igreja no Ceará: Dom Luis Antônio, primeiro Bispo do Ceará; P. Ibiapina e P. Cícero. São figuras que deram um grande impulso evangelizador ao Estado, cujos resultados, sem dúvida, perduraram.

2. Hoje, que tendências teológico-pastorais encontramos?

Penso que três grandes modelos: o *modelo da cristandade* (bastante tradicional); o *modelo Vaticano II*; o *modelo Medellín, Puebla e Santo Domingo*.

2.1. O modelo cristandade:

Para entendê-lo devemos olhar a Igreja a partir do séc. IV. É a época em que se inicia um novo tempo de Igreja. É o tempo da *era constantina* que se prolonga até os nossos dias.

1. A Igreja do estado de *missão e catacumbas* (perseguições) passa ao estado de *cristandade* estabelecida dentro dos quadros do Império Romano, apoiado pelas autoridades imperiais e pela crescente expansão da autoridade pontifícia. Na organização pastoral da Igreja influi a administração civil do Império. Foram surgindo as Dioceses, as Províncias eclesíásticas e as Paróquias que nasceram por causa das necessidades rurais. Já nos séc. V e VI criaram-se, na Espanha e na França, *paróquias com sacerdote próprio*.

A cristandade, ao menos até o séc. XII, era entendida e vivida como realidade *eclesiológica e política*. Como tal, na linha de poderes dirigentes, implicava o *sacerdotium* e o *imperium*, tendo, porém, o Romano Pontífice a máxima autoridade sobre o *populus christianus*. A ele se submetem,

ratione peccati, todas as questões temporais, inclusive o próprio poder temporal. Predomina uma eclesiologia *potestas*.

Forma-se nesse período uma imagem e uma idéia da Igreja como instituição *sociológica* no duplo sentido de *sociedade* e de fator *estrutural* da comunidade política.

À medida que a Idade Média avança, consolida-se a convicção de que a missão da *Igreja-Instituição* é ordenar o mundo segundo as Leis de Cristo, de maneira que a Imagem patrística de *Mater Ecclesia* (concepção que teve grande influência nos três primeiros séculos. A Igreja vista com mediadora de salvação: Virgem e Mãe fecunda) substitui-se pela mais imperial de *Ecclesia Regina*, que indica a consciência de soberania e domínio sobre a humanidade, dissociada da perspectiva do mistério. O Papa tem *poder* direto sobre os assuntos específicos da comunidade humana. O Papa é o *árbitro supremo* da cristandade que integra tanto a comunidade eclesial quanto a comunidade política. A Roma pontifícia é considerada *caput, fons et origo, fundamentum et basis, cardo*, de todo o ordenamento cristão e civil do Ocidente. É a Igreja *Piramidal*, a Igreja Instituição sociológica e jurídica.

2. Em íntima interdependência com essa visão eclesiológica desenvolve-se o aspecto de sua *estrutura jurídica*.

Na linha dos *atos*, esse fenômeno está vinculado a dois fatores: a intenção de organizar sistematicamente o material legislativo da Igreja, sempre em aumento por causa da crescente atividade *normativa* dos pontífices e a *recepção do direito romano no direito canônico*.

Na Linha doutrinal vai se impondo certa *hierarcologia*. Teólogos e canonistas esforçam-se por exaltar e determinar a *plenitudo* e a *quantitas potestatis* do Romano Pontífice com relação à Igreja Universal e com relação ao poder político dos príncipes cristãos. Esta tendência *se acentua* por ocasião do conflito entre Bonifácio VIII e Felipe, o Belo (1226-1303), época em que aparecem os *primeiros tratados* sobre a Igreja, centrados exclusivamente em torno da *potestas ecclesiastica* e da *potestas Papae*: Tiago de Viterbo: de *regimine Christiano* (1301-1302); cento e cinquenta anos mais tarde a *Summa de Ecclesia*, de Torquemada.

3. Com esta eclesiologia da *potestas* desenvolve-se uma visão de Igreja já a partir de Gregório VII (1073-1085), no sentido de uma sociedade única submetida à autoridade do Papa. Só o Romano Pontífice é considerado fonte de toda determinação da vida do povo cristão.

4. Quais são as conseqüências dessa eclesiologia?

1. Sem dúvida houve uma profunda inserção da Igreja na comunidade humana daquele tempo. Com a autoridade dos Papas e Bispos, com o apoio das ordens mendicantes e dos príncipes cristãos, a Igreja é a promotora e o sustentáculo da civilização cristã ocidental. Essa obra *de civilização cristã* aparece nessa época e, como a principal tarefa da Igreja-Instituição. Talvez não tenha havido até hoje, época em que a Igreja tenha marcado tanta presença na ordem temporal. Essa presença, porém, conseguiu realizar mais uma *sacralização* do que uma *cristianização* da sociedade medieval.

Cristianização teria havido se tivesse sido dado um testemunho vivo e conseqüente das exigências e dos sinais do Evangelho de Cristo. Sabe-se que tal testemunho e tais sinais não aconteceram. Pensar só no sistema feudal, na concepção romana de propriedade, no temporalismo dos eclesiásticos, na luta pelo poder... Houve uma verdadeira “*eclesiastização*”: o mundo absorvido pela Igreja; o mundo não existe fora da Igreja. Só existe e se constrói segundo a Igreja e na Igreja.

Essa *sacralização* da sociedade tem grande desvantagem: traz consigo uma desvalorização do profano, do secular. Sofremos dessa sacralização até recentemente e ainda temos dificuldade em aceitar a autonomia *relativa* das realidades terrestres.

2. Outra conseqüência *negativa* dessa eclesiologia da *potestas* foi a *consciência eclesial do laicato*, tendo como resultado a *clericalização* da Igreja. A responsabilidade dos leigos como cidadãos do mundo e membros do Povo de Deus fica completamente defasada. Há toda uma desagregação da consciência *comunitária* da Igreja: as relações da hierarquia e do povo tomam o colorido especial de relação da hierarquia com os príncipes. Os fiéis passam a ser considerados como a massa de *súditos* dos dois poderes que dialogam mais entre si do que com a comunidade. Introduce-se uma divisão entre os *negotia saecularia* próprios dos leigos e os *negotia ecclesiastica*, próprios dos clérigos. Conseqüentemente *as coisas da Igreja* passam a ser assunto dos *curas*, que nada têm que ver com as *coisas do mundo*, assunto dos leigos.

3. Outra conseqüência desse crescente processo de *centralização pontifícia* foi que os bispos com a sua comunidade local perdem categoria e consciência eclesial como centros vitais do dinamismo do Povo de Deus. O Papa é concebido como o único bispo da única diocese que é a Igreja Universal: os bispos locais são tidos como *vicarii Papae*. Essa dissociação

entre Bispos e Papa leva à dissolução do espírito de comunhão eclesial. Acentua também mais e mais a distância entre a Igreja Romana e a Igreja do Oriente (não esquecer que em 1054 se deu a separação!). A eclesiologia da Igreja do Oriente e a sua prática pastoral têm sido sempre eminentemente uma expressão de *comunhão*.

4. Outra conseqüência: a consolidação da tendência de Roma para a *uniformidade disciplinar*. Leva necessariamente ao empobrecimento da catolicidade do Povo de Deus e do dinamismo das Igrejas Locais. A esse processo deve também, no Ocidente, a decadência da liturgia.

5. Finalmente, outra conseqüência: a discussão entre o clero chamado secular e as Ordens Mendicantes. Episódio acontecido entre os séc. XIII e XIV.

As Ordens Mendicantes, em colaboração direta e dependência do Romano Pontífice; o Clero secular sob a dependência dos Bispos Locais e detentores da *cura animarum* diocesana e paroquial. Os Mendicantes situam-se na perspectiva da eclesiologia da Igreja Universal: um só povo cristão e uma única autoridade episcopal em relação a todos os fiéis, a do Papa, de quem eles recebem imediatamente a missão e o ofício pastoral, sem vinculação alguma com a Igreja Local. O clero secular, ao contrário, mantém a perspectiva eclesiológica da Igreja Local, chegando inclusive à afirmação exagerada do direito divino dos párocos: o Papa não teria autoridade para intervir na vida das Dioceses e paróquias, a não ser para salvaguardar a unidade eclesial em caso de conflito.

É um problema que, de alguma forma, perdura até hoje.

Infelizmente, nessa época, a diocese e a paróquia mais que campos cristãos de *missão*, tornaram-se centros *administrativos* e *benefícios*. Falta responsabilidade pastoral nos bispos e padres.

6. Se quiséssemos definir de alguma forma este modelo de Igreja, poderíamos dizer que é a Igreja do *status quo*, é a Igreja da opção pelos ricos, é a Igreja da fuga do mundo, é a Igreja burocrática, nada missionária, é a Igreja do assistencialismo, é a Igreja das associações e das Ordens Terceiras, é a Igreja do padre na sacristia, é uma Igreja estática, é a Igreja intimista: os batizados freqüentam a Igreja, rezam, recebem os sacramentos, mas sem incidência na vida real da sociedade. Não é uma Igreja engajada no campo social e político. A missão da Igreja é uma tarefa religiosa, que se realiza dentro do espaço sagrado da igreja, do edifício. Ultrapassar essa fronteira seria cair na ideologização ou politização da fé. É uma Igreja de mãos dadas

com o Estado. É uma Igreja que prega a conversão dos corações, mas não a conversão das estruturas sociais e injustas que aí estão.

2.2. O modelo Vaticano II (modelo moderno)

É o modelo do “aggiornamento” e do diálogo. É o modelo em que a Igreja se identifica com o Povo de Deus, grande conquista do Vaticano II. A igualdade fundamental entre todos os batizados. O batismo é o sacramento fundante da Igreja. Neste Povo temos os diversos *ministérios* e *carismas* dados para a edificação deste Povo e do Mundo. Os bispos, os padres, os religiosos (as), são servidores (as) da comunidade cristã. O Papa é o servo (servidor) dos servos (servidores) de Deus. É a Igreja aberta para os leigos (as) e para o diálogo ecumênico.

É a Igreja presença no mundo, no mundo do trabalho, da ciência, da técnica, da cultura. Tem atenção especial para tudo o que toca a modernidade. É a Igreja da classe média. A Igreja dos Movimentos (Focolarinos, Caminho Neo-catecumenal, Renovação Carismática, Comunhão e Libertação, Cavaleiros de Colombo, Arautos do Evangelho...). Em relação ao mundo deseja o seu desenvolvimento e a promoção da pessoa humana. É uma Igreja melhorada dentro do *status quo*. Socialmente falando, vê-se a situação sócio-econômico-político-cultural como *subdesenvolvida*. O empenho pelo desenvolvimento de todos fará superar esta situação casual.

2.3. O modelo Medellín, Puebla, Santo Domingo

É o modelo popular, o modelo que completa e ultrapassa o Vaticano II.

O Vaticano II ignorou *o sub-mundo*, o mundo da injustiça institucionalizada, o mundo em que ricos cada vez mais ricos produzem pobres cada vez mais pobres *às custas* desses mesmos pobres. A brecha entre ricos e pobres cresce assustadoramente. Não se trata só de um mundo subdesenvolvido; trata-se de um mundo dependente oprimido, *produto* de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas. É um mundo que necessita urgentemente de *libertação*, que significa compromisso com a justiça e se expressa na *profética opção preferencial e solidária pelos pobres*. O que se quer é uma Igreja autenticamente *pobre, missionária e pascal*, desligada de todo o poder temporal e *corajosamente* comprometida na libertação do homem todo e de todos os homens. Não se trata de uma situação de subdesenvolvimento; trata-se, isto sim, de uma situação de injustiça e opressão generalizada, onde a palavra “desenvolvimento/subdesenvolvimento” é insuficiente para expressar a situação. O termo “liberta-

ção” é o mais apropriado. Trata-se de *mudar, transformar*, a situação. Não só conversão dos corações ou da mentalidade, mas conversão, mudanças, também das estruturas sócio-econômicas e políticas.

Quando, nestas Conferências Gerais da América Latina se fala de “profético-profética”, deseja-se dizer que é preciso *anunciar* os valores do Evangelho e *denunciar* os contra-valores, as situações de pecado e comprometer os cristãos na ação transformadora do mundo.

Impõe-se transformar o *status quo*. A Igreja precisa mudar o seu lugar social: uma Igreja Pobre, com os pobres e a partir dos pobres. Isto exige a *opção profética, preferencial e solidária pelos pobres*. Prefiro opção *profética* porque opção evangélica pode ser entendida num sentido adocicado. É preciso inserir-se no mundo dos pobres.

Esta é a Igreja das CEBs, das Comissões de Justiça e Paz, da pastoral dos presídios, do Ninho, das Associações de moradores, lavadeiras, pescadores, trabalhadores... É a Igreja dos mutirões populares (habitação, saúde, alfabetização, contra a fome e a miséria, hortas comunitárias...). Este engajamento social não só deve fazer parte da práxis da Igreja, mas *constituir a sua missão*, já que o Evangelho deve favorecer a vida e vida em abundância. É uma espiritualidade *encarnada* na vida concreta dos pobres e a partir dessa vida concreta.

Diante do que se disse, permanecem duas perguntas: 1) como ser cristão num mundo de miseráveis? 2) como ser cristão num mundo de ricos?

Conclusão

Qual o modelo de Igreja que melhor corresponde aos desafios pastorais da Igreja no Ceará? É, sem dúvida, a partir dos espoliados que a Igreja no Ceará deverá relacionar-se com o Estado, com as pessoas influentes, com o povo pobre. O ideal do cristão não é uma sociedade injusta, mas uma sociedade justa, fraterna, solidária. É preciso superar as raízes estruturais, fundamentando-se na mística do Evangelho.

Vejo como prioridades pastorais *a pastoral urbana, a pastoral da Terra e do solo urbano, a pastoral das CEBs, a pastoral da Juventude do meio pobre, e dentro disso a pastoral vocacional*.

*Aloísio Cardeal Lorscheider

Cardeal Arcebispo de Fortaleza de 1973 a 1995, Arcebispo Emérito de Aparecida/SP



FUNDAÇÃO DO SEMINARIO

Abertura do Seminário*

Ao inclinar a cabeça de ante das mãos de D. Antonio Ferreira Viçoso para receber a sagrada unção, o Sr. D. Luiz Antonio dos Santos formava em seu peito apostólico o ardente desejo de fundar em Fortaleza os meios que devem coadjuvar o Bispo em sua divina missão de pastorear a Igreja.

A fundação do Seminario foi sua primeira e maxima sollicitude, pois comprehendia que lhe era necessario um bom clero para levantar a Diocese ao auge de perfeição, que concebêra em sua alma illuminada pela fé.

Logo que se viu mais desaffogado dos trabalhos, que o prendiam na construcção da Cathedral, começou o Sr. D. Luiz a convergir seus esforços para conseguir do Governo Imperial uma casa propria para um estabelecimento importante como é o Seminario.

Emquanto tardava a doação do Governo Imperial, o vigilante pastor mandava para o Seminario da Bahia alguns jovens, que se mostravam inclinados ao sacerdocio, e reunia outros em palacio, os quaes ia adestrando no cultivo das letras e da theologia. Conseguiu assim, antes mesmo de ter aberto o Seminario, ordenar 16 padres, todos naturaes do Ceará. Prova neuhuma clama mais alto do que esta, quanto ardor ligava o animado Pastor na formação de seus auxiliares no sacerdocio.

Nesse tempo construia-se activamente perto da Igreja da Prainha, no Outeiro, um predio, destinado a um Recolhimento de Orphans. Estando as obras quasi terminadas, o Sr. Bispo prevendo que difficilmente alcançaria do Governo Imperial o edificio, que este se comprometêra a dar para o Seminario, pelo contracto da fundação da Diocese, tratou de entrar em accôrdo com o Presidente da Provincia, no sentido de applicar a casa das Orphans a um Estabelecimento Clerical.

Queria o Sr. D. Luiz o seu Seminario dirigido por Religiosos como o eram os de Marianna e de S. Paulo. - Alumno e particular Amigo dos

Padres da Congregação da Missão, foi para os Filhos de S. Vicente de Paulo, que dirigiu suas vistas, suas preferencias e sua confiança. Instado pelas reiteradas cartas do Sr. Bispo do Ceará, o Rmo. Pe. João Baptista Etienne, Sup. Geral dos Lazaristas, não pôde recusar o que o zeloso Prelado sollicitava para maior gloria de Deus e bem da Diocese, e prometeu, ainda que fosse pequeno o numero de Lazaristas no Brasil, de mandar quatro padres para começar a direcção deste novo Seminario.

Se ha no coração humano momentos de gozos celestiaes são certamente estes, em que vê realizado um projecto, pelo qual longamente ancia-va. Semelhante gozo sentiu o Sr. Bispo ao ter a certeza de que vinham os Lazaristas para seu Seminario.

Não cabe á penna de um humilde filho de S. Vicente desvendar o que a mais rudimentar modestia manda occultar; apenas diremos que a essa pequena Companhia da Missão reserváva, Deus a grandiosa missão de reger os mais importantes Seminarios do Brasil e de reformar o clero (decahido e escasso), dando á nossa patria essa pleiade de sacerdotes illustrados, que hoje fulge em nossas cidades e aldeias, com summa conso-lação da Egreja.

Certo de que seus esforços e cuidados iam em breve ser coroados pela vinda desses valiosos auxiliares, D. Luiz resolveu, mesmo antes da chegada delles, a inaugurar o Seminario. Reunirá então alguns bons Seminaristas, em numero de doze, como fizera o Divino Mestre ao constituir o Apostolado, e a 18 de Outubro de 1864 abria as portas desta casa, as quaes deviam por longos e longos annos manter-se abertas a todas as almas de escól, tangidas pela graça especialissima da vocação sacerdotal.

O que foi esta tocante inauguração, perfumada de simplicidade e de affectuosa cordialidade, com razão podemos imaginar, se considerarmos a ardencia dos votos do Sr. Bispo e a animação dos primeiros moços chamados a serem as columnas do Seminario.

D. Luiz, que havia transferido sua residencia para esta casa, tomou a si a directoria do Seminario, auxiliado pelo jovem e illustrado Pe. Clycerio da Costa Lobo e por outro padre.

Era esta inauguração a primeira das muitas victorias, que viéram successivamente galardoar a vontade firme e o alto tino administrativo do 1º Bispo do Ceará.

S. Excia., exuberante de satisfação a tudo presidia e, com admiravel intuição no futuro, dava a cada cousa este cunho de ordem e de disciplina que deve reinar em um Seminario.

Entretanto uma sombra empanava o regosijo do Sr. Bispo: era a demora dos Lazaristas. Com suas cartas apressava a vinda dos Padres da Missão: era esta a prece mais cara a seu nobre coração.



S. Excia. Sr. D. Antonio dos Santos
Primeiro Bispo do Ceará



Pe. Augusto Chevalier
Primeiro Reitor do Seminário

*(*Album Historico do Seminario Episcopal do Ceará En Commemoração das “Bôdas de Ouro” de sua Fundação – Fortaleza-Ceará-1914-1920 – pags.19-20.)*



SEMINÁRIO DA PRAINHA: 140 ANOS DE FUNDAÇÃO

*Mons. Francisco Manfredo Thomaz Ramos**

Que sentido tem encontrar-nos aqui, hoje, 18 de outubro de 2004, para comemorar a fundação, há 140 anos, exatamente, pelo 1º Bispo da Igreja do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos, do *Seminário Episcopal do Ceará*, que desde os seus primórdios convencionou-se chamar de *Seminário da Prainha*?

Antes do mais, a ocasião ou oportunidade desta celebração: queremos fazê-la em continuidade com o ano jubilar do sesquicentenário de ereção da Diocese do Ceará, encerrado a 6 de junho último. E isso porque o Seminário da Prainha e os atuais continuadores de sua missão têm compartilhado, sempre, em estreita “simbiose, todas as vicissitudes que entretecem a história da Igreja no Ceará” (MTR, Sessão Solene da ACL e ACSL, Saudação do ITEP, 2 /X/03). Somos parte integrante delas. Por isso, queremos, o Instituto Teológico-Pastoral, o Instituto de Ciências Religiosas, a Escola de Pastoral Catequética, que ocupamos, hoje, este mesmo prédio histórico, bem como os Seminários Maiores de Teologia e de Filosofia e o Seminário Propedêutico, queremos, digo, em primeiro lugar, reafirmar as nossos protestos de reverência e obediência aos Pastores que o Senhor dispôs para que regessem, em seu nome, a Sua Igreja que está em Fortaleza e no Ceará: Dom José Antônio e demais Bispos das dioceses sufragâneas.

Em seguida, algumas datas ou marcos históricos que facilitarão a nossa compreensão acerca da evolução da Prainha ao longo destes 140 anos: o 1º Bispo do Ceará inaugura seu Seminário mal passados três anos de sua chegada a Fortaleza (setembro de 1861); em novembro de 1966, os Bispos da Província Eclesiástica do Ceará, por decisão unânime, reunidos nesta casa, fecham, em caráter provisório o Seminário; logo de imediato, a 2 de fevereiro de 1967, Dom José de Medeiros Delgado fundava o *Instituto Superior de Ciências Religiosas* (ISCRE) como “sucessor do Seminário da Prainha, com a finalidade de servir a todo o povo de Deus..., aberto aos candidatos ao Sacerdócio, a religiosos, religiosas e leigos”, com cinco Departamentos distintos em projeto. Com tal empreendimento o Arcebispo

pretendia responder aos apelos do Concílio Vaticano II, obedecendo deste modo às disposições do “Plano de Pastoral do Conjunto da Arquidiocese”, de 1966 (cf. Decreto n.º 15 do Governo da Arquidiocese.); “...a 19 de março de 1973, decorridos seis anos, era reaberto oficialmente, o “*Curso Maior Teológico* (seminarístico), franqueado também aos leigos, do então Instituto de Ciências Religiosas de Fortaleza (ICRE), ao mesmo tempo que se inauguravam o Seminário Regional NE I e a Faculdade de Filosofia de Fortaleza (FAFIFOR), esta última, credenciada pelo MEC e destinada expressamente a formar também os seminaristas no terreno da Filosofia”¹.

Desde então, a formação presbiteral e de agentes leigos de pastoral, em Fortaleza, tem passado por muitas transformações. No que tange ao ITEP e ao ICRE, cabe notar que a 22 de fevereiro de 2002, ambos os Institutos foram credenciados pelo MEC e tiveram seus cursos de Teologia autorizados. A 18 de novembro de 2003, também o Curso de Filosofia do ITEP foi, por sua vez, autorizado pelo MEC. No presente momento, estamos em campo empenhados no processo de unificação dos dois Institutos, separados desde 1983. É a Faculdade Católica da Prainha que está em mira e sonhamos poder abri-la já com o curso de Mestrado em Teologia.

Impõe-se que concluamos. De todo existente – ensina-nos a sabedoria dos antigos – importa que saibamos três coisas: obviamente, se existe (*an sit*), o que seja (*quid sit*) e que valor tenha (*et aliqua aestimatione pendatur*) (cf. S. Agostinho, Ep. 11,4). Que o Seminário Episcopal do Ceará, a Prainha, continua, hoje, vivo e operante, pluriforme, transcendendo tempo e espaço, esta mesma assembléia no-lo comprova. O que ele foi e valeu outrora, o que ele é e deve ser hoje e, em prospectiva, o que ele deverá ser no futuro, eis o que aguça nossa curiosidade e nos trouxe aqui, atentos de ouvido, mente e coração, às palavras sábias e perspicazes de Carlos Josaphat, Edson Magalhães, Rui Martinho, Gisafran Mota, Eduardo Bezerra e João Alfredo Montenegro. Tarefa árdua, sem dúvida, a deles, e que, oxalá, venha assinalar o início promissor de outros tantos estudos com vistas à recuperação de uma memória histórica da Prainha, de corte crítico-axiológico.

Que os frutos deste trabalho que se nos antolha, devidamente consignados em documentos, possam vir a merecer os mesmos votos que o 3º Bispo do Ceará, D. Manoel da Silva Gomes, prepunha ao seu “imprima-

¹ M.T.Ramos, in AA.VV., 25 anos – Pastor e Profeta – (da Arquidiocese de Fortaleza ao seu pastor Dom Aloísio Lorscheider), Fortaleza, 1987, pp. 78-79.

tur” do Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará (*EN COMEMMO-
RAÇÃO DAS “BÕDAS DE OURO” DE SUA FUNDAÇÃO*), em data de 18 de abril
de 1914:

“Approvamos este Álbum, que é como um *museu* de relíquias preciosas,
e um escriptorio onde os antigos encontrarão recordações que confortam; os
novos, exemplos que animam; e os futuros, também elles, poderão muito
aprender do passado que lhes preparou os bens que tiveram no seu
presente”

**Mons. Francisco Manfredo Thomaz Ramos
É Professor e Diretor Geral do ITEP*



SEMINÁRIO DA PRAINHA, TRAÇO DE LUZ NA HISTÓRIA DA IGREJA E DA CULTURA

*Frei Carlos Josaphat, OP**

Introdução: Objetivo e perspectivas de nosso itinerário.

Vamos empreender juntos uma boa caminhada no tempo e no espaço. O ponto de partida e de referência será a evocação de minha experiência, de meu contato com o Seminário da Prainha e com outros seminários e casas da Congregação da Missão. Essa visão pessoal terá algum valor se conseguir situar-se no contexto da grande história da Igreja, da cultura, da educação em nosso País. Mais ainda, convém confrontá-la com outras abordagens similares, recorrendo aos estudos descritivos e narrativos, dando a devida atenção às análises críticas sobretudo daqueles que parecem ter razões de apreciarem de maneira diferente o sentido dos fatos ou seu encadeamento.

I – Um pouco de história de minha convivência com os Padres Lazaristas

São dezenas de anos de contato com mais de uma centena de Filhos de S. Vicente no dia-a-dia de uma meia-dúzia de casas em geral importantes, pois eram casas de formação. De fato, desde os verdes anos da adolescência, da mocidade entrando pela idade madura, estive com os padres Lazaristas: em Diamantina, Petrópolis, Caraça, Mariana e Fortaleza.

A esse perfilar de pessoas, fatos, situações e acontecimentos, seria bom poder juntar as disposições e atitudes que qualificam a testemunha no campo da história oral: a presença, a simpatia, a capacidade de identificar-se com os protagonistas e as instituições que estão em jogo, e ao mesmo tempo, o desinteresse, a distância crítica, para não condenar nem defender posições, mas compreender os comportamentos, as idéias, as ideologias em suas conexões na simultaneidade e na sucessão do tempo, encadeando-se até chegar ao momento que estamos vivendo hoje.

Por todo nosso ser, fazemos parte da história, essa comédia divina e humana envolvendo e desdobrando todas as dimensões da vida, desde as

miudezas genéticas das células, até às criações dos gênios do saber e da arte, às maravilhas da mística e da santidade. Com a atenção voltada para esse paradigma de uma história total e abrangente, vou lembrar até com muito carinho e uns fiapos de saudade meu longo e profundo conviver com os Padres Lazaristas. Descrevendo e apreciando fatos e pessoas, tentarei fornecer-lhes elementos de reflexão com a coloração afetiva, sentimental tal como se foi desenhando no desenrolar desses tempos idos e vividos.

Após ter vibrado no grupo escolar de minha terra, acompanhando como menino apaixonado a revolução de 1932, - para nós mineiros, detestável revolução separatista-, em começos de 1933, inauguro o meu primeiro quinquênio de convivência com os Filhos de S. Vicente no Seminário de Diamantina. O líder entre eles era o Padre José Dias Avelar, muito culto, de uma piedade que deixava a gente bem à vontade, respeitado e estimado por todos, pois dava a impressão de estar sempre ocupado a fazer tudo andar bem para que a menina estivesse contente.

Essa era a tonalidade geral, os mestres pareciam animados de uma piedade discreta, mantendo a disciplina sem dureza, de modo que o seminário era casa muito séria de estudos mas também um ambiente descontraído, de muito esporte, de muito debate, de muita discussão política. Bem precocemente, a garotada entrava nos debates sobre integralismo, getulismo, comunismo, liberalismo, ditadura, democracia, brigava pelos franceses e detestava os alemães, os de Hitler naturalmente. O seminário se destacava no humanismo, no estudo das línguas, em torno da trilogia português, latim, francês.

Entre para o seminário para estudar, sem saber o que fazer da vida. Sem qualquer proselitismo da parte dos mestres, superando umas crises em torno da mediocridade que me chocava na Igreja, fiquei encantado com S. Vicente e resolvi ser lazarista. Antes de partir para o noviciado, ainda em Diamantina participei de um retiro dos meus professores, sendo encarregado de ler para eles no refeitório os escritos do santo Fundador, nos grossos volumes de sua correspondência e suas conferências, editados pelo famoso Pierre Coste. Lia tudo em francês, sendo de antemão pilotado pelo Padre Avelar, para saber saltar as repetições, quando S. Vicente escrevia várias cartas no mesmo dia e dava notícias idênticas a destinatários diferentes. O pré-noviço que eu era já estava um tanto enfronhado no francês e no jogo vicentino.

Parti então para o Seminário de Petrópolis para fazer os dois anos de noviciado, dois de filosofia e quatro de teologia. Recebíamos uma sólida formação de filosofia e teologia clássicas, segundo os melhores manuais

aprovadas na França, mas para a filosofia seguindo o difícil compêndio em latim do beneditino Joseph Gredt. Com essa formação intelectualmente orientada pelo padre Carlos Pelissié, os jovens filósofos e teólogos lazaristas podiam entrar em contato com outras correntes de filosofia e teologia, sobretudo com a renovação que soprava na França e abrindo novos horizontes em todos os setores da teologia, da pastoral, da catequética, da liturgia, do ecumenismo e da Bíblia.

Mas aqui bate o ponto. Com uma imensa estima da vocação vicentina, com uma bagagem filosófica e teológica de valor mas de tipo mais escolástico, recebíamos também um forte ideal de renovar a Igreja bem como a formação do clero, em uma perspectiva crítica e que pretendia tornar-se criativa. Ordenado sacerdote em dezembro de 1945, com bom número de coirmãos lazaristas, eu me sentia intimamente voltado para todas as tendências de renovação na Igreja e da Igreja, no campo espiritual, pedagógica, pastoral com incidência nos trabalhos nos seminários e junto ao povo. A nossa formação de base era no fundo ambivalente, ensinávamos a conformidade e a contestação. Como conciliar o antagonismo dessa dupla tendência, quando se tratar de inserir esses jovens recém formados na rotina tranqüila dos seminários nas diferentes dioceses, onde os bispos se mostrassem alheios senão opostos a inovações na formação e na vida de seus padres?

A história o dirá. Mas antes, para um melhor preparo prático e uma espécie de estágio pedagógico, aí pelos começos de 1946, sou enviado para o Caraça, então escola apostólica ou seminário menor destinado à formação só de lazaristas. O superior é o Pe Antônio da Cruz, que representa plenamente o princípio da ordem que domina todo o sistema educativo, dele fazendo um quadro e um clima de total consagração ao estudo. O isolamento geográfico reforçava e tornava total a falta de contato com o mundo. Confrontado com a imagem que nos dá a história e a que faremos alusão, o Caraça que eu conheci em um ano apenas, ocupado em ensinar latim a todas as séries, era bem mais austero do que o seminário que frequentei em Diamantina. Nele pairava um certo medo dos castigos, sobretudo de ter de comparecer só a só diante do julgamento do superior.

O que domina no entanto é um empenho de estudar, uma certa emulação entre os jovens.entre grupos e séries, todos sendo envolvidos em um programa de espiritualidade, missa cotidiana e comunhão frequente, contando nas horas tristes com a ajuda de um diretor espiritual. É o modelo geral de um seminário menor com as variantes de um internato inteiramente isolado entre as serras. Oferece um clima de respeito mas

também de bondade, de confiança dos alunos para com os mestres, sobretudo no plano confidencial da orientação espiritual.

Creio que se poderia generalizar com algum fundamento a seguinte apreciação: os seminários têm então um conjunto de elementos comuns, que deles fazem educandários, onde se ensina e se aprende com muito proveito; comportam um clima e bons estímulos de piedade, a disciplina sendo mais ou menos rigorosa, o que faz as diferenças mais notadas entre um ou outro estabelecimento.

De 1947 a 1951, é o curto e para mim denso período de minha experiência de formador do clero, nos dois seminários maiores de Mariana e de Fortaleza. Em cada um deles, o corpo docente, a que me integrava, era formado de uma dúzia de professores lazaristas contando com a colaboração de dois ou três padres do clero diocesano. Aqui surgem as questões que nos introduzem à crise na formação do clero e ao abandono dos seminários a que se verão forçados os Lazaristas. Voltarei de maneira mais ampla e completa a esses problemas, colocando-os no grande contexto da história da Igreja e do Brasil. No momento, é simples testemunho de minha experiência, aliás bem limitada.

A partir de fevereiro de 1947, lá estou em Mariana, no seminário de Dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de grande autoridade, sempre atento e mesmo cioso em evitar problemas para seu clero e sua diocese. Uma grande diocese, piedosa, tranqüila é de grande valor diante de Deus e da Santa Sé. Ora, o Arcebispo vê claramente que os problemas lá chegavam pelo ensino da teologia, sobretudo da eclesiologia, pois dois professores, o pe. Domingos Guglielmelli e eu mesmo, com certa inocência introduzíamos aquelas novidades a que aludi falando de nossa formação em Petrópolis.

Esses conflitos que só atingiam as relações com a Autoridade diocesana, sem suscitar problemas entre professores ou com os alunos, se concentravam em uns três pontos nevrálgicos: Ação católica, reforma litúrgica, Jacques Maritain entendido como filósofo modernista, eram três monstros ameaçadores para a igreja e para o mundo na apreciação de Dom Helvécio. Eram justamente temas do gosto da nova geração de professores e alunos. Tendo sido encarregado da capelania do Colégio Providência das Irmãs vicentinas aí introduzi, juntamente com a JEC, a missa dialogada. Foi a gota de água que fez transbordar a paciência do Pastor diocesano. Pediu meu afastamento imediato do Seminário, sendo atendido prontamente pelo meu provincial lazarista, Pe. Francisco Godinho, que me enviou logo para o acolhedor seminário da Prainha.

Aqui a novela eclesiástica e teológica continua e talvez se torne mais interessante. Vamos, no entanto, interrompê-la para alargar o contexto das crises que levarão aos desfechos gerais em todo o País no que toca à formação de clero e à orientação de toda a igreja. Só acrescento, por enquanto essa observação de certa importância: os jovens lazaristas renovadores iam tomando consciência de que se tratava de uma luta, um pouco no estilo: “Gente, podemos perder batalhas, mas na última ganharemos a guerra”. Com essas disposições, em começos de 1949, beijei as mãos do santo arcebispo Dom Lustosa e comecei a ensinar filosofia e teologia pastoral para os jovens da Prainha.

II – No quadro da história, da cultura e da educação em nosso País

Situemos nossas pequenas aventuras no bojo da grande história.

A entrada de nosso País na cultura e na história da educação começa com a vinda da Família imperial em 1808. É a entrada também no campo das idéias liberais.

Vemos emergir dois modelos antagônicos de seminário: Olinda e Caraça. Eles simbolizam duas atitudes, duas compreensões da Igreja e de sua presença no mundo da cultura e da política. São dois pontos altos, duas formas concretas de realização do catolicismo no primeiro quarto do século XIX, encarnando duas tendências que continuarão o seu caminho, às vezes se opondo de maneira antitética, às vezes se encontrando, se acomodando, chegando a conviver com mais ou menos tranquilidade.

O seminário de Olinda e o seminário-colégio do Caraça têm trajetórias diferentes. Obra de uma forte personalidade que é o bispo Azeredo Coutinho,¹ o Seminário de Olinda levanta a bandeira da modernidade e mesmo da revolução, mas terá a curta duração de alguns decênios, quando as idéias revolucionárias explodem na Confederação do Equador. Nesta refulge com todo esplendor da inteligência e da coragem a figura de Frei Caneca.² Mas esse grande momento da revolução liberal e mesmo

¹ Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho, 1742-1821, sagrado bispo em 1794, assume a diocese de Olinda em 1798. Excelente síntese sobre sua pessoa e sobre o Seminário de Olinda em Gilberto Luiz ALVES, indicado na Bibliografia.

² Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1774-1825), religioso carmelita. Note-se que Dom Azeredo Coutinho recebera sua primeira formação com os Carmelitas do Rio. Coutinho e Caneca têm uma formação semelhante, sintetizando e assumindo as idéias libertárias na França, na Inglaterra e nas correntes revolucionárias do Brasil. São figuras típicas do mundo moderno que na primeira metade do XIX se opõe ao

libertária se eclipsa e desaparece com o predomínio do princípio de ordem, da retomada do processo conservador inaugurado na colonização e que o Império brasileiro buscou levar em frente.

Merece destaque o fato singular. Dom Azeredo Coutinho estava em afinidade não apenas com as aspirações liberais, com os ideais do enciclopedismo, do iluminismo, da Revolução francesa e da Americana, mas simpatizava com a economia capitalista nascente sendo um dos raros, raríssimos senão o único eclesiástico que lia e acolhia com entusiasmo Adam Smith com suas teorias sobre a prosperidade das nações. A Igreja e a formação do clero deveriam então entrar na política, na economia, no dinamismo da sociedade, não para apoiar o poder menos ainda o poder absoluto, mas para levantar a bandeira da liberdade e guiar os povos nos caminhos do progresso até mesmo pelos atalhos escabrosos das revoluções.

O Caraça, ao contrário, surge como instituição bem nos moldes desejados pelas sociedades civis e religiosas, bem no gosto de suas autoridades assim como das elites políticas e econômico-sociais do País. O tipo de seminário-colégio como o Caraça caía bem em 1820 para inaugurar um tipo de formação de padres e de líderes sociais e ir caminhando com a organização, com o desenvolvimento do sistema eclesiástico bem como do sistema político e social do Brasil na Monarquia e depois na República.

Os Lazaristas vindos de Portugal são bem vistos e serão amparados pelos monarcas, D. João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, porque esses religiosos se mostram eminentes por suas qualidades culturais e espirituais, mas se afiguram também alheios à política eclesiástica tal como a praticava a Igreja ligada aos Estados Pontifícios e ao sistema do padroado. Por essas atitudes os Filhos de S. Vicente mereciam ser acolhidos pelos monarcas luso-brasileiros, como o próprio santo Fundador deles no século XVII tivera boa entrada na corte francesa. Os políticos no poder sempre apreciam a religião fora da política, dedicando-se a manter o povo na ordem, na obediência e na paz.

Merece destaque nosso imperador, Pedro II. Estadista empenhado no governo harmonioso e no progresso então possível ao País, e por outro lado um estudioso, interessado por toda espécie de saber, de arte, de cultura,

poder absoluto e opta pelas liberdades na política e na economia. Representam a antítese do modelo lazarista, que Leandro e Viçoso implantarão nos seminários.

Dom Pedro ia mais longe, dando o devido valor à contribuição espiritual, intelectual e pedagógico dos lazaristas.³

Os lazaristas chegavam, pois, em boa hora e eram bem aceitos pelas autoridades políticas e religiosas, pela sociedade em geral, porque eles vinham preencher uma grande lacuna e oferecer de maneira competente embora limitada aquilo de que o País e a Igreja mais necessitavam: um modelo de missão, de religião de inspiração evangélica e uma formação do clero, mais ainda um estilo pedagógico humanista, em harmonia com a piedade do povo e com um projeto de morigeração desejado pelas elites e pelas grandes famílias a que faltavam instituições de ensino secundário e superior.

III – Visando reformar a Igreja, uma plêiade de bispos lança uma rede de seminários

Os historiadores falam em geral da romanização da Igreja e da aplicação, sem dúvida tardia, da reforma tridentina em nosso País, situando dentro desse contexto a importância dos seminários implantados nas dioceses, nas imensas dioceses que correspondiam então praticamente às grandes províncias do Império do Brasil. Temos aí uma imagem inicial da situação e da marcha do nosso catolicismo sobretudo no século XIX. A reforma de Pombal, a supressão do projeto religioso e cultural dos Jesuítas, que não tiveram propriamente sucessores, deixavam um vazio que será parcialmente preenchido pela emergência dos grandes bispos tendo o apoio dos lazaristas desde a primeira metade do século XIX.

A romanização, na linha do Concílio de Trento, correspondia a um feixe de aspirações eclesiásticas e políticas que se encontravam em um denominador comum pragmático: acabar com as agitações patrióticas dentro do clero, neutralizando certas figuras que prolongavam a liderança do bispo Coutinho, de Frei Caneca e do Cônego Diogo Feijó, consolidar o padroado, com a plena sujeição da Igreja ao Império. Para isso, era necessário utilizar os bispos, as suas dioceses, seus seminários bem como

³ Dentre as amigadas de artistas, escritores cientistas que mantinha o Imperador, é muito significativa e tocante a sua estima e mesmo a sua veneração pelo sábio missionário lazarista francês, um pioneiro que evoca o que será depois dele Theilhard de Chardin, é Padre Jean-Pierre Armand David (1826-1900). Já no exílio, Dom Pedro estreitará as relações com o missionário cientista e pedirá para ser assistido por ele, no momento em que nosso ex-imperador se via chamado a entrar na eternidade (em Paris, 5 de dezembro de 1891).

as irmandades e confrarias, então fortes diante de um clero escasso e mal preparado, buscando colocar essas instituições eclesiásticas a serviço da ordem. Com elas, se poderia contar ainda com um real benefício também para a cultura, pois seminários e colégios eclesiásticos poderiam propiciar recursos e lugares de educação para esses poucos milhões de brasileiros que a colonização deixara desprovidos de estruturas no que toca à religião, à instrução e ao trabalho livre.

A história guarda como figuras simbólicas o Padre Leandro e o Padre Viçoso mais tarde Dom Viçoso.⁴ Um e outro totalmente devotados à vocação lazarista sob o seu tríplice aspecto: da pregação missionária, do aprimoramento do clero e do ensino em seminários e colégios. Chegando ao Caraça em 1820, se põem a desbravar matas e abrir espaços para o colégio, começam a ensinar e passam logo a pregar e catequizar nas aldeias vizinhas, no empenho de evangelizar os pobres. Ambos discretos, humildes, mostrando sempre o empenho de bem entender e realizar as necessidades e as condições de vida da igreja e do país. Mas Leandro menos audacioso, digamos mais conservador, ao passo que Viçoso é mais aberto, dialogando e mesmo debatendo com coragem com Leandro seu superior sobre temas espinhosos como a escravidão, Viçoso, à diferença do coirmão, sendo um defensor lúcido e tenaz da emancipação dos escravos.⁵

Encontramos aqui o intrigante dilema: manter-se na reserva diante de temas controvertidos ou desafios históricos, ou tomar parte e posição nas contendas com o empenho de abrir novos caminhos, - semelhantes encruzilhadas aparecerão mais de uma vez, chegando a tornar-se mais e mais ocasião de crises entre os Filhos de S. Vicente. Encarar sem medo semelhantes desafios, tentar compreender-lhes a trama e o sentido no passado e na atualidade talvez seja o bom fio condutor da história da Congregação, da Igreja e da cultura.

⁴ Padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro (1781-1841) com o Pe. Viçoso fundou o Colégio do Caraça em 1820. Note-se foi diretor do Colégio Pedro II no Rio durante dois anos (1838-1839). Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) foi durante 31 um anos bispo de Mariana(1844-1875). Teve como sucessor e biógrafo Dom Silvério Gomes Pimenta que começou seu processo de beatificação.

⁵ O Pe. Leandro escreveu uma “Memória analítica acerca do comércio de escravos”, 1837, defendendo o direito dos fazendeiros de importar escravos, quando a lei já proibia o tráfico negreiro; o Pe Viçoso replicou ao coirmão, enviando-lhe um texto sereno: “Africanos injustamente escravizados, depois da Lei Brasileira de 7 de novembro de 1831”. Ambos os textos manuscritos se encontram no Arquivo do Caraça.

Um olhar sobre a primeira leva dos lazaristas, liderados por Leandro e Viçoso, já vai nos introduzindo na série de problemas e desafios que os seminários terão de enfrentar, em fases de serenidade ou de crises. Na tradição interna da Congregação da Missão, é a chamada etapa portuguesa, seguida da etapa francesa e finalmente da brasileira. Em menos de dez anos, após a vinda dos primeiros portugueses, já contam com uma comunidade de 9 padres, dos quais quatro brasileiros; ao todo entre jovens em formação e irmãos leigos há duas dezenas de Lazaristas, que assumem além do Caraça o santuário e o Colégio de Congonhas.

Mesmo os originários de Portugal se declaram brasileiros e ostentam em seu prospecto as armas imperiais. Identificam-se com o nosso povo, não se envolvem com as agitações das cortes no Rio e em Lisboa, com as lutas de interesses e tendências dos políticos de aquém e além mar, mas desde o começo vão praticando um jogo sereno e pragmático com a política e os políticos, empenhando-se em ganhar ou mesmo forçar os monarcas e seus ministros a amparar e a desenvolver colégios, seminários, santuários, trabalhos culturais e assistenciais lá no coração de um país até então largado e desprovido de meios não só de desenvolvimento mas até de sobrevivência.

Esse imenso Brasil, ao lado de uma rede administrativa, que mal dava para arrecadar impostos, garantir a ordem e permitir o crescimento de uma economia agrícola e extrativa, havia uma outra rede, formada pelas dioceses, pelas casas e institutos religiosos, relativamente pouco numerosos, mas constituindo no entanto um sistema de circulação de uma forte seiva cultural e espiritual. Espalham ânimo e alegria de viver, multiplicando ensino catequético e cívico de base, prodigalizando ao bom povo desamparado festas, procissões, momentos de fé, de jubilosas encenações teatrais. Para além das ambições de riquezas, de poder, de prestígio, o Brasil crescia como povo, como povo sadio e solidário, graças a essas duas forças conjugadas a família tradicional e a religião popular.

A história deve reconhecer então a importância decisiva e mesmo única dos bispos, de uma simples dúzia de bispos que foi o número máximo de mitras e de dioceses que o sistema de padroado permitiu existir até praticamente os fins do século XIX. Ora, grandes bispos em dioceses imensas se dotavam de amplos seminários para formação do clero, mas generosamente abertos às famílias, pelo menos das elites. Por vezes vistosa, e com muita frequência jorrando subterrânea e escondida, está aí a grande torrente cultural, que contribuiu de maneira decisiva e permanente

para a formação do Brasil cordial, unido e coerente em sua identidade humana e cristã. Creio que já estão vendo sem dúvida surgir no horizonte, ao som dos verdes mares bravios, não longe da Praia de Iracema, este querido seminário da Prainha.

Para compreender o despontar desse educandário, em meio à constelação de muitos outros focos irradiantes de fé, de cultura e de educação, convém centrar carinhosamente a atenção sobre a figura ímpar de Dom Viçoso, que formou ou ordenou uma plêiade de bispos, os quais por sua vez e a exemplo dele fundaram seminários e criaram literalmente dioceses em uma verdadeira fecundidade missionária.

Em um primeiro olhar, sem dúvida admirativo, evoquemos essa paternidade episcopal desse discreto patriarca de origem portuguesa, mas que se tornou bem mineiro, Dom Antônio Viçoso. Sem ter a pretensão de ser completo, e sem falar de mais de três centenas de padres, destaquemos os cinco grandes bispos que ele ordenou e espalhou qual sementeira de dioceses e de seminários por este imenso e querido mundo de Deus que é o nosso País e mais ainda por nosso abençoado Nordeste de Dom Hélder e do Padrinho Padre Cícero (um e outro aliás foram alunos da Prainha).

Cada um desses nomes são portadores de história, fazendo resplandecer para nós regiões e sucessões de períodos luminosos de presença do Evangelho, de sua força salvadora e humanizadora: Dom Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro de 1868 a 1890, Dom João Antônio dos Santos, primeiro bispo de diamantina, de 1864 a 1905; Dom José Afonso de Moraes Torres, bispo do Pará, de 1843-1858, predecessor imediato de dom Macedo Costa, Dom Silvério Gomes Pimenta, auxiliar de Dom Viçoso e seu sucessor na Sé de Mariana, de 1896 a 1922; e foi carinhosamente deixado para o fim porque mais nos interessa: Dom Luís Antônio dos Santos, primeiro bispo do Ceará, de 1860 a 1881.

IV - Seminários formadores do clero e fontes de cultura humanista em todo o País

Esses bispos fundam e animam seminários do norte ao sul do Brasil. Esse movimento de conjunto se liga a amplo e profundo projeto de reforma da Igreja, de ação renovadora em diferentes planos da vida das dioceses, das paróquias e do povo em geral. Não se veja nisso uma espécie de conchavo sagrado, de um acordo passado não se sabe onde nem quando. É de maneira mais matizada que se deve entender uma romanização

programada da Igreja do Brasil, ou de aplicação do modelo tridentino de formação clerical.

Há uma fonte vicentina simbolizada e concretizada na figura e na influência de Dom Viçoso, donde resulta uma espécie de colegialidade fraterna, todo um vasto conjunto de bispos tendo uma mesma visão, vivendo uma mesma espiritualidade e chegando a um acordo bem mais nas convicções e formas de pensar e viver do que em projetos arquitetados em encontros, aliás raros no século XIX.

A leitura dos documentos oficiais sobre a fundação do seminário de Mariana e sobre o empenho das autoridades eclesiásticas e políticas de o confiarem à Congregação da Missão pode ser muito esclarecedora. O bispo Dom Viçoso e seu cabido se mostram muito conscientes da orientação decidida, profunda e duradoura a dar à formação do clero, em comunhão com Roma e em prosseguimento do que se fazia na Europa, especialmente na Itália, onde essa formação era confiada à Congregação da Missão, com as bênçãos e o beneplácito do Romano Pontífice Pio IX. Os pedidos feitos ao superior geral dos Lazaristas, ao Papa e ao Imperador fazem menção dessa intenção ampla de integrar o Brasil nessa corrente então renovadora. As respostas confirmam essa mesma perspectiva que anima a solicitação partindo de Mariana. Mais ainda a carta muito explícita e motivada pela qual o Cabido apóia fortemente o projeto de Dom Viçoso mostra como esse projeto se estende a toda a rede dos bispos brasileiros.

Veja-se esta amostra deveras expressiva: “O Cabido folga muito por ver o Nosso S. Padre o Papa Pio IX e S. Majestade Imperial, entrados no pensamento de V. Exc (=Dom Viçoso), e acolhendo, favoravelmente, ajudando e authorizando o intento de V. Exc. [...] O Cabido sabe que o intento de V. Exc. tem sido imitado pelo sábio e venerando Arcebispo da Bahia e metropolitano do Império, e que é esposado pelos zelosos Prelados das Dioceses do Pará e São Paulo. [...]

As razões em que se firmão os mencionados Prelados, e tantos outros de outros países, este Cabido acha de muito pezo. [...] conhece muito bem a utilidade e necessidade de um Seminário, e quão sábio foi a tal respeito o pensamento dos Veneráveis Padres Tridentinos, mas também sabe que numerosas dificuldades estorvão o desempenho dos sublimes fins de tão santa instituição e que embaraços encontrarão os Exmos. Ordinários para verem florescer essas casas, onde se educa os jovens Levitas”.

E, em conclusão, insistem os Cônegos do Cabido marianense:

“E falando do Seminário desta Diocese, o Cabido vê clarissimamente a realização dos bens supramencionados, e folga muito por ser testemunha ocular da optima direcção que os ditos Padres deram ao Mariannense Seminário”.⁶

Para compreender a extensão cultural da influência dos seminários é bom considerar a entrelaçamento seminário colégio. Nesse caso é bom partir de algumas indicações ainda que simples e sucintas sobre o Caraça.

A relação seminário-colégio parece estabelecer-se sem dificuldade, havendo às vezes separação, em certas fases o Caraça por exemplo será formalmente só seminário ou Escola apostólica aceitando alunos sem se inquietar sobre a vocação que eles visam, ou mantém uma certa distinção com uma formação mais estrita e específica para os candidatos ao sacerdócio. Na prática, verifica-se uma comunidade de vida, um processo educativo que reúne os jovens numa mesma aplicação ao estudo, em um ideal de perfeição cristã, envolvida e animada por práticas de oração e freqüência sacramental, visando fazer do candidato seja um bom padre piedoso e celibatário, seja um bom cidadão, um chefe de família correto e virtuoso.

O venerável Regulamento emanando do Padre Leandro sintetiza na bela linguagem do tempo, de que modernizamos apenas a ortografia: “Eles (=os estudantes) devem persuadir-se que não vêm só para aprender os estudos e ciências, mas também as virtudes, e é o que os pais mais desejam de seus filhos. Vale mais um homem de conhecimentos medianos sendo virtuoso, do que o grande sábio sem virtude. Devem olhar para os diretores e mestres como para outros tantos amigos e como para quem faz as vezes de pais, e respeitá-los”.⁷

É oportuno notar que havia naqueles bons tempos um núcleo de moral familiar e social, sem dúvida pouco ou nada seguido na prática, mas aceito como ideário comum: antes do casamento, se presume que todo jovem há de guardar castidade perfeita, presunção teórica e otimista que na verdade suscitava era uma imensidade de problemas. Assim, nos internatos, se instauravam regimes de muita vigilância, pois a busca de

⁶ Respeitamos a ortografia do documento, transmitido por Pe. Eugênio PASQUIER, C.M. Os primórdios da Congregação da Missão (indicado na bibliografia), p. 121-122.

⁷ ANDRADE, Mariza Guerra de – A educação exilada. Colégio do Caraça, Autêntica, Belo Horizonte, 2000, p. 177.

prazer solitário e o pendor pelas amizades particulares entre colegas, sobretudo de idades diferentes, criavam um clima de desassossego perturbando o bom ritmo do processo educativo. Mantinham-se com extremo rigor as separações compartimentadas, os interditos da chamada “comunicação” entre classes de idades diversas. Em velhos textos de regulamento, se fala da diferença entre essas classes, - entre pequenos e grandes, mais precisamente - como se se tratasse de diferença de sexos, o que mostra o empenho de exorcizar os fantasmas da pedofilia, dentro de uma visão ou de uma mentalidade inseguras sobre a sexualidade.

Essas e outra práticas, não se tocaram os jovens evitando “o jogo de mãos”, as “amizades particulares”, pela própria linguagem importada do francês traduzem o quanto a pedagogia do Caraça estava inserida na mentalidade geral da época, infelizmente não criticada menos ainda retificada por uma moral humanista e cristã, imbuída da estima, do respeito do corpo, mas igualmente aberta à compreensão do amor humano, do desenvolvimento da afetividade e da educação harmoniosa da sexualidade.

Dando a devida proporção ao conjunto dos elementos e orientações do venerável Regulamento do Padre Leandro e à sua influência durante tantas dezenas de anos sobre as gerações sucessivas de mestres e alunos, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) situa a pedagogia do Colégio do Caraça de maneira muito positiva, insistindo mais sobre o “caráter de camaradagem entre súditos e autoridades” que ela contribuiu a estabelecer.⁸

Consideremos mais de perto a pedagogia lazarista em seu conjunto, em sua inspiração e seu contexto.

V - A pedagogia tranqüila dos Lazaristas diante das vagas de renovação da educação, da cultura, do saber e da técnica

Convém evocar alguns dados estatísticos que nos poderão sugerir uma idéia ainda que bastante aproximativa da amplidão da presença e da influência exercida pelos colégios e sobretudo pelos seminários, dirigidos e animados pelos Lazaristas.

Nestes pouco mais 180 anos de Brasil, calcula-se que mais de 2.500 sacerdotes foram alunos dos padres lazaristas e uns 160 foram elevados ao episcopado. Um exame dos arquivos permite inferir que passaram pelos

⁸ Alceu Amoroso LIMA (Tristão de Ataíde), *Voz de Minas*, Agir, Rio de Janeiro, 1946, p. 124-128.

colégios e seminários por eles dirigidos uns 200 senadores e deputados, 28 governadores de Estados, sendo sete de Minas, seis presidentes e três vice-presidentes da República. O que autoriza uma extrapolação razoável sobre a imensa e permanente influência cultural sobre as elites, classes médias e até muita gente humilde durante esses quase dois séculos.⁹

O campo que nos interessa imediatamente são os seminários que se responsabilizaram pela formação do clero e grande parte da elite cultural brasileira durante o século que vai de 1864 a 1964, o século de vida do seminário da Prainha e dos equivalentes nas grandes dioceses do Império e da República do Brasil.

Mas chegamos ao ponto vital, à consideração do que nos pode servir de referência e oferecer critérios para nossas apreciações históricas e para os delicados julgamentos de valores sobre as crises enfrentadas e os desafios que estão diante de nós, do País e da igreja hoje. Como chegar a compreender a pedagogia, as ações e opções dos Lazaristas, e de certo modo com eles, das forças vivas da Igreja, empenhadas na formação do clero, mais radicalmente: que tipo de ministros, que qualidade de cristãos se pretendia fazer surgir para enfrentar o mundo moderno? Eis aí, formulada de maneira um tanto embaraçada, a questão de veras complexa, que gostaríamos de abordar pelo menos em seus elementos essenciais.

Antes de mais nada, salientemos este dado fundamental: a pedagogia dos lazaristas, seu estilo de ver, de entender a formação do clero decorre da junção de um tipo de espiritualidade e de uma forma de cultura, escolhidas e cultivadas de maneira bem consciente no empenho de fidelidade a uma vocação a serviço da Igreja. Quanto ao essencial essa escolha remonta ao Fundador, S. Vicente de Paulo, que os Lazaristas seguiram sempre com um apego firme e constante, com o risco mesmo de cair em um rigor excessivamente literal.

S. Vicente é o místico e o militante da caridade. Sua característica, seu estilo, seu carisma, talvez se possa exprimir no supremo imperativo evangélico “Amarás com toda a tua inteligência”. Havemos de saber fazer hoje, dentro da situação e dentro sistema social, o que discernimos ser o melhor para os pobres, para a evangelização dos pobres. Ele funda uma companhia, um corpo de combatentes no século XVII, como fizera santo Inácio no século XVI, mas querendo purificar e ativar o amor, limpando-o

⁹ Consulte-se, por exemplo, José Tobias ZICO, CM, Congregação da Missão no Brasil. Resumo histórico(1820-2000), Lithera Maciel Editora, Contagem, MG, 2000, p. 244.

de toda pretensão, preservando a Congregação de toda estima corporativa, equipando a caridade com o máximo de humildade, para que ela seja um elã total, uma consagração ao Senhor presente e servido nos pobres. Por isso, ele proclama enfaticamente: no século das vaidades, ridicularizadas por Molière, Deus será bem servido pela “Pequena Companhia”, tanto mais eficaz quanto mais escondida.

Voltemos-nos à famosa definição da Congregação dada pelo próprio S. Vicente. Ele visa libertar seus filhos dos quadros e embaraços das instituições canônicas. E, assim, em oposição à vida religiosa, ou melhor para além da vida religiosa, definida como “estado de perfeição”, ele vê e proclama seus missionários em “estado de caridade.” Esse estado de caridade é entendido como um elã, um dinamismo bem ordenado como do interior, traduzindo-se na energia das virtudes, particularmente das cinco virtudes, equiparadas às “faculdades da alma” da sua “Pequena Companhia”:

- Duas virtudes dispõem à caridade, purificam os missionários e os tornam aptos a ser amados e a amar, a ser abrasados pela caridade: A simplicidade e a humildade.

- Duas virtudes são formas concretas de viver a caridade: a mansidão e a mortificação.

Essas virtudes formam o modelo de uma ascese, muito discreta e eficiente, pois envolvem a vida e a atividade do dia a dia estendendo o influxo da caridade, abrindo-lhe e limpando-lhe o caminho, na prática de um autodomínio, de um dom de si sem pretensão, aceitando com singela alegria os sacrifícios que decorrem do próprio amor inspirado pelo Evangelho.

- Esse quadrado de virtudes é completado pelo zelo que não é outra coisa senão a caridade em marcha, a lucidez e a coragem de se consagrar às tarefas cotidianas no serviço do próximo, especialmente nos escondidos trabalhos das missões, no ensino e na formação do clero.

Tentemos ver em ação essa maravilhosa espiritualidade enfrentando os problemas da pastoral, da pedagogia, especialmente nesse campo de nossa reflexão: os seminários, como toda a rede de tarefas, instituições, trabalhos e embates exigidos pela formação do clero. Destaquemos algumas atitudes típicas em que essa espiritualidade resplandece mostrando toda a sua força mas igualmente os momentos difíceis, as encruzilhadas críticas em que ela parece titubear, e pelo menos durante certo tempo não consegue ter a lucidez e a coragem criativas para abrir novos caminhos e

inventar novos paradigmas pastorais e pedagógicos, para ajudar a fazer surgir na Igreja dos tempos modernos novos modelos de padres, modelos novos de apostolado, de paróquias, de comunidades, de compromisso dos leigos em formas apropriadas de evangelização e de promoção de um mundo novo.

A lucidez e a coragem criativas da Igreja e especialmente dos Lazaristas empenhados na pedagogia, na formação do clero, eram submetidos ao supremo desafio porque, após o imenso vazio educacional do Brasil colonial, os séculos XIX e XX serão movidos, agitados e sacudidos por aspirações, anseios e projetos de escola para o País. Que haja escola surgindo para preencher a lacuna imensa do analfabetismo e da ignorância, que venha escola nova para sanar os atrasos senão os desvios do ensino antigo, tido por fruto antiquado de um sistema arcaico, escolástico, medieval, punitivo, repressivo, alheio aos progressos modernos da psicologia e da pedagogia. Está aí a grande e sempre renovada encruzilhada, no sentido forte etimológico da pesada cruz que os Lazaristas, professores e diretores de seminários, não podiam esquivar de forma alguma.

Acertaram em geral, acertaram em muitas coisas e durante muito tempo. No entanto era preciso acertar sempre, pelo menos quanto ao essencial, na compreensão da Igreja que Vaticano II apontará como sacramento da reconciliação universal, o que significa da “compreensão universal, para caminhar e progredir pelas estradas da modernidade, pois só podemos ser modernos embora admirando os mestres patrísticos e medievais, porque souberam ser modernos nos seus tempos. Começemos por comemorar os acertos, lembrando em seguida as crises que surgem como pedras irremovíveis bem no meio do caminho.

Os êxitos na paciência e na discrição escondida do dia a dia merecem ser lembrados, pois a tendência da história é evocar o mais vistoso. Esses êxitos se enraízam na qualidade da vida. Aquele singelo cortejo de virtudes lançadas por S. Vicente como o fundamento de sua espiritualidade, a humildade, a simplicidade que dá à vida e à comunidade vicentinas uma tonalidade apagada, lhes confere na verdade uma inspiração uma energia secreta que o despreendimento, a despreensão, o desinteresse, o saber estar presente e orientar, sem aparecer, realizando o que há de mais evangélico e fecundo a gratuidade do amor.

Daí, nessas dezenas, mais de uma centena de anos, essa rede de educadores consagrados à atitude de firmeza no estudo, uma consagração à oração, sem exageros de devoções ou de métodos sofisticados, um trabalho intelectual sério e um ensino voltado incansavelmente à transmissão do que

parece ser as aquisições e as tradições de base na igreja. Longe das audácias inovadoras, o seminário oferecia para gerações de sacerdotes um bom ponto de partida, sem muita chance de ser prolongado, pois a esse tipo de pedagogia e de aprendizagem faltava o estímulo do diálogo, do contato com os problemas candentes na atualidade da igreja, do País e do mundo.

Poderíamos dizer: no exercício da missão, na função pedagógica dos Lazaristas multiplicam-se os pontos fracos, os defeitos que parasitam as qualidades, sendo acobertados pelo manto dessas qualidades. De envolta ou na sombra da fidelidade ao Magistério, à tradição se insinua e vai tomando conta a rotina repetitiva: A humildade, essa força extraordinária que mantém a família de S. Vicente numa fraternidade tão unânime, acaba por vezes dissimulando uma terrível falta de audácia e de criatividade. Com o empenho de evitar a tentação de sobressair, a insistência na uniformidade como guardião da concórdia fraterna, cultiva-se a mediocridade, essa erva daninha e esterilizante na seara de Deus e da cultura. A norma de seguir manuais vai bem com o menor esforço de ensinar sem pesquisar, sem inovar e transmitir os frutos de suas experiências, de seus estudos e de suas pesquisas à comunidade dos colegas professores, ao mundo da cultura.

A caridade, suavemente cortejada pela humildade e pela simplicidade, é deveras uma fonte de paz, de trabalho e dedicação irradiando harmonia e tranqüilidade. Mas sob o manto dessa encantadora caridade, pode infiltrar-se o medo mesquinho, que leva a fugir de toda discussão, a esquivar-se, por princípio, de controvérsias e debates, evitando até qualquer forma de diálogo, buscando segurança no apelo às autoridades do poder e a mestres já consagrados no passado.

Essas falhas ameaçam a todos na Igreja e na sociedade. Mas os Lazaristas corriam o risco maior, estavam especialmente expostos e desprotegidos, jogados bem na linha de frente, exerciam uma missão em que não se pode errar. É a grandeza do professor: lidar com a verdade, essa luz e essa energia salvadora, mas tendo qualquer coisa de força explosiva se for fragmentada e os aventureiros passarem a manipular verdades despedaçadas ou parciais.

Nesse amplo jogo da inteligência, da cultura, da teologia, da educação e da pedagogia, os Lazaristas muito especialmente no Brasil, haviam entrado com um pesado handicap, com aquela herança histórica carregada de ambigüidades, pois vinham preencher o vazio criado pelo regalismo, pelo reformismo pombalino; e esses maus começos haviam de ser prolongados entre as incertezas e controvérsias da igreja oficial de Pio IX em conflito com o mundo moderno. Os colégios, os seminários, as

obras católicas deviam contar com a benemerência do padroado, com as boas graças da corte e dos cortesões, estar a serviço de uma elite, desprovida de sentido de justiça e de solidariedade, e, no entanto e antes de tudo, testemunhar e ensinar os valores humanos e evangélicos.

Os Lazaristas entraram no jogo ou na luta, bem equipados de uma espiritualidade muito pura e muito forte. Mas parece que foram acumulando falhas ou pegando atraso numa cristandade, numa sociedade, num sistema econômico, político e social, animados por outros valores e motivos, bem mais terra a terra, mas bem firmes em suas novas técnicas e formas de saber. Nos meados do século XX, explode a grande crise generalizada. A posição dos Lazaristas como do conjunto dos religiosos e do clero será tanto mais delicada e mesmo espinhosa, quanto lhes parecia estranha a atitude da Igreja, que tentava se desfazer dos resquícios da cristandade e entrar em uma fase de mudanças, em um chamado *aggiornamento* difícil de definir.

VI – As crises do século XX antes e durante o Concílio Vaticano II

É verdade que esse *aggiornamento*, assim denominado com humor por João XXIII era batizado por ele em momentos mais solenes como sendo um novo Pentecostes, de que o Concílio Vaticano II seria o momento pleno e intenso. Mas bem sabemos que o Espírito santo não é dado para suprimir ou resolver os problemas, mas para dar a capacidade de enfrentar os problemas na busca da verdade, na comunhão e no diálogo fraternos. Vaticano II, o maior e mais fecundo Concílio da história, seria portanto o grande convite e o grande impulso ao encontro, ao diálogo generalizado, bem preparado e bem conduzido, dentro da Igreja e da Igreja com o mundo.

Mas antes de ser e para ser esse grande momento plenitude da comunhão, do diálogo, da co-responsabilidade, o Concílio era o ponto de chegada de uma maré crescente dos movimentos de renovação e de contestação na Igreja e na sociedade. Dom Hélder declarava serenamente em 1977: “Hoje, é fácil ver como o Espírito de Deus, por meio de Movimentos como o Movimento Bíblico, o Movimento Litúrgico e, sobretudo, a Ação Católica (Geral e depois Especializada), preparou o Concílio Ecumênico Vaticano II, completado, para os latino-americanos, pela Assembléia Latino-americana de Bispos, em Medellín.

Hoje, é fácil verificar como aludidos Movimentos prepararam o surgimento das Conferências de Bispos, em plano nacional como a CNBB, ou continental como o CELAM (Conselho do Episcopado Latino-

americano). O Espírito de Deus queria conduzir-nos à vivência da Colegialidade Episcopal e da Co-responsabilidade de todo o Povo de Deus.

Pode-se dizer que esses movimentos renovadores atingiram e ativaram todos os aspectos e sectores da vida interna da Igreja e de suas relações com a sociedade. Eles brotavam e se desenvolviam a partir de iniciativas de grandes líderes eclesiais, religiosos e leigos, adquiriam estruturas mais ou menos sólidas, ganhando consistência quando apoiados por instituições já estabelecidas e reconhecidas. Famílias religiosas como os beneditinos, os franciscanos, os jesuítas, os dominicanos, em geral mediante equipes ou grupos especializados despertavam a atenção da Igreja para elementos importantes e mesmo essenciais que estavam um pouco na penumbra desde os velhos tempos da cristandade.

Com o risco de omitir e simplificar muita coisa, convém evocar as grandes linhas dessa renovação da Igreja que precedeu e preparou o Concílio e foi por ele homologada e oficializada, expondo-se então à triste sorte da vulgarização superficial e das contradições dos interesses mesquinhos.

Primeiro no plano do pensamento, nos campos próprios da teologia ou em afinidade com ela verifica-se um surgimento ou um ressurgimento de temas, cuja junção segundo predominâncias e prioridades novas fazia emergir novos paradigmas teológicos. Despontam com mais ou menos aceitação novos paradigmas ou novos modos de visualizar a igreja, Cristo, os sacramentos, especialmente o batismo e a Eucaristia, sumamente privilegiados nos movimentos de renovação, bem como da sexualidade, do matrimônio, da vida religiosa, do sacerdócio, dos ministérios, do próprio mistério de Deus, visto, contemplado presente na criação, na salvação, na história. Uma grande atenção voltada então para o Espírito Santo coincide com uma valorização dos leigos e da laicidade.

Em uma linguagem menos precisa fala-se de teologia para designar os novos sectores mais destacados por essa renovação do pensamento cristão amplamente estendida a grandes espaços da opinião pública, e sobretudo da cultura. Assim multiplicam-se os títulos de “teologia das realidades terrestres”, “teologia do laicato”, “da cultura”, da “política” .

Em sintonia com essa vaga de renovação mais doutrinal, vão brotando e crescendo outras de caráter prático, tocando a vida cristã, a moral e ascese, bem como as formas de pastoral, em suas relações com as novas condições dos fiéis e as modificações que se multiplicam, intensificam e reforçam nas formas de pensar, sentir, de agir e comunicar-se no mundo moderno. Lembremos o que aparece com mais força e

evidência: há novos modos de ver o pluralismo no campo da ética, do direito, das opiniões, dos comportamentos e das instituições. Concretizemos um pouco: acentuam-se como valores primordiais a liberdade, a autonomia e as reivindicações de emancipação, de igualdade para todos, com repercussões em todas as categorias ou grupos até hoje tidos por discriminados: a começar pelas mulheres, os jovens, os negros, os indígenas. Assim, por exemplo, todo trabalho missionário, todas as pastorais indigenistas foram revolucionados pela nova visão que os cientistas, primeiro, a sociedade e finalmente a Igreja vão tendo dos povos indígenas, dos seus valores culturais, familiares e religiosos.

A novidade dos paradigmas teóricos de compreensão dos valores e os novos modelos práticos que daí decorrem para a orientação da vida dos indivíduos e dos grupos acarretam de maneira mais e mais acelerada e cumulativa uma mudança social global, um novo paradigma de humanidade, um novo modo de compreender a vida, a história, a sociedade, o sexo, a política, a cultura, a educação, com um novo modelo prático correspondente de agir, de modificar e até de manipular todos esses domínios constitutivos da humanidade em seu conjunto.

Pela primeira vez na história, a Igreja em um concílio deixou de olhar para aspectos parciais de sua vida no mundo, de se ocupar de erros, de heresias, de adversários vistos em sua particularidade, e enfrentou o problema global: a Igreja e o mundo de hoje. Tal não é apenas o título e o tema da última das Constituições com que se encerrou o Concílio mas é bem esta a inspiração profunda de todo o trabalho e de todos os documentos conciliares.

Os lazaristas não foram mais retrógrados que outros protagonistas ou sectores similares dentro da Igreja. Um historiador da Congregação da Missão, como pedindo desculpas, lembra que apenas “três padres lazaristas foram lembrados durante o Concílio: o Pe. Fernando Portal, pioneiro, com o Cardeal Mercier, do Movimento ecumênico; o Pe. Pouget, Professor e intérprete das Sagradas Escrituras; o Pe. Lebe com sua tese: Padres chineses para os chineses. Bispos chineses para o povo chinês”.¹⁰

¹⁰ Os exemplos são sugestivos porque mostram a presença de líderes lazaristas na vanguarda do pensamento e da vida da Igreja, mas de maneira discreta, escondida, lutando contra obstáculos externos e contra a mentalidade mesma de reserva e de humilde auto-ocultação da “Pequena Companhia”. Nesse sentido, um exemplo mais ilustrativo ainda se encontra no próprio Concílio, na sua preparação, no seu primeiro êxito, que foi a Constituição Sacrosanctum Concilium, sobre a liturgia. O

Na verdade, o embate da igreja oficial com elementos de vanguardas já vem de longe; e grande parte de elementos pioneiros ou abertos ao diálogo com a cultura, com as aspirações sociais e democráticas se via cerceada senão refreada por uma autoridade rígida e repressora porque amedrontada diante das necessárias inovações.

Dentro desse quadro e nessa perspectiva que havemos de abordar estas páginas de uma história para nós comovente: como os lazaristas nos anos 60 abandonam os seminários, após um século de triunfo do trabalho paciente.

Destacando especialmente estes nomes luminosos: Mariana, Diamantina, Fortaleza, buscamos analisar as ocasiões circunstanciais e grande contexto dessas perdas, para os lazaristas sem dúvida, mas também a continuidade de um belo labor apostólico e educacional.

Pois, a olhar profundamente essa série de episódios acontecendo em sincronismo significativo, o que estava em jogo: uma série de novos paradigmas, de novas formas de conhecimento e uma série de novos modelos práticos, de novos caminhos para viver e pregar o Evangelho.

VII - O Seminário da Prainha dos anos 40-50 do século passado

Como lazarista fui professor no seminário da Prainha em 1949-1950. Vou tentar integrar essa experiência relativamente curta dentro do quadro de informações e reflexões acumuladas neste mais de meio século de contato com a pastoral, o ensino e muito particularmente com o problema da formação sacerdotal na Igreja contemporânea. A primeira impressão que guardo e que só tem se confirmado se traduz nesta fórmula talvez um tanto

lazarista Annibale Bugnini foi uma das figuras mais importantes senão a mais decisiva para este êxito, como testemunha um grande pioneiro da reforma litúrgica entre nós, Dom Clemente Isnard, OSB. Falando do esquema preparado para o Concílio, pela Comissão secretariada por Bugnini, declara Dom Isnard: “Esse esquema, dentro do primeiro volume distribuído aos Padres Conciliares, representava o que havia de melhor na preparação do Concílio, e, por esta razão, foi escolhido para ser o primeiro assunto estudado e votado.” E, após sintetizar o conteúdo do trabalho, conclui com pleno conhecimento de causa: “Daí o reconhecimento que devemos ao cardeal Cicognani, a Annibale Bugnini e Martimort e outros que, corajosamente, abriram caminhos”. Cf. Autor citado, Magistério Episcopal, Cúria Diocesana de Nova Friburgo, 1989. Um belo volume de testemunho e de doutrina, de 560 páginas.

paradoxal: a obediência nos enfeixava em um reduto minucioso de deveres e de horários a seguir à risca, mas nos deixava um vasto campo de liberdade nas tomadas de posição pessoais nas grandes questões intelectuais, contanto que não houvesse perturbação na marcha da casa nem exhibições pretensivas que quebrassem a costumeira uniformidade.

Superior dos Lazaristas e do seminário o Padre Josefino Cabral, sem muitos preâmbulos, me comunicou que deveria ensinar filosofia, teologia pastoral para o último ano, mais um curso especializado de pedagogia catequética. Novo professor contava com a plena confiança do Superior, dos coirmãos e colegas e se sentia à vontade para montar os seus cursos e entrar em contato com estudantes, que lhe pareceram de cara os mais ativos e dialogantes de quantos encontrará em sua carreira.

Esse meado do século XX emerge como um momento mais que privilegiado nas inquietudes e tentativas de reforma da Igreja e de suas posições face ao mundo que se curava das grandes chagas causadas pela guerra e buscava rumo pelos caminhos da democracia em meio aos debates de ideais e ideologias e de calorosas lutas sociais. Em Fortaleza a Ação Católica, especialmente a JUC, de que me faço logo o Assistente, se empenha em abrir caminhos enfrentando a concorrência dos conservadores ou dos comunistas.

Em 1950, quando o filósofo francês Jean Paul Sartre lança o seu “O existencialismo é um humanismo”, o jovem professor de filosofia na Prainha era convidado para fazer uma conferência-debate na Faculdade de Filosofia sobre O “Humanismo cristão e ateu, existencialista e marxista”. O Seminário da Prainha contava com uma boa dúzia de professores, a maior parte representando uma séria cultura clássica, como o Pe Cabral, uns dois ou três lazaristas holandeses formados na Europa, e com alguns elementos jovens mais voltados para a atualidade, para o social e para os movimentos ou bulícios de reformas na igreja, entre os mais conhecidos: Pe. Joaquim Horta, Pe. Oscar Lustosa, em contato com lazaristas de outros seminários no Maranhão, em Mariana, em Diamantina, em Petrópolis.. Interessava-nos então a incipiente reforma litúrgica, a marcha ainda insegura também da Ação Católica, com a insistência na valorização e a participação ativa dos leigos na Igreja, um pensamento católico se afirmava em confronto com os problemas e interrogações do momento, especialmente mediante figuras como Alceu Amoroso Lima e outros de Centro Dom Vital, trazendo-nos os ideais de um novo humanismo na linha de Jacques Maritain.

Bem se pode adivinhar que, na Prainha, esses elementos mais dinâmicos ou pelos menos mais inquietos como o jovem professor de

teologia pastoral que era então, se sentiam incitados a se inspirarem da renovação da teologia teórica e prática da Europa e a fazer corpo com os grupos renovadores que surgiam e se multiplicavam em nosso País. Por vezes os encontros se faziam sem que os parceiros ou militantes de uma mesma causa se conhecessem, mas fraternizavam no entanto combatendo em trincheiras do mesmo lado, embora distantes e ignoradas umas das outras.

É o caso dos lazaristas e da reforma litúrgica inaugurada então sob o pontificado de Pio XII e que vai desabrochar na primeira Constituição do Concílio Vaticano II, em 1963. A reforma litúrgica que partira de grupos particulares, de monges e mosteiros beneditinos, desde o pontificado de Pio X, após uns tantos altos e baixos, é homologada por Pio XII, pela encíclica *Mediator Dei* (de 1947), que condenando abusos e exageros, abria a porta a preciosas iniciativas como a missa participada, a formação e integração dos fiéis no domínio da oração oficial da Igreja, tudo sem dúvida sob a vigilância dos bispos, para evitar o retorno dos desvios passados. Em seguida o Papa lança como que a primeira pedra para a verdadeira reforma litúrgica, que se irá construindo, firmemente não sem encontrar barreiras de oposições e de inércias. Essa pedra angular era a restauração do tríduo pascal, o ano litúrgico, centrado sobre a Páscoa sobre a morte-ressurreição de Cristo, coroada pelo Dom do Espírito em Pentecostes.

Ora, quem era o assessor do Papa, o homem de pensamento, de compreensão vivida da liturgia e da Igreja, capaz de indicar por onde começar e como conduzir essa volta da Igreja ao essencial? Esse homem era o teólogo humilde e competente, o lazarista Pe. Annibale Bugnini. Ele foi formado especialmente pela Congregação da Missão para essa tarefa, estudando a teologia com os Dominicanos na Universidade Angelicum e fazendo cursos especializados até de arqueologia. Em 1948, Bugnini é nomeado secretário da nova Comissão da reforma litúrgica recém criada por Pio XII. Desde então em ligação com os pioneiros da reforma litúrgica no mundo, na França com Aimé-Georges Martimort, o grande mas sempre escondido lazarista, faz um trabalho de formiga, que ele levará um dia ao Concílio, sendo perito da Comissão conciliar de liturgia. Sempre combatido e até mesmo caluniado por aqueles que se julgavam donos do poder eclesial, Pe. Annibale Bugnini viu o triunfo da reforma litúrgica pela qual trabalhou na inteira confiança e amizade de Paulo VI.

Mas um dia em 1975, ele é despedido, sem que se saiba a razão. O Papa cede às pressões dos adversários do lazarista, precisamente em um

momento em que este fazia valer a importância das Conferências episcopais, para a saudável descentralização da Igreja e a vitalidade das liturgias nas comunidades locais. Em fevereiro de 1972, o Papa havia resolvido sagrar bispo o Pe. Bugnini. Mas a decisão de promover serviu o intento de remover o grande, um dos maiores especialistas da liturgia, enviando-o como núncio, ou melhor pronúncio apostólico bem longe em Teerã. Nada podendo fazer nesse desterro, para o qual nada o tinha preparado, Dom Annibale Bugnini volta e permanece fechado em sua casa religiosa em Roma, rezando, estudando, escrevendo até sua morte. Esta veio colhê-lo após uma operação cirúrgica banal, dia 3 de julho de 1982.¹¹

Mas voltemos ao Brasil, à nossa querida Prainha. Já nos começos dos trabalhos e lutas do Pe Bugnini, sem o conhecer, nós seus coirmãos brasileiros sonhávamos realizar algo daquilo que ele fazia. Em resumo, queríamos iniciar o seminário da Prainha na reforma litúrgica e ajudá-lo a abrir-se ao movimento renovador que João XXIII chamará em 1959 o Novo pentecostes da Igreja. Digamos que era o tempo de semear e não de colher. Houve incompreensões. Bem pode ser que não estivéssemos preparados para o diálogo, para entrarmos juntos nesses complexos e movediços projetos de reformas de base para a Igreja e para a sociedade.

O certo é que, em meio a tantos sonhos e a algumas dificuldades, o Seminário da Prainha contribuía para a boa formação de bons padres e excelentes bispos e irradiava cultura e espiritualidade em diálogo com a população de Fortaleza, com as dioceses e cidades do Ceará e do Nordeste. Somos convidados a redescobrir esses laços e esses tecidos, pouco visíveis porque espirituais e mais vividos na experiência da comunicação oral e de intercâmbios espontâneos do que traduzidos em instituições e escritos que permanecem.

¹¹ Deixou perfeitamente acabado um grande livro A reforma litúrgica (1948-1975), um volume de 930 páginas, publicado no ano seguinte (1983). Em 1982, foi oferecido ao Pe. Bugnini um livro coletivo de homenagens: Liturgia, opera divina e humana. Uma excelente apresentação do livro e da vida de Bugnini por Aimé-Georges MARTIMORT, l'histoire de la réforme liturgique à travers le témoignage de Mgr Annibale Bugnini, em La Maison-Dieu, 162, 1985, 125-155

VIII - Conclusão: O Seminário da Prainha, memória, esperança e compromisso

Concluirei como comecei por um pequeno feixe de simples sugestões a partir da experiência pessoal.

Primeiro há uma bela história a cultivar, porque ela foi um jardim de realizações culturais e espirituais dentro do que era então possível. Nada de ceder à tentação maniqueísta, à tendência de apontar bodes expiatórios, à pretensão de separar os perfeitamente bons e os irremissivelmente maus, na certeza de que muito foi feito na perspectiva da preparação e da realização do Concílio, por exemplo, ou do encontro dos povos em torno da ONU e da Declaração Universal dos Direitos humanos. Mas houve e há muito atraso e muito desencontro por falta de maturidade na busca do essencial, no compromisso com o bem comum da Igreja e da humanidade. Mas o importante, a lição decisiva e que não podemos esquecer, é que aprendemos a dialogar, vamos discernindo as leis da convivência na igualdade de uma mesma dignidade e nas diferenças de nossos modos concretos de pensar, de sentir e comunicar.

Especialmente aos jovens, aos estudantes mas, por que não, também aos seus mestres, quero sugerir-lhes com muito carinho e com alguma insistência que se consagrem ao estudo aprofundado e crítico da história, buscando desnudar e apontar responsabilidades do velho passado e dos tempos mais recentes. Por que essa cegueira da cristandade diante dos graves problemas da humanidade? Tomás de Aquino mostra com muita fineza que a memória é um elemento indispensável da virtude de prudência, dessa sabedoria prática, que é coragem e lucidez; ela é o amor se tornando capaz de discernir e decidir os caminhos do agir pessoal, comunitário e social.

É hora portanto de retomar as esperanças hoje ampliadas, aprofundadas e enriquecidas pela experiência das pessoas, das gerações e das comunidades. Daí brotará o compromisso de uma fidelidade criativa, que é lembrança não repetição do passado. A nossa fé se apóia na tradição, na palavra que já nos foi dada, para que a vivamos no presente, animados e impelidos pela esperança no Deus do futuro e da eternidade. Imergidos na história, não ficamos agarrados ao que já se foi, pois cremos no “Deus que é, que era e que vem” (Ap 1,4).

**Frei Carlos Josaphat, OP*

Professor emérito da Universidade de Friburgo/Suíça



DEPOIMENTO SOBRE UM MOMENTO DA HISTÓRIA DO SEMINÁRIO DA PRAINHA.

*Mons. José Edson Magalhães**

Reconhecendo a rica e meritória história da formação humanística, filosófica e teológica que o Seminário da Prainha oferecera a tantas gerações de jovens, das quais saíram pessoas como o original e extraordinário Dom Hélder Câmara, Austregésilo de Ataíde, jornalista e presidente da Academia Brasileira de Letras, Pe. Cícero Romão, líder religioso e político numa região do estado do Ceará, achávamos porém, muitos da nossa geração, haver chegado a hora de mexer com as águas estagnadas, de renovar a estrutura e o estilo de conduzir o Seminário da Prainha, muito fechado.

Estávamos nos considerando vítimas de uma mentalidade já ultrapassada em face de uma nova realidade complexa e desafiadora, que surgia, e iríamos enfrentar, inseguros e despreparados, logo mais, no mundo, na sociedade. O Seminário era um retrato das estruturas eclesiais envelhecidas da época, da vida monástica defasada, da mentalidade conservadora da Igreja Instituição.

Tínhamos cinco grupos de seminaristas àquela época:

1. O grupo consciente ou inconscientemente, não sei, alinhado com o pensamento de Dom Siguan, Dom Castro Mayer, ligados ao bispo suíço Lefebvre. Esse grupo assinava, lia e divulgava o jornal o Catolicismo.

2. O grupo entusiasmado e encantado com a renovação litúrgica e a renovação bíblica. Os movimentos litúrgico e bíblico caminhavam fortes pela França, Bélgica, Alemanha e ajudaram a preparar o Concílio Ecumênico Vaticano II. No Seminário esse grupo era chamado o grupo do “Iquitis”.

3. O grupo interessado pelos problemas, pelas questões sociais, grupo menor, voltado, sobretudo, para a realidade brasileira e nordestina, especialmente.

4. O grupo dos pragmáticos, bons discípulos que haviam ficado cativos do filósofo Williams James.

5. O grupo dos indiferentes e acomodados.

Os grupos dos interessados pela renovação litúrgica e bíblica e pela problemática social buscávamos nos relacionar, dialogar com os leigos engajados na Ação Católica: JOC, JEC, JUC, JAC de acordo com as opções de cada um. Relacionamento, diálogo vantajoso para os dois lados.

Estes dois grupos de seminaristas, de alunos, tinham um objetivo, não tão claro e preciso quanto veio a se tornar poucos anos depois, com a inspiração e realização do Concílio Vaticano II; mas, já era com certeza, o sonho de mudança, de renovação da estrutura e do estilo de viver do Seminário, adequando-o às exigências e aos desafios de uma realidade diferente, nova que se sentia presente no mundo, na sociedade.

O nosso desejo e o esforço de muitos, às vezes, correndo riscos, era, portanto, uma abertura do Seminário para uma renovação litúrgica, bíblica, teológica, social, evangelizadora, pastoral que nos convencesse disto e nos entusiasmasse para a missão no meio do mundo real.

Pensávamos e acreditávamos ser possível mudar, encontrar uma nova forma de preparar, formar padres ou leigos, (pois muitos deixariam o Seminário) com um novo estilo de ser e de agir, atualizados, pastores, de fato, servidores, seguidores do Mestre dos Mestres, Jesus Cristo, abertos para as pessoas situadas nos mais diversos contextos da vida concreta.

Desejávamos uma maior aproximação com leigos e leigas, com os quais e com as quais teríamos de conviver e trabalhar mais tarde nas nossas comunidades.

Queríamos pregadores com linguagem e conteúdo homilético mais evangelizador, mais pastoral. Quando presidente do Centro de Oratória São João Crisóstomo, insistindo neste particular, retiraram do contexto da minha fala uma frase que quase ia me custando a cabeça: “Não reproduzamos a monotonia infernal dos sermões dominicais “.

Não há, contudo, virada na história, em nenhum dos seus aspectos, sem que seja antecedida de consciências inquietas, de tensões, de resistência, de fermentação, de luta nas bases, ora camufladamente, ora abertamente, sem que haja, enfim, um movimento precursor que prepara a virada. Tudo isto aconteceu realmente.

Para usar de um eufemismo, o desentendimento entre lazaristas e o grupo de padres seculares que trabalhava no Seminário, começou exatamente no meu penúltimo ano de Seminário maior, liderado pelo

Reitor da época e que culminou, algum tempo depois, com a retirada da Congregação.

O clima de transição, de mudança lenta, com alguns hiatos, iniciou-se conforme o nosso modo de ler os fatos históricos, com a presença, as idéias da parte do corpo docente, de quatro educadores e formadores: Padre Josafá, que nos honra com a sua presença e nos fartou com substanciosa refeição; Padre Hugo, Padre Jorge e Padre Luz. Este último no seu jeito boêmio e manhoso, ia oferecendo dicas para os alunos atentos às aulas de Bíblia, enfatizando o valor das novas descobertas arqueológicas, pedindo cuidado a respeito das maneiras de ler a Bíblia; e nas aulas de Literatura percorrendo sobre o Modernismo, insistia nos autores nordestinos que retratam a nossa realidade: José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge de Lima, José Américo de Almeida, e outros.

Realmente a leitura destes escritores, como também de autores franceses, lidos ainda em francês e pouco depois traduzidos em língua vernácula: Jacques Maritain com “Humanismo Integral”, por exemplo; Gabriel Marcel com a “Luta dos homens contra o Homem”, Lebreton e ainda do nosso Alceu Amoroso Lima - Tristão de Ataíde - nos ajudou bastante a nos colocar numa linha de humanismo, de responsabilidade e de compromisso social e político.

O Seminário da Prainha que desempenhou uma missão profundamente marcante e decisiva na educação e na formação de uma elite eclesiástica, religiosa e civil no Ceará e até fora do Ceará, depois de sacudido pelos ventos fortes e benéficos do Concílio Vaticano II, continua na tarefa do ITEP, aberto também aos leigos e às leigas.

Seu papel, como herdeiro do positivo, dos valores do velho e novo Seminário da Prainha, é, inquestionavelmente, significativo. Seu trabalho é um apostolado. A ele compete dialogar com religiões e culturas, com Universidades, com o progresso social e político, embora tão contraditório.

Seu projeto educativo deve ser libertador no processo de capacitação das pessoas para as mais diversas atividades.

Ele precisa prosseguir corajosamente, atualizando-se sempre, procurando, incansavelmente, métodos para ligar fé e vida, levando adiante o seu projeto, segundo a inspiração do Concílio Vaticano II.

**Mons. José Edson Magalhães
Presbítero da Diocese de Sobral*